

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO**

JULIANA GOMES RODRIGUES PINTO

**#PROFESSORA#NEGRA#ATIVISTA#CONNECTADA: A RESISTÊNCIA FEMINISTA
DE PROFESSORAS NEGRAS NO INSTAGRAM**

Belo Horizonte

2024

JULIANA GOMES RODRIGUES PINTO

**#PROFESSORA#NEGRA#ATIVISTA#CONNECTADA: A RESISTÊNCIA FEMINISTA
DE PROFESSORAS NEGRAS NO INSTAGRAM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: Currículo, Culturas e Diferença.

Orientador: prof. dr. André Márcio Picanço Favacho.

Belo Horizonte

2024

P659p
T

Pinto, Juliana Gomes Rodrigues, 1985-
#Professora#negra#ativista#conectada [manuscrito] : a resistência
feminista de professoras negras no Instagram / Juliana Gomes Rodrigues
Pinto. -- Belo Horizonte, 2024.
115 f. : enc., il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.
Orientador: André Márcio Picanço Favacho.
Bibliografia: f. 111-115.

1. Educação -- Teses. 2. Educação -- Relações étnicas -- Teses.
3. Educação -- Relações raciais -- Teses. 4. Professoras negras -- Teses.
5. Racismo -- Teses. 6. Feminismo e educação -- Teses. 7. Instagram
(Rede social on-line) -- Teses.
I. Título. II. Favacho, André Márcio Picanço, 1973-
III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19342



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

**DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA
JULIANA GOMES RODRIGUES PINTO**

Realizou-se, no dia 20 de dezembro de 2024, às 14:00 horas, na sala 5102 da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 1558ª defesa de dissertação, intitulada *#PROFESSORA#NEGRA#ATIVISTA#CONECTADA: A RESISTÊNCIA FEMINISTA DE PROFESSORAS NEGRAS NO INSTAGRAM*, apresentada por JULIANA GOMES RODRIGUES PINTO, número de registro 2022652201, graduada no curso de PEDAGOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Andre Marcio Picanco Favacho - Orientador (UFMG), Prof(a). Vanessa Regina Eleutério Miranda (UFMG), Prof(a). Rogéria Cristina Alves (UEMG).

A comissão considerou a dissertação: **Aprovada**. Destacando a contribuição do estudo sobre os novos territórios, como o instagram, para a educação antirracista.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2024.

Prof(a). Andre Marcio Picanco Favacho (Doutor)

Prof(a). Vanessa Regina Eleutério Miranda (Doutora)

Prof(a). Rogéria Cristina Alves (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Rogéria Cristina Alves, Usuária Externa**, em 28/12/2024, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Marcio Picanco Favacho, Professor do Magistério Superior**, em 28/12/2024, às 20:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Regina Eleutério Miranda, Professora do Magistério Superior**, em 07/01/2025, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3850768** e o código CRC **2A3E4AD6**.

“É da força da autoestima, do reconhecimento da própria autonomia, dos exemplos, da conquista da memória e da ação coletivas que se extrai a seiva da resistência. A saída se dá pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca da emancipação” (Sueli Carneiro, 2023, p. 12).

RESUMO

Esta pesquisa se concentra nas estratégias de professoras negras para enfrentar o racismo, tendo como *locus* de resistência o Instagram. Por meio da pesquisa pelo perfil de 4 professoras negras nessa plataforma, buscou-se compreender como essas docentes combatem o racismo, ou seja, quais estratégias de enfrentamento ao racismo utilizam, os posicionamentos assumidos por elas na busca por combater a invisibilidade e a marginalização das pessoas negras, como abordam a representatividade e a interseccionalidade, e seus modos de agir que contribuem para a promoção do Instagram como *locus* de resistência. O estudo se orienta nas teóricas Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e no filósofo Michel Foucault. A metodologia se sustenta pelos princípios orientadores da analítica do discurso de inspiração na filosofia foucaultiana, em que selecionei algumas postagens compartilhadas por elas na plataforma Instagram, obedecendo ao recorte temporal compreendido entre janeiro de 2022 a janeiro de 2023, e que deveriam respeitar os seguintes critérios: representatividade positiva de pessoas negras; desigualdade de gênero e interseccionalidade; combate ao racismo. Após, compilei os conteúdos coletados nos perfis das professoras, elaborei uma classificação temática das postagens que nomeei por enfrentamento ao racismo subdividindo-a em três eixos: resistência como prática cotidiana, dispositivo de racialidade e gênero e amefricanidade e resistência. Posteriormente, realizei a analítica dos discursos produzidos a fim de perceber as estratégias de resistência, entrecruzando os conceitos de dispositivo de racialidade e amefricanidade. Este estudo entende a estratégia como um conjunto de ações racionais e calculadas que visam alcançar determinados objetivos em um contexto relacional (Foucault, 1984). Foi constatado que as professoras negras ao utilizarem as redes sociais para compartilhar suas experiências e promover a conscientização sobre o racismo e o sexismo, estão desnaturalizando o dispositivo de racialidade pois visibilizam as desigualdades raciais e de gênero; contribuem para desconstruir os mitos e estereótipos que naturalizam a opressão; afirmam e fortalecem a identidade negra fomentando a construção de um imaginário social mais justo e inclusivo; criam espaços de resistência, pois as redes sociais, nesse caso, se tornam espaços de diálogo, troca de experiências e organização, em que as professoras negras podem se conectar e fortalecer suas lutas. Desta maneira reconfiguram o significado de professora, sendo definida como eu a chamo: professora negra ativista conectada.

Palavras-chave: professoras negras; Instagram; racismo; resistência.

Abstract

This research focuses on the strategies employed by Black female teachers to confront racism, using Instagram as a site of resistance. By analyzing the profiles of four Black female teachers on this platform, the study aims to understand how these educators' combat racism. Specifically, it explores the strategies they use to challenge racism, their positions in the fight against the invisibility and marginalization of Black people, their approaches to representation and intersectionality, and how they contribute to positioning Instagram as a space of resistance. The study draws on the theoretical frameworks of Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, and Michel Foucault. The methodology is grounded in the principles of discourse analysis inspired by Foucault's philosophy. The analysis involved selecting posts shared by the teachers on Instagram between January 2022 and January 2023, focusing on those that met the following criteria: positive representation of Black people, gender inequality and intersectionality, and the fight against racism. The collected data was thematically categorized into three axes: resistance as a daily practice, the device of race and gender, and Africanity and resistance. Discourse analysis was then conducted to identify resistance strategies, intersecting the concepts of the device of race and Africanity. The study conceptualizes strategy as a set of rational and calculated actions aimed at achieving specific objectives within a relational context (Foucault, 1984). The findings reveal that by using social media to share their experiences and raise awareness about racism and sexism, Black female teachers are denaturalizing the device of race. They do so by making racial and gender inequalities visible, deconstructing myths and stereotypes that naturalize oppression, affirming and strengthening Black identity, and fostering the construction of a more just and inclusive social imaginary. By creating spaces for dialogue, exchange, and organization, these teachers are transforming social media, particularly Instagram, into spaces of resistance where Black women can connect and strengthen their struggles. In doing so, they redefine the role of the teacher, becoming what I call "connected Black activist teachers".

Keywords: Black female teachers, Instagram, racism, resistance.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. MINHAS VIVÊNCIAS: E NÃO SOU EU UMA PROFESSORA?	11
3. RESISTÊNCIA, RACISMO E FEMINISMO NEGRO	16
3.1. RESISTÊNCIA.....	16
3.2. RACISMO: FALANDO DO INDIZÍVEL.....	22
3.3. O FEMINISMO NEGRO: E NÃO SOU EU UMA MULHER?.....	30
4. SOBRE O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE, A AMEFRICANIDADE E SUAS IMBRICAÇÕES COM A RESISTÊNCIA.....	38
4.1. O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE	38
4.2. DISPOSITIVO DE RACIALIDADE E O PENSAMENTO FOUCAULTIANO	46
4.3. A AMEFRICANIDADE	48
5. RESISTÊNCIA, DISPOSITIVO DE RACIALIDADE E AMEFRICANIDADE: INTERSEÇÕES E DIÁLOGOS COM O FEMINISMO NEGRO	56
6. A METODOLOGIA DA PESQUISA	59
7. CARACTERIZAÇÃO DOS PERFIS NO INSTAGRAM DAS PROFESSORAS PESQUISADAS.....	67
8. APRESENTAÇÃO DAS PROFESSORAS.....	68
8.1. @SEGUEAPRO	68
8.2. @kellvila	72
8.3. @mai. prof.....	78
8.4. @dani. torres_	86
9. ANÁLISE DOS DADOS	91
9.1. A ESTRUTURAÇÃO DOS DADOS	91
9.2. ENFRENTANDO O RACISMO	91
9.3. AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA USADAS NO INSTAGRAM PELAS PROFESSORAS NEGRAS PARA ENFRENTAR O RACISMO	95
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	112

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se dedicou à resistência feminista de professoras negras no Instagram, tal como as estratégias de resistência usadas por elas para enfrentar o racismo nessa rede social. Seguir o perfil das professoras acompanhando como elas se posicionaram a respeito da representatividade positiva de pessoas negras, desigualdade de gênero em interseção com as questões raciais, de classe e de enfrentamento ao racismo tornou-se uma ação recorrente deste estudo.

Concerne à uma investigação em que as professoras negras são concebidas como imersas em uma complexa rede de relações sociais marcadas pela interseccionalidade de raça, gênero e classe, desempenhando papel fundamental na educação brasileira; ademais, como agentes de mudança que utilizam as redes sociais para promover a equidade racial, desafiar as estruturas de poder e construir novas narrativas sobre a identidade negra. Elas são vistas como exemplos de resistência, inspirando outras pessoas a lutar por seus direitos e a buscar um mundo mais justo e inclusivo.

Dessa maneira, a definição de professora é reelaborada, recebendo o nome de professora negra ativista conectada, como as chamo: uma mulher negra que exerce a docência, enfrentando os desafios adicionais ocasionados pelo racismo e machismo, que utiliza sua posição para promover causas sociais como o combate ao racismo/machismo/desigualdades e que faz uso das tecnologias digitais (como as das redes sociais) para ampliar sua prática educativa e interagir com seus alunos e a comunidade como um todo.

O Instagram se constitui como uma rede social audiovisual, em que se possibilita o compartilhamento de imagens e vídeos em formato curto. A plataforma disponibiliza um conjunto de funcionalidades que permitem a interação entre os usuários, como a seção de comentários e a ferramenta de curtidas. Além disso, o Instagram oferece recursos tais como perfil personalizado, *feed* de conteúdo, ferramenta de busca exploratória, notificações de atividades, *stories*, mensagens privadas e ferramentas de edição de imagens, tornando-se um espaço virtual para conectar-se com outras pessoas e explorar uma infinidade de conteúdos visuais.

Analisando o perfil de quatro professoras, reuni postagens coletadas delas e elaborei uma classificação temática dos conteúdos. Posteriormente, realizei uma análise de discursos reproduzidos pelas docentes para compreender as estratégias

de resistência praticadas por elas no enfrentamento ao racismo pelo Instagram. O resultado explicitou as estratégias dessas professoras ao abordarem questões relacionadas ao racismo mediante a referida plataforma virtual.

Na dissertação, coloco em discussão como as professoras negras enfrentam as desigualdades raciais pelo Instagram, ou seja, quais estratégias utilizam para confrontar o racismo e os posicionamentos assumidos por elas na busca por combater a invisibilidade e a marginalização das pessoas negras, de que forma abordam a representatividade e a interseccionalidade e quais os modos de agir dessas professoras que contribuem para a promoção do Instagram como *locus* de resistência. Sucintamente, constatei que as professoras negras, ao utilizarem as redes sociais para compartilhar suas experiências e promover a conscientização sobre o racismo e o sexismo, estão desnaturalizando o dispositivo de racialidade, afirmando a identidade negra e criando espaços de resistência.

Para ajudar a compreender as lutas empreendidas pelas professoras pesquisadas, busquei me apoiar em alguns conceitos. Em Foucault (2001), examinei o conceito de resistência, compreendida como uma força ativa que busca transformar as relações de poder existentes, criando espaços para novas formas de existência e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. É uma prática que se inscreve em uma luta constante por emancipação e autonomia.

Consultei também o conceito de “dispositivo de racialidade”, pensado por Sueli Carneiro (2023), de inspiração foucaultiana e entendido pela autora como um conjunto de práticas, discursos e instituições que naturalizam e perpetuam as desigualdades raciais no contexto brasileiro, construindo hierarquias sociais baseadas na cor da pele e em características fenotípicas. Sustentei-me também na noção de “amefricanidade”, um conceito político e cultural de Lélia Gonzalez (1988), que busca visibilizar e enaltecer a identidade negra, respeitando as contribuições culturais afro-brasileiras e afro-americanas para a formação das sociedades americanas, contrapondo-se a narrativas que historicamente marginalizam e inferiorizam a cultura negra.

Valho-me também das reflexões de Abdias do Nascimento, Kabengele Munanga, contando ainda com as contribuições de Grada Kilomba, Angela Davis e Frantz Fanon.

Portanto, entendo que a interseção entre o feminismo negro, as teorias de Foucault, Carneiro e Gonzalez nos permite compreender a complexidade da

experiência das mulheres negras e a importância da resistência como ferramenta de transformação social.

As professoras negras, ao utilizarem as redes sociais, se inserem nesse contexto como agentes de mudança, desafiando as estruturas de poder e contribuindo para a construção de um futuro mais justo e equitativo.

2. MINHAS VIVÊNCIAS: E NÃO SOU EU UMA PROFESSORA?

Toda mulher tem um arsenal bem guardado de raiva potencialmente útil contra aquelas opressões, pessoal e institucional, que fez com que aquela raiva existisse. Focadas com precisão elas podem se tornam poderosas fontes de energia servindo o progresso e mudança.

(Audre Lorde, 2018, p. 91.)¹

Recordo-me de quando criança brincar com minhas bonecas, com o fogãozinho e as panelinhas que havia ganhado de presente do meu pai, de esconde-esconde com meus irmãos pelo imenso quintal da casa dos meus avós; e ficava muito feliz quando meus primos vinham nos visitar, pois era a oportunidade de me divertir com uma outra menina. Mas a brincadeira que eu mais gostava era a de escolinha, de ser a professora: dava aula para as minhas bonecas e ursinho de pelúcia ou meus alunos imaginários, escrevia na parede da varanda da minha mãe com giz branco que conseguia de uma tia costureira ou toquinhos que sobravam da escola e levava para casa.

Minha trajetória familiar é marcada pela ausência de estudos por parte das mulheres. Ainda com 12 anos e após a precoce perda materna, minha mãe foi forçada a sair de sua casa, distrito de Novo Cruzeiro, na região do Vale do Aço mineiro, para principiar sua carreira trabalhista serodamente no Estado do Paraná e posteriormente em Belo Horizonte, indo de babá à empregada doméstica. Várias vezes, ela me relatou que seu sonho era estudar, aprender ler e escrever. Aos 17 anos, já residente na Capital Mineira, frequentou algumas aulas noturnas em uma escola próxima à casa em que trabalhava/morava, porém o cansaço do emprego lhe desmotivou a permanecer. Idealizou para si um casamento que a salvaria do exaustivo e desvalorizado trabalho, em que seu companheiro desvendaria os mistérios da escrita para ela. Casou-se aos 26, abandonou o trabalho doméstico remunerado para ir de encontro a um futuro não almejado: cuidar em tempo integral e sem remuneração da manutenção de sua casa, residir em um ambiente que lhe foi hostil e exercer a maternidade de três crianças pequenas ainda com 29 anos (de 3 e de 2 anos, além

¹ LORDE, Audre. Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo In: Coleção pensamento preto: epistemologias do renascimento africano [volume II]. União dos coletivos Pan-Africanistas. Diáspora africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 87-98.

de gestante, respectivamente). Com a minha avó, a situação não foi diferente: experienciou 13 gestações que lhe deram 12 filhos, sendo mãe pela primeira vez aos 22; ela nos deixou aos 84 anos e mal grafava o primeiro nome.

Mesmo minhas ascendentes tendo sido privadas de percorrer a trajetória educacional, meus pais se dedicavam da melhor forma que podiam para cuidar e educar a mim e a meus dois irmãos, ainda que, em um contexto de pobreza, sempre ouvimos deles sobre a importância de estudar para ser alguém na vida. Por ser o mais velho dentre seus 11 irmãos, meu pai mal concluiu o “ginásio”, como ele nos dizia, contribuindo financeiramente para o sustento de seu lar com a pequena renda que recebia pelos serviços informais que executava ainda menino. Assim fiz, buscando sempre ser o motivo de orgulho e apresentar bom desempenho na escola, sem nunca sofrer uma reprovação, sempre obtive excelentes notas e era constantemente elogiada pelas professoras por meu rendimento.

Recordo-me que, na 6ª série, ouvi pela primeira vez falar da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais): era a melhor Universidade do Estado e só quem estudava em escola particular conseguia entrar, pois era um lugar de gente rica e a prova era muito difícil e disputada. Escutei de alguns colegas críticas recorrentes sobre o ensino da escola pública. Diziam que concluiriam o restante do ensino fundamental em escolas particulares para conseguir acompanhar o nível, ao iniciarem no ensino médio, e, assim, terem mais chance de chegar à UFMG. Em 2000, já cursando o último ano do ensino fundamental, lembro-me de um professor de Matemática novo que havia chegado à escola. Ele realizava conversas instigantes em sala (o que hoje entendo como críticas ao sistema de educação pública e a questões sociais) e incentivava minha turma a estudar de forma dedicada, estimulando em nós uma autonomia para que pudéssemos ir além do que era ensinado na escola. Lembro-me de que esse professor selecionou alguns alunos para irem à feira de ciências do COLTEC-UFMG (Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais), e eu estava dentre eles. Foi o dia que conheci a Universidade. Recordo-me que fiquei impressionada com a dimensão do lugar, com a estrutura física do colégio e com a rotina dos alunos. Comparei minha realidade com aquela e concluí meus pensamentos crendo que estudar naquele lugar nunca faria parte da minha caminhada. Todavia, aquela visita gerou diversos questionamentos em mim sobre o ensino público de qualidade, oportunidades e ausências. Diferente de muitos colegas, concluí os ensinos fundamental e médio na educação pública.

Após seis anos de interrupção, retomei os estudos em uma faculdade particular, em que fui contemplada por uma bolsa do Prouni (Programa Universidade Para Todos), idealizado em 2004 pelo governo de Luíz Inácio Lula da Silva. Confesso que, durante os seis anos que não estudei, me sentia confusa em relação a qual caminho profissional seguir e qual curso realizar. Por um momento, havia me distanciado do desejo de ser professora, e estava em dúvida sobre cursar Psicologia ou Pedagogia, optando pelo último por acreditar que jamais ficaria desempregada. Durante a graduação, me sentia fascinada pelas discussões e problematizações sociais propostas pelas professoras, me distanciando do perfil de professora de educação infantil, o que agradava a maioria de minhas colegas de turma. Três professoras marcaram essa época: a professora que ministrou a disciplina Sociologia da Educação, a M.C.B., por quem tive os primeiros contatos com a filosofia marxista e debates sobre classe social; a M.J.G., uma mulher negra com falas incisivas, que sempre me encorajou a prosseguir na caminhada acadêmica, e me enviou uma mensagem emocionada ao saber da minha aprovação no mestrado; e a professora L.S., minha orientadora no trabalho de conclusão do curso de graduação, com quem encontrei atualmente nos corredores da FaE e pudemos trocar afetuosos abraços em comemoração à continuidade de nossa vida acadêmica: eu, enquanto mestranda; e ela, doutoranda.

Nos últimos semestres da graduação, decidi me especializar em Gestão Escolar. Ao final do curso, iniciei minha trajetória como educadora social em uma instituição que forma adolescentes trabalhadores. Poucos meses após a colação de grau, iniciei minha primeira especialização *lato sensu*² em “Gestão Escolar”, com Ênfase em Orientação, Supervisão e Inspeção. Lá, tive aulas com a professora M.N.S., mulher negra, feminista, consciente das interseccionalidades sociais que a atravessam e com aguçado senso crítico. Sua prática docente me encantou à primeira vista. No trabalho de conclusão do curso, abordei um episódio de racismo ocorrido em uma escola, dando sugestões de situações assertivas para solucionar o incidente e evitar reincidências. Meu trabalho foi muito bem reconhecido pela banca, especialmente pela professora dra. A.C.F., coordenadora do curso, que me encorajou

² A especialização *lato sensu* é um tipo de pós-graduação que visa aprofundar os conhecimentos de profissionais em uma determinada área, qualificando-os para o mercado de trabalho; é um curso de especialização, focado em um tema específico, que permite ao profissional atualizar seus conhecimentos e adquirir novas habilidades.

a prosseguir com pesquisas raciais, me indicando a UFMG. C. foi fundamental para minha conclusão na especialização pela humanidade ímpar e cuidados a mim oferecidos durante o tratamento contra o câncer de mama que realizei concomitante à formação. À propósito, foi ela quem me deu a notícia da minha aprovação no Programa de Pós-graduação em Educação da UFMG. A partir disso, flertei com a ideia de dar início ao Mestrado. E, em 2018, participei de um programa ações afirmativas, da Faculdade de Educação da UFMG, no curso preparatório para a pós-graduação (mestrado), denominado Afirmação na Pós³.

Em 2022, iniciei o mestrado em Educação na Faculdade de Educação (FAE) da UFMG. É importante relatar que, ao caminhar pelas ruas calçadas da Universidade em direção à FaE, uma grande emoção me tomou por relembrar-me que, pelas impossibilidades postas a mim, outrora me neguei que esse lugar faria parte dos caminhos que comporia minha formação. Também foi impossível não ser tocada pela honra às que vieram antes de mim e não puderam vivenciar essa experiência.

Assim, a inspiração para esta pesquisa emerge a partir da minha trajetória pessoal e profissional vivenciada em ambientes educacionais. Como aluna e ainda criança, carrego na memória inúmeros episódios de racismo e machismo, que vão desde situações em que fui o motivo de deboche de toda a turma por ser a “galinha de macumba”, “tição”, “preta”; quando fui impedida de participar de determinada brincadeira por ser a “menina preta”; dentre outras formas de depreciação. Como professora, minha carreira profissional foi marcada por ocorridos que vão desde situações em que a leitura feita do meu corpo foi mais relevante para o gestor da instituição onde eu trabalhava do que a proposta que estava sendo apresentada por mim; atravessa a recorrente indiferença dada para posicionamentos meus durante momentos destinados a construções coletivas em reuniões pedagógicas, não excluindo as várias situações em que pais de alunos demonstravam espanto quando eu era apresentada como a professora. Mas, hoje, estou à frente da Coordenação Pedagógica dos anos iniciais no município de Santa Luzia, e, infelizmente, percebo

³ Desde o ano de 2002, o Ações Afirmativas na UFMG vem implementando políticas e práticas de permanência bem sucedidas na Universidade, tendo como foco jovens negros(as), sobretudo os de baixa renda, regularmente matriculados/as nos cursos de graduação da UFMG. Foi criado com o objetivo de oferecer-lhes instrumental que lhes possibilitasse a permanência bem sucedida na Universidade, a entrada na pós-graduação e, simultaneamente, a ampliação da compreensão da questão racial na sociedade brasileira, a partir de uma proposta pedagógica voltada para a valorização da cultura negra. Disponível em: <http://www.acoesafirmativasnaufmg.org/p/historico.html>. Acesso em: 1º nov. 2024.

tal como diz Silva (2003, p. 121) ao mencionar que: “a condição da mulher negra na profissão docente está determinada por constantes embates que se estabelecem nas relações com alunos, com outros(as) professores(as) e com a direção das escolas por onde passaram no exercício de sua profissão”. Ora, por ser negra, não sou eu uma professora? Tudo isso me impulsiona ainda mais a realizar este estudo.

São apresentados com detalhes, no próximo capítulo, alguns conceitos relevantes para esta pesquisa.

3. RESISTÊNCIA, RACISMO E FEMINISMO NEGRO

Neste capítulo, serão tratados alguns conceitos estruturantes para este estudo: a resistência, o racismo e o feminismo negro, se subdividindo em três sessões. A primeira seção aborda o conceito de resistência, orientado sob o exame feito por Michel Foucault. Na segunda seção, o racismo será analisado pela ótica proposta por Abdias do Nascimento e Kabengele Munanga, contando com as contribuições de Grada Kilomba e Frantz Fanon, os quais abordam os impactos psicológicos da racialização para pessoas negras e outros teóricos capazes de agregar à discussão. A terceira seção trata do feminismo negro, se sustentando nas reflexões de Angela Davis, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez.

3.1. RESISTÊNCIA

A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência.

(Foucault, 1979, p. 241.)

Dando consistência à tarefa de elaborar um exame da resistência por meio da teoria proposta por Michel Foucault, e enfatizando a relevância desta noção para se captar as lutas contra o poder, especificamente ao movimento que professoras negras vêm realizando pelo Instagram, me oriento nas asserções feitas pelo pensador francês e em textos de autores diversos que estabelecem diálogo com Foucault, crendo serem aptos a favorecer essa discussão. Minhas reflexões são conduzidas pela produção de resistências em relação ao poder.

Ao longo do período genealógico, Michel Foucault analisa como as relações de poder operam nas estruturas sociais, institucionais e discursivas, rejeitando a concepção tradicional de poder como uma entidade centralizada, repressiva e que se exerce por uma autoridade soberana. Em vez disso, é proposta uma perspectiva difusa de poder, destacando-o como uma força que atravessa todas as esferas da vida social (Foucault, 1979). Essa conjuntura amplia a compreensão do campo de análise para o entendimento de uma relação exercida e negociada entre diferentes agentes. Dessa forma, o poder se constitui como algo produtivo ao gerar saberes e criar possibilidades de resistência, uma vez que, nas relações de poder, há um jogo de forças e estratégias que moldam e transformam as práticas sociais e discursivas,

dado que a existência do poder incita a prática da resistência, como é apresentado pelo pensador.

Introduz-se assim o conceito de *resistência*, sendo descrito pelo pensador da seguinte forma: “a resistência é um movimento irreduzível por meio do qual um homem solitário, um grupo, uma minoria, ou um povo diz – eu não obedeco mais, e joga no rosto do poder que ele considera injusto o risco de sua vida” (Foucault, 2005, p. 790). Ela não é captada apenas como oposição ao poder, e sim como uma resposta complexa e estratégica, podendo ser entendida, sob a ótica foucaultiana, como: “[...] o oposto de reagir. Quando reagimos damos a resposta àquilo que o poder quer de nós; mas quando resistimos criamos possibilidades de existência a partir de composições de forças inéditas. Resistir é, nesse aspecto, sinônimo de criar” (Maciel, 2014, p. 2).

Trata-se então de uma forma de insurgência que emerge no interior das relações de forças, sutil e individualmente, ou de modo coletivo e organizado, sendo seu objetivo principal subverter ou contestar o poder. Pode-se dizer que a resistência não é algo externo ao poder, mas sim uma parte intrínseca dele, conforme é mencionado por Judith Revel:

a resistência não vem [...] do exterior ao poder, ela até se assemelha a ele, pois assume suas características – o que não quer dizer que ela não seja possível; a resistência pode, por sua vez, estabelecer novas relações de poder, assim como novas relações de poder podem, em contraposição, suscitar a invenção de novas formas de resistência [...] (Revel, 2011, p. 128-129).

Isso posto, a resistência é apreendida como uma forma de luta ou contestação contra o poder e mecanismos de controle que operam na sociedade, com o propósito de criar espaços de liberdade e autonomia, se manifestando por meio de práticas individuais e coletivas, desafiando as normas e valores estabelecidos. Ressalta-se que o modo como as pessoas resistem e se opõem ao poder pode variar de acordo com o contexto histórico, cultural e social. Ou seja, a resistência não tem uma forma única. Ela é antes uma tática criativa de enfrentamento ao poder que busca desestabilizá-lo. Sendo assim,

esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea [...] para resistir, é preciso que a resistência seja como

o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele (Foucault, 2001, p. 241).

Michel Foucault também ressalta que a resistência de que fala pressupõe a existência de espaços de liberdade para sustentar o enfrentamento das relações de poder. Em outras palavras, o poder se manifesta dentro do contexto da liberdade e não pode ser separado dela, pois as relações de poder surgem e se desenvolvem em meio a processos de negociação, resistência e a capacidade de agir dos indivíduos. Essa dinâmica só se faz possível devido à existência da liberdade, mesmo que ela esteja limitada ou condicionada de várias maneiras.

A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas. [...] no centro da relação de poder “provocando-a” incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransitividade da liberdade. Mais do que um “antagonismo” essencial, seria melhor falar de um “agonismo” – de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que uma provocação permanente (Foucault, 2010, p. 289-290, aspas do autor).

O elo entre liberdade e relações de poder é complexo e contraditório, dado que o poder não é apenas uma força que coíbe a liberdade, mas se conecta intrinsecamente a ela. Foucault (1979) concebe a liberdade não simplesmente como a ausência de poder, mas parte integrante das relações estabelecidas por ele, não se tratando da inexistência de restrições e sim da composição das melindrosas interações sociais e as próprias estruturas de poder. À vista disso, a liberdade não é apenas um estado ausente de limitações, mas integrante das estruturas de força. É dentro desse espaço de liberdade que as relações de poder se desenrolam e se transformam, refletindo a natureza dinâmica e fluida das interações humanas. De acordo com Judith Revel,

a descrição de Foucault dessa “reciprocidade” indissolúvel [poder *versus* resistência] não é redutível a um modelo simplista, no qual o poder seria inteiramente considerado como negativo e as lutas como tentativas de libertação: não só o poder como produtor de efeitos de verdade é positivo, mas as relações de poder só se encontram em todas as partes porque, em todas as partes os indivíduos são livres (Revel, 2011, p. 128-129, aspas do autor).

Desse modo, os indivíduos têm agência⁴ para resistir e transformar as relações de forças que se colocam sobre eles, criando espaços de liberdade mesmo inseridos em dinâmicas de poder, tornando-a delimitada por este. O agenciamento, concepção discutida por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), contemporâneos de Foucault, é designado como o processo em que elementos diversos se conectam com humanos, não-humanos, instituições, ideias, dentre outros, entendendo-se essas conexões como relações de força, poder e transformação. Refere-se a ações individuais, coletivas e sincrônicas, podendo envolver as dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas e que abarcam as relações e interações entre diferentes elementos de um sistema de modo dinâmico, interdependentes e em constante transformação, oportunizando a multiplicidade e a iminência de novas possibilidades de vínculos.

No período final de sua vida e obra, Michel Foucault estava profundamente interessado na questão da ética e da liberdade, na exploração das possibilidades de resistência e transformação dentro das relações de poder, e do exame da maneira como as pessoas podem se tornar agentes ativos na construção de suas próprias vidas e práticas morais. Nessa conjuntura, as resistências que defendem a liberdade ganharam destaque, pois representam a luta contra as formas de controle e coerção que restringem as escolhas individuais.

O que eu quero analisar são práticas, é a lógica imanente à prática, são as estratégias que sustentam a lógica dessas práticas e, por conseguinte, a maneira pela qual os indivíduos, livremente, em suas lutas, em seus afrontamentos, em seus projetos, constituem-se como sujeitos de suas práticas ou recusam, pelo contrário, as práticas que se lhes são propostas. Eu acredito solidamente na liberdade humana (Foucault, 2003, v. 4, p. 693).

Em *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault (1977) examina, no caso da sexualidade, como as pessoas podem resistir a essa construção imposta pelo poder. Diz o autor:

⁴ Por agência, entendemos a capacidade dinâmica de sujeitos e coletivos produzirem sentidos e significados a partir de suas interações com o mundo, estabelecendo conexões complexas e em constante transformação. Essa produção ativa de sentidos implica a construção de subjetividades e identidades múltiplas, que se constituem nas relações com os outros e com o ambiente, desafiando as estruturas de poder e as normas estabelecidas. Ao mesmo tempo, a agência é um processo de coprodução, em que os sujeitos são tanto agentes quanto produtos das forças sociais e culturais que os circundam.

não se deve concebê-la [a sexualidade] como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 1977, p. 100).

Consistiria, assim, a resistência em uma prática que contesta e desafia as relações de poder instituídas. E esse movimento não necessariamente age como uma ação política direta, podendo assumir formas sutis e microfísicas, como a recusa silenciosa ou a manipulação de normas impostas. Ela visa abrir espaços para novos modos de vida e criação de uma sociedade baseada em equidade. No entanto, é importante notar que Michel Foucault não concebia a resistência como algo unilateral ou desconexo da história, uma vez que as relações de poder são mutáveis e adaptáveis, e, portanto, a resistência também precisa se reinventar constantemente para enfrentar formas contemporâneas de poder, nos desafiando a repensar as estruturas postas, a questionar as normas e valores instituídos e a buscar alternativas e possibilidades para a criação de novos hábitos, pois, como afirma o autor, “há milhares de coisas que podem ser inventadas e produzidas por quem, reconhecendo as relações de poder em que está envolvido, decidir resistir ou escapar delas” (Foucault *apud* Orellana, 2012, p. 55).

Tendo em vista que toda relação de poder implica a possibilidade de resistência (Foucault, 1979), nota-se, como já assinalamos, que essa resistência não se trata de uma reação passiva e sim um elemento ativo que molda e desafia as estratégias de poder. A resistência não se opõe à estratégia de forma absoluta. Pelo contrário, a confronta em um jogo constante de negociação e transformação, revelando a estratégia como uma prática social e política que se inscreve em um campo de forças em constante transformação. Foucault (1984) enfatiza ainda a natureza complexa da estratégia, compreendida como um conjunto de ações racionais e calculadas que visam alcançar determinados objetivos em um contexto relacional. A estratégia, nesse sentido, não se limita a uma mera técnica, mas envolve uma complexa dinâmica de

poder, na qual os indivíduos se posicionam e se movimentam em relação aos outros e às estruturas sociais. Segundo ele,

a palavra estratégia é corretamente empregada em três sentidos. Primeiramente, para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um objetivo. Para designar a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado, age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros, e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele; em suma, a maneira pela qual tentamos ter uma vantagem sobre o outro. Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios destinados a obter a vitória. Estas três significações se reúnem nas situações de confronto – guerra ou jogo – onde o objetivo é agir sobre um adversário de tal modo que a luta lhe seja impossível. A estratégia se define então pela escolha das soluções “vencedoras”. Porém, é necessário ter em mente que se trata de um tipo bem particular de situação; e que há outros em que se deve manter a distinção entre os diferentes sentidos da palavra estratégia (Foucault, 1984, p. 247-248, aspas do autor).

A definição de estratégia proposta revela uma complexidade que extrapola a mera noção de planejamento e cálculo. Ao decompor o conceito em três sentidos interligados, o filósofo ilumina as nuances das relações de poder. Desse modo, a estratégia não se limita à racionalidade instrumental empregada para alcançar um objetivo, mas envolve a interação estratégica com outros agentes, em que a antecipação das ações alheias e a busca por vantagens são cruciais. Em situações de conflito, a estratégia assume um caráter mais combativo, visando neutralizar o adversário e garantir a vitória. Explicita-se o modo como o poder opera em diversas esferas da vida social, desde as relações interpessoais até as dinâmicas políticas e institucionais. Ao destacar a importância da racionalidade, da interação e do conflito, o teórico nos convida a pensar a estratégia como um elemento central nas relações de poder, moldando e sendo moldada por elas. A resistência, por sua vez, não é apenas uma reação a essas forças, mas um elemento constitutivo desse campo, que impulsiona a criação de novas estratégias e a reconfiguração das relações de poder.

Posto isso, o exame conjunto dos trechos permite compreender a estratégia e a resistência como dois lados de uma mesma moeda, inseparavelmente ligados em um processo de construção e transformação das relações sociais. A estratégia não pode ser pensada sem a resistência, e vice-versa. Essa perspectiva complexa e dinâmica oferece um poderoso instrumento analítico para a compreensão de diversos

fenômenos sociais, desde as relações de poder nas organizações até as grandes transformações históricas.

Os usos que faremos dessa noção de resistência, em Foucault, são inspirados em Sueli Carneiro, doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo, escritora, ativista antirracista do movimento negro brasileiro e relevante pensadora do feminismo negro no País. A autora relacionou as noções de resistência, biopoder e de dispositivo, (conceitos que serão tratados oportunamente) também pensados por Michel Foucault, ao domínio das relações raciais e inaugurou a noção de dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) para se referir às práticas, discursos e estratégias que contribuem para a reprodução e legitimação das desigualdades raciais na sociedade. Para a autora (Carneiro, 2023, p. 132),

as tentativas de afirmação social dos afrodescendentes se manifestam no plano das ideias, dos comportamentos individuais e da ação política por meio de um leque amplo de atitudes, variando entre pólos opostos. Podem apresentar, por um lado, formas despolitizadas, nem por isso inócuas ou inconsequentes, de adesismo ou convivência com os discursos e práticas historicamente construídos em torno das relações raciais no Brasil. Por outro lado, expressam-se também pela constituição de sujeitos coletivos recortados por diferentes concepções políticas e partidárias, que expressam diferentes projetos de inclusão dos afrodescendentes na sociedade brasileira. Assim, a resistência negra, enquanto manifestação dos efeitos de poder produzidos pelo dispositivo de racialidade, se situa no mesmo âmbito em que, na filosofia dos dispositivos de Foucault, está a noção de resistência. Para ele, “não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder” (Foucault, 2001, p. 91, aspas da autora).

Seguindo a direção dada pela compreensão da resistência e estratégia pensadas por Michel Foucault atrelada à ideia de dispositivo de racialidade estabelecida por Sueli Carneiro, buscarei explicitar, no contexto desta pesquisa, as estratégias dessas professoras que contribuem para a promoção do Instagram como *locus* de resistência.

3.2. RACISMO: FALANDO DO INDIZÍVEL

A vergonha. A vergonha e o desprezo de si. A náusea. Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor... Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal.

(Fanon, 2008, p. 109.)

De acordo com a reflexão tecida pelo dr. Kabengele Munanga (2003), professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a palavra raça tem origem italiana, sendo inicialmente usada na Zoologia e Botânica para categorizar as espécies da fauna e flora do planeta. Tal conceito teria sido aplicado por Carl Von Linné (ou Lineu) para classificar as plantas em 24 “raças” ou “classes”, critério desusado atualmente. Como classificador de pessoas, o termo “raça” foi utilizado pela primeira vez pelo médico francês François Bernier (1684), subdividindo os seres humanos em quatro raças: europeus, africanos, orientais e lapões (West, 2002). De acordo com Munanga (2003),

no século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças. Por isso, que a espécie humana ficou dividida em três raças estanques que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. Ora, a cor da pele é definida pela concentração da melanina. É justamente o degrau dessa concentração que define a cor da pele, dos olhos e do cabelo.⁵

O conceito de racismo foi pensado aproximadamente em 1920 (Munanga, 2003) e refere-se a um sistema de crenças, atitudes e práticas orientadas na ideia de raças inerentemente superiores a outras, resultando em hostilidade, preconceito e fúria sistêmica contra grupos considerados racialmente inferiores. Compreende o tratamento segregatório baseado na raça ou origem racial, manifestando-se em diversas formas como acesso desigual a oportunidades educacionais, profissionais, moradia, justiça, além de comportamentos agressivos contra o grupo percebido como inferior. Para Kabengele Munanga (2003),

⁵ MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 5/11/2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.⁶

Grada Kilomba, professora portuguesa angolana, psicóloga e doutora em Filosofia, que tem atuação importante no campo dos estudos pós-coloniais se dedicando a analisar a realidade psicológica do racismo cotidiano, pensa o racismo orientando-se em uma abordagem interseccional que considera as interações entre raça, gênero e outros critérios de divisão social.

De acordo com Kilomba (2019), o racismo é um sistema de poder que opera tanto individualmente quanto estruturalmente, e está enraizado nas esferas sociais, políticas, econômicas e culturais. A pensadora considera ainda que o racismo é um fenômeno global capaz de afetar a vida das pessoas racializadas de diferentes maneiras. Kilomba (2019, p. 75-76) analisa as três características concomitantes presentes no racismo:

a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. [...] Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os como “diferentes”. A branquitude⁷ é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “Outras/os” raciais diferem. [...] A segunda característica é: essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. [...] Tais valores hierárquicos implicam um processo de naturalização, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo quem chegam a ser vistas/os como “a/o problemática/o”, “a/o difícil”, “a/o perigosa/o”, “a/o preguiçosa/o”, “a/o exótica/o”, “a/o colorida/o” e “a/o incomum”. [...] Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a supremacia branca (aspas da autora).

⁶ Mesma referência anterior.

⁷ O conceito de branquitude é definido por Schucman (2012) como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável no qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (Frankenberg *apud* Piza, 2002, p. 71; Frankenberg, 1999, p. 43-51).

Frantz Fanon, psiquiatra, importante filósofo e escritor martinicano que se destacou por suas contribuições para a teoria do colonialismo e psicologia social, aborda em *Pele negra, máscaras brancas* (2008) as consequências do racismo para a constituição de si feita por indivíduos racializados, refletindo como negros são considerados inferiores e submetidos a tratamento desigual e degradante. O filósofo entende o racismo como uma forma de discriminação baseada na cor da pele, tendo efeitos psicológicos profundos, impactando negativamente na autoestima e na saúde mental das pessoas de pele escura. Fanon (2008, p. 26) desenvolve o conceito da *zona-do-não-ser* como “uma região extraordinariamente estéril e árida” em que pessoas negras não compartilham da condição humana. Ora, para a branquitude em sua perspectiva racista, “o negro não é um homem” (Fanon, 2008, p. 26).

Fanon também analisou o fenômeno nomeado por ele de *epidermização do racismo*, termo usado para se referir à tendência de redução de pessoas negras à sua aparência externa, ou seja, subjugar-las por terem a epiderme escura, sendo-lhes direcionado tratamento baseado em padrões associados a cor da pele, em vez de serem vistas como indivíduos com particularidades emocionais, mentais e sociais. Tal processo implicaria experiências traumáticas para as pessoas racializadas, resultando em complexo de inferioridade capaz de lhes gerar a internalização de estereótipos negativos, além de fazer com que se sintam inadequadas ou inferiores:

A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo:

- inicialmente econômico;
- em seguida, pela interiorização, ou melhor, epidermização dessa inferioridade (Fanon, 2008, p. 28).

Dialogando com esse fenômeno, é relevante analisar que a *raça* se trata de um termo já empregado com conotação biológica para categorizar grupos de indivíduos (Munanga, 2003), orientando-se por características fenotípicas. Contudo, a ciência contemporânea⁸ aponta ínfimas diferenças genéticas entre humanos incapazes de

⁸ Referência a pesquisa realizada em 2007 empenhada em pormenorizar o “genoma do brasileiro” que conclui a inexistência proporcional dentre o fenótipo, a composição genética e a autodeclaração dos brasileiros devido à demasiada miscigenação existente no País. Os resultados divulgados do estudo intentaram menosprezar o peso da raça como premissa social, utilizada de forma contundente pelo movimento negro, ao passo que dá respaldo científico ao conceito de mestiçagem já trabalhado

sustentar tal critério de distinção entre pessoas, o que invalida o conceito de *raça* com respaldos biológicos. Por outro lado, a *raça* é um construto social relevante e de significância para a cultura, para a política, para as relações entre pessoas, para a vivência coletiva e individual, sendo historicamente usada como um dispositivo legitimador da prática de racismo por pessoas brancas, encontrando respaldo em episódios históricos tais como o colonialismo, a escravização de pessoas originárias do continente africano, e até mesmo em teorias pseudocientíficas e suas falácias a respeito de *raça* como fator biológico. Assim como Munanga (2003), Gomes (2012), Saboia (1998), Silvério (2004), Nascimento (1978), Carneiro (2005), Gonzalez (1983) e Davis (2016), diversos cientistas sociais concordam que a *raça* é uma construção social. As desigualdades sociais ocasionadas pelo racismo persistem, e o (pre)conceito continua a ter impacto profundo na vida de pessoas negras, demonstrando a importância em se abordar a *raça* partindo da percepção social, tendo em vista o impacto causado pela organização estrutural da sociedade para as experiências e oportunidades disponibilizadas às pessoas de pele negra.

A configuração da sociedade brasileira, na qual imperou por mais de 300 anos a escravização de pessoas negras, deixou como legado o mito da democracia racial. Um número significativo de brasileiros não acredita que o País foi formado em meio a conflitos raciais explícitos. Além de crerem na ideia de que o padrão racial é irrelevante para determinar as oportunidades sociais de uma pessoa, fazem com que a participação de sujeitos negros seja apagada da história do País, conforme se percebe na asserção feita pelo intelectual Abdias do Nascimento:

um racismo de tipo muito especial, exclusiva criação luso-brasileira: difuso, evasivo, camuflado, assimétrico, mascarado, porém tão implacável e persistente que está liquidando os homens e mulheres de ascendência africana que conseguiram sobreviver ao massacre praticado no Brasil. Com efeito, essa destruição coletiva tem conseguido se ocultar da observação mundial pelo disfarce de uma ideologia de utopia racial denominada “democracia racial”, cuja técnica e estratégia têm conseguido, em parte, confundir o povo afro-brasileiro, dopando-o, entorpecendo-o interiormente, tal ideologia resulta para o negro num estado de frustração, pois que lhe barra

anteriormente por pesquisadores das ciências sociais (Moya, Silvério, 2005), podendo ser notado nas falas do geneticista responsável: “Vários autores, dentre os quais despontam [...] Prado, Freyre, Holanda e Ribeiro, enfatizaram a natureza híbrida da população brasileira, a partir dos ameríndios, europeus e africanos. Os dados que obtivemos dão respaldo científico a essa noção e acrescentam um importante detalhe: a contribuição europeia foi basicamente por meio de homens e a ameríndia foi principalmente por meio das mulheres (Pena, 2000, p. 2)” (Moya, Silvério, 2005, p. 242).

qualquer possibilidade de autoafirmação com integridade (Nascimento, 2002, p. 26, aspas do autor).

Pondera-se que a colonização europeia corroborou substancialmente para a manutenção do racismo no Brasil. Durante o período colonial, os portugueses trouxeram milhares de descendentes do continente africano escravizados para trabalhar nas plantações e nas minas. O trabalho escravo teve impacto duradouro na composição racial do País, já que a miscigenação entre europeus, indígenas e africanos criou uma sociedade multirracial, dando origem a um sistema de hierarquia racial em que pessoas de ascendência europeia eram geralmente favorecidas em detrimento das de ascendência africana ou indígena (Fernandes, 1965), perdurando ao longo dos séculos e contribuindo para a desigualdade social e econômica que a população afro-brasileira enfrenta cotidianamente. Além disso, a influência da colonização também pode ser vista na construção de estereótipos e preconceitos raciais que persistem na sociedade brasileira. Estudos e ações afirmativas têm sido debatidos como alternativas para enfrentamento dos desafios resultantes desse legado colonial vislumbrando a promoção da igualdade racial entre brasileiros.

Lélia Gonzalez, intelectual feminista e ativista brasileira de grande relevância para o movimento negro no País, se destacou pelo trabalho realizado em defesa dos direitos das mulheres negras e contra o racismo. Ela pensava o racismo como um sistema estrutural que atribui valores, significados e privilégios diferentes de acordo com a raça. Além disso, segundo a teórica, indivíduos racializados são sistematicamente marginalizados, excluídos e submetidos a violências simbólicas e materiais, pois:

enquanto isso, o negro, o nosso povo, continua marginalizado nas favelas, alagados, conjuntos “habitacionais”, invasões etc. Continua sendo discriminado na admissão aos empregos, racialmente perseguido no trabalho e sofrendo a sistemática repressão da polícia, que o prende como vadio (desemprego, no caso do negro, é sinônimo de vadiagem, sabia?) e o tortura para confessar crimes que não praticou [...]. Enquanto isso, as crianças negras que vão à escola sofrem o estigma do pecado de serem negras, pois o discurso pedagógico as submete a diferentes maneiras de se envergonharem de si mesmas. Você sabia que a maioria das crianças consideradas desajustadas, com problemas psicológicos e/ou psiquiátricos na rede escolar oficial são negras? (Gonzalez, 2020, p. 165-166, aspas da autora).

Essa concepção se atrela ao conceito de *dispositivo de racialidade* aludido pela filósofa brasileira Sueli Carneiro em sua tese de doutorado intitulada “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser” defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo em 2005. A noção foi pensada tendo como referência o Brasil, como ela mesma afirma:

procurei demonstrar a existência de um dispositivo de racialidade operando na sociedade brasileira como instrumento articulador de uma rede de elementos bem definida pelo contrato racial e que determina tanto as funções e as atividades no sistema produtivo quanto os papéis sociais. Trata-se agora de localizar nesse cenário o epistemicídio como um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2020, p. 82).

Carneiro analisa o impacto desse dispositivo na sociedade brasileira operando como um instrumento que articula uma rede de elementos definidos pelo contrato racial, determinando funções e papéis sociais, além de influenciar as relações de poder e conhecimento. Ela atrela sua verificação à compreensão de epistemicídio idealizada por Boaventura de Souza Santos, para revelar como a dominação racial e étnica se sustenta na deslegitimação do conhecimento dos grupos oprimidos perpetuando desigualdades e exclusões sociais, conforme apontado a seguir.

O conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos torna possível apreender o processo de destituição da racionalidade, da cultura e da civilização do Outro, que aconteceu e acontece no Brasil. Em “Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade”, o autor defende que o epistemicídio decorre da visão civilizatória que informou o empreendimento colonial e que alcança a sua formulação plena no racismo do século. Ao descrever a violência inerente ao processo colonial, Sousa Santos desvenda dois de seus elementos fundamentais: o genocídio e o epistemicídio (Carneiro, 2020, p. 82 - aspas da autora).

Nessa conjuntura, o epistemicídio configura-se como um mecanismo de dominação que se manifesta na anulação e desqualificação sistemática do conhecimento e da cultura de grupos subjugados, em especial os negros. Ao negar o acesso à educação de qualidade e deslegitimar suas formas de saber, o epistemicídio induz a “indigência cultural” e a inferiorização intelectual desses grupos. Essa prática envolve um sequestro da razão, a partir do qual as capacidades cognitivas dos indivíduos são rebaixadas e suas experiências são desvalorizadas. A perpetuação

dessa dinâmica se dá por meio de um dispositivo de racialidade que, funcionando como uma tecnologia de controle, naturaliza a desigualdade e impede o desenvolvimento pleno desses grupos, o que pode ser comprovado na asserção feita pela autora:

para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento considerado legítimo ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta. Sendo um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio se efetiva, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores racialmente, como uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade e que visa o controle de mentes e corações (Carneiro, 2020, p. 82).

Essa análise é crucial para entender as dinâmicas de poder e a necessidade de valorização dos saberes diversos na sociedade. Assim, o racismo opera nas mais variadas dimensões perpassando pela racialização do espaço urbano, a falta de acesso a oportunidades educacionais e econômicas, a violência policial e a morte de pessoas negras, dentre outras formas de discriminação, sendo imperioso o entendimento de sua manutenção na estrutura social e o enfrentamento das manifestações e bases que o sustentam.

Reportando-se ao contexto deste estudo, que tem por objeto de pesquisa professoras negras, é relevante mencionar a presença do racismo na constituição da docência no Brasil, como é trazido pela professora Maria Lúcia Rodrigues Muller (2014). Assim, a historiografia do magistério no Brasil mostra que foi negado o exercício da profissão às mulheres negras, com posterior apagamento de sua presença dos registros oficiais (Muller, 2014). A autora é enfática ao dizer que: “o magistério carioca, e possivelmente o brasileiro, passou décadas sendo reserva de

mercado apenas de professores brancos” (p. 87). Isso posto, procurarei mostrar como as docentes pesquisadas resistem ao racismo por meio de manifestações ativistas de enfrentamento por elas protagonizadas.

3.3. O FEMINISMO NEGRO: E NÃO SOU EU UMA MULHER?

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o suficiente para virar sozinha o mundo de cabeça para baixo, as mulheres, juntas, são capazes de trazê-lo de volta e colocá-lo na posição certa novamente.

(Sojourner Truth *in* Davis, 2016, p. 70.)

As primeiras manifestações feministas foram inspiradas na luta por direitos, sendo o voto o primeiro a ser reclamado. Esse movimento aliado ao abolicionista, fez com que surgisse nos Estados Unidos o feminismo negro, uma vez que a união de ambos desconsiderava as necessidades específicas trazidas por mulheres negras (Davis, 2016).

Sojourner Truth, notável defensora dos direitos civis e femininos no século XIX, desempenhou papel fundamental no movimento sufragista dos Estados Unidos. Nasceu como Isabella Baumfree por volta de 1797 em regime de escravização. Após conseguir sua liberdade, passou a se identificar pelo nome que é reconhecida, tornando-se uma oradora poderosa e defensora da abolição da escravatura. Em 1851, durante a convenção de mulheres pelo sufrágio feminino no Estado de Ohio, Sojourner proferiu o discurso que teve como lema “não sou eu uma mulher?”, com repercussão universal e tornando-se uma das inspirações do movimento feminista contemporâneo. Angela Davis (2016) contextualiza o discurso tal como o como ocasionado por Sojourner, ao ser impelida por uma fala sexista de um dos participantes que usou como argumento a fragilidade física de mulheres como justificativa para a negação do direito ao voto. A resposta ouvida por ele foi essa:

areí a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! *Não sou eu uma mulher?* Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! *Não sou eu uma mulher?* Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! *Não sou eu uma mulher?* (Davis, 2016, p. 71, grifo nosso.)

Angela Davis, professora, filósofa e ativista norte-americana, que integrou o Partido Comunista dos Estados Unidos e o movimento Panteras Negras⁹, dá profundas contribuições para a luta feminista, destacando que o caráter interseccional agiu desde a resistência das mulheres negras ao processo de escravização, e somado aos movimentos antiescravagistas, de luta por educação e contra a violência sofrida pela população afrodescendente após a abolição, coloca as mulheres negras como protagonistas para a emancipação feminina e da população negra. Sobre o feminismo negro, conceitua:

o feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época do seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos (Davis, 2018, p. 21).

O feminismo negro se apresenta como resposta ao deslocamento vivido por mulheres negras no interior dos movimentos feminista e negro, devido ao descaso dado para as pautas apresentadas por elas nesses espaços, como é percebido por Sueli Carneiro, que sugere o enegrecimento¹⁰ do movimento:

é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (Carneiro, 2003, n.p).

Faz-se necessário apontar a estrondosa diferença entre ser uma mulher branca e uma mulher negra. O artigo escrito por Carneiro (2013), intitulado “Enegrecer o

⁹ O Movimento dos Panteras Negras foi uma organização política e ativista fundada em 1966 nos Estados Unidos. Seu objetivo principal era lutar contra a brutalidade policial, o racismo sistêmico e a desigualdade racial. Os Panteras Negras também trabalharam para fornecer serviços comunitários, como programas de alimentação e educação auxiliando comunidades afro-americanas. O movimento teve um impacto significativo no ativismo pelos direitos civis e na conscientização sobre racismo nos Estados Unidos; também foi objeto de controvérsia e enfrentou repressão por parte das autoridades.

¹⁰ Em seu artigo Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina, a partir do recorte de gênero a filósofa Sueli Carneiro justifica o “enegrecimento” da agenda feminista e sexualização do movimento negro listando diversos pontos que exigem o reconhecimento da diferença e desigualdade desse novo sujeito, a mulher negra.

Feminismo”, realiza interpelações relacionadas a qual tipo de mulher o movimento feminista no Brasil tem como referência, apontando a desconsideração dada para a existência feminina negra no País. Dentre diversos aspectos alheios à realidade das mulheres negras, a filósofa indaga o mito da fragilidade feminina, algo que as mulheres negras desconhecem uma vez que ascendem de trabalhadoras escravizadas em lavouras, vendedoras, prostitutas, sempre exercendo atividades laborativas nas quais jamais foram tratadas como frágeis. A autora menciona ainda a importância em igualar socialmente mulheres e homens negros, orientada pelos níveis de realização conquistados pelos gêneros racialmente dominantes como caminho para o equilíbrio social:

[...] essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes (Carneiro, 2003a, p. 19, aspas da autora).

Considera-se relevante destacar o poder que o racismo detém para coisificar pessoas negras, capacidade que pode ser comprovada durante o período colonial brasileiro e que ainda perdura, especialmente, em se tratando das mulheres, que são enquadradas em três arquétipos, como sugere Lélia Gonzalez, renomada intelectual, socióloga e filósofa, considerada precursora nos estudos de raça e gênero no Brasil e que deixou legado notável para a luta antirracista e promoção dos direitos femininos no País. Gonzalez (2020) define os três padrões de classificação de mulheres negras: a mulata (materialização do fetichismo sexual masculino e branco); a doméstica (responsável pelo cuidado da casa de brancos); e a mãe preta (ocupa-se dos cuidados dos filhos do branco), sendo percebidas como detentoras de uma força desumana que lhes usurpa o direito de ter sentimentos, uma vez que não têm a fragilidade feminina (Carneiro, 2003).

Ao refletir sobre a configuração da economia brasileira, Gonzalez (2020) destaca que, em 1950, o índice de analfabetismo entre essas mulheres era um fator

de grande preponderância, fazendo com que 90% delas se dedicassem a atividades de prestação de serviços pessoais, apontando o processo de seleção racial como fator que beneficiava a colocação profissional de operárias brancas ou morenas. A autora denunciou ainda a exigência dos critérios de “educação” e a “boa aparência” para cargos burocráticos de níveis mais baixos agirem como delimitadores raciais. A dificuldade enfrentada para adquirir a instrução escolar intrinsecamente se relaciona às violências impostas às mulheres negras durante o período colonial escravagista, lhes imputando uma carga de estereótipos racistas que as posiciona no mais alto nível de violência social (Carneiro, 2003; Gonzalez, 2020). Gonzalez (2020, p. 50) apontou ainda sobre a incidência do racismo entre mulheres negras que conquistam níveis escolares mais elevados e tem a sua capacidade profissional questionada constantemente, aspecto possível de se comprovar nos dias atuais:

quanto à minoria de mulheres negras que, nos dias de hoje, atingiram níveis mais altos de escolaridade, o que se observa é que, apesar de sua capacitação, a seleção racial se mantém. Não são poucos os casos de rejeição, principalmente em multinacionais (que possuem como código de discriminação a sigla CR, “colored”, colocada nos testes de admissão de candidatas negras para cargos mais elevados como o de secretária bilíngue ou trilingue, por exemplo). Quando nos anúncios de jornais, na seção de oferta de empregos, surgem expressões tais que “boa aparência”, “ótima aparência” etc., já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas (aspas e parênteses da autora).

Somando-se ao racismo, nota-se a forte participação social do machismo pela imposição da supremacia masculina, determinando o que é de responsabilidade de mulheres e o que é de homens, além de ditar como incumbência feminina os cuidados domésticos e a maternidade. Assim, a violência misógina faz a leitura do corpo da mulher negra exclusivamente para fins sexuais ou carregada de uma sexualidade ameaçadora. Rotulações ligadas ainda à raça e à classe tais como o exotismo ou a relação da negritude à criminalidade, pobreza e incompetência se manifestam como instrumentos mantenedores da subalternização dessas mulheres. Esses atributos são endossados pela visão freyriana¹¹ em alusão ao ditado “branca para casar, mulata

¹¹ Refere-se ao sociólogo Gilberto Freyre e seu livro *Casa Grande e Senzala* – publicado em 1933, é considerado um clássico da Sociologia brasileira onde são descritas as bases das relações sociais e raciais no Brasil. No livro, o autor coloca a mulher negra ocupando papéis exclusivamente de trabalhos braçais e servidão sexual, além de validar o mito da democracia racial o que faz com que muitos acreditem na inexistência do racismo no País.

para fornicar e negra para trabalhar”: “[...] ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata” (Freyre, 2000, p. 36).

A definição de gênero é inaugurada com o posicionamento contrário de mulheres frente às variadas manifestações sociais de violências e preconceitos sofridos por elas, que levam à supervalorização da figura masculina em detrimento da feminina. Donna Haraway (2004) faz a seguinte conceituação para gênero:

um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (p. 211).

Assim, a classificação “gênero” difunde-se em um sentido construtivista inspirado na contribuição de Beauvoir (1980), alterando a percepção da diferença sexual para uma compreensão que parta de práticas e discursos sociais determinantes de feminilidades e masculinidades (Soares, 2019).

Entretanto, o célebre discurso de Simone de Beauvoir (1980, p. 9) “não se nasce mulher, torna-se” é questionado por Lélia Gonzalez por considerá-lo universalista e indiferente às especificidades de mulheres negras:

[...] quando esta [Simone de Beauvoir] afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista). Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais conforme nos revela um grande pensador e cientista negro, Cheikh Anta Diop. Por isso mesmo, falei da memória cultural ancestral e sua dinâmica. Como sabemos, nas sociedades africanas, em sua maioria, desde a Antiguidade até a chegada dos islamitas e dos europeus judaico-cristãos, o lugar da mulher não era o da subordinação, o da discriminação. Do Egito antigo aos reinos dos axântis ou dos iorubás, as mulheres desempenharam papéis sociais tão importantes quanto os homens. Em muitos casos, até o poder político era partilhado com elas (Gonzalez, 2020, p. 250).

Lélia critica a falta de atenção à interseccionalidade de gênero, raça e classe, destacando-as como condições únicas enfrentadas por mulheres negras e frequentemente ignoradas, pois, além de nascerem com uma identidade racial, essas

mulheres precisam conquistar sua negritude em um contexto que, muitas vezes, marginaliza suas experiências. Ressalta que, ao contrário das sociedades ocidentais, muitas sociedades africanas históricas não subordinaram mulheres, permitindo-lhes desempenhar papéis sociais importantes. Assim, a pensadora enfatiza a necessidade de uma abordagem que reconheça as complexas camadas de opressão que afetam as mulheres negras, abordando suas especificidades e a interseccionalidade. Gonzalez (2020, p. 50-51) realiza ainda a interpretação de ser mulher negra no cenário brasileiro:

ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então quando tem de ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “psicológicos” de seus filhos, que apresentam um comportamento “desajustado” que os torna “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar”. Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (“refúgios”) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “servente” (que se atente para as significações a que tal significante nos remete) (Gonzalez, 2020, p. 50-51, aspas e parênteses da autora).

O encruzamento das opressões raciais, de gênero e de classe delinea o perfil das pessoas que são alocadas nos lugares de maior dominação dentro das estruturas sociais: as mulheres negras, conforme direciona a jurista Kimberlé Williams Crenshaw em seu conceito de interseccionalidade (2002). Dessa maneira, a interseccionalidade contribui para uma reflexão ampliada sobre o contexto de maior vulnerabilidade das

mulheres negras em relação aos outros grupos sociais, corroborando assim para a existência do movimento feminista negro (Davis, 2018), que não via suas pautas contempladas dentro do movimento feito por mulheres brancas. A sororidade, conceito que alicerça as bases dessas feministas, se constitui da ideia de empatia, respeito e apoio entre mulheres, mas não abarca as dores que incidem sobre mulheres negras. Como resposta, Vilma Piedade cunha o termo dororidade:

[...] dororidade carrega, no seu significado, a Dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo, destaquei que quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, têm um agravo nessa Dor, agravo provocado pelo Racismo. Racismo que vem da criação Branca para manutenção de Poder... E o Machismo é Racista. Aí entra a Raça. E entra Gênero. Entra Classe. Sai a Sororidade e entra a Dororidade (Piedade, 2019, p. 46).

Mulheres negras sempre tiveram preocupação com a educação e os meios para acessá-la. Apesar de terem invisibilizada a história de sua participação no campo educacional e intelectual, encontram-se evidências da prioridade que davam para a aquisição de conhecimentos (Pinho, 2022), vislumbrando nelas o caminho para se alcançar melhores condições de vida¹². Ainda na direção imposta pelo apagamento da participação negra no País, a história da educação enfrenta o que Reis (2010) nomeia por *racismo historiográfico*, pois, ao relacionar a participação dos negros com mecanismos de aquisição de conhecimento, faz-se de modo a destacar a proibição do acesso a esse público ou a falta de registros. De igual modo, percebe-se esse tipo de racismo quando se trata da participação de docentes negras na história da educação brasileira. Muller (1999) apresenta, em seus estudos, o embranquecimento do magistério feito durante o período da Primeira República.

Faz-se necessário mencionar que as professoras negras não se dissociam desse entrecruzamento de opressões sociais, porém, para este estudo, pretendo me concentrar no posicionamento das docentes diante do racismo, ancorada pela

¹² O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) revelou que, no Brasil, entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2020, as mulheres representavam mais de 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico, das quais mais de 65% eram mulheres negras, ou seja, a grande maioria. Em 2020, esse número correspondia à cerca de 3 milhões de mulheres negras neste espaço, enquanto as mulheres não negras eram 1,5 milhão. Inclusive, os dados mostram que as trabalhadoras negras recebem 15% menos que as trabalhadoras não negras. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 2 nov. 2024.

reflexão de Angela Davis, que percebe o modo como a relação racial cruza as relações de classe e de gênero:

raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a classe é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (Davis, 1997, p. 8).

A escola, local onde a educação se institucionaliza, demonstra significativa possibilidade de transformação social, apesar de ainda não conseguir atuar de forma acolhedora, respeitável e democrática mediante as diferenças de seu público.

O feminismo negro busca trazer à tona experiências únicas enfrentadas por mulheres negras e combater o racismo e o sexismo interseccional que as afeta. A presença de professoras negras (mulheres que se afirmam e atuam profissionalmente com propostas educativas antirracistas), que se posicionam contra posturas conservadoras, assume função essencial para o alcance de uma sociedade democrática em que haja justiça social, assumindo papéis fundamentais para a formação e o empoderamento de crianças, principalmente, de meninas negras. As docentes atuam como exemplos de luta e sucesso, mostrando para crianças negras a possibilidade de alcançarem seus sonhos e a superação das adversidades impostas pela sociedade. Além disso, essas professoras dispõem de papel essencial na desconstrução de estereótipos e na promoção da diversidade nos espaços escolares. Ao trazer uma perspectiva negra para o ensino, dão voz às experiências e à história de afrodescentes que comumente são negligenciadas ou distorcidas nos currículos escolares.

A seguir, trago as contribuições do dispositivo de racialidade e da amefricanidade em diálogo com a resistência.

4. SOBRE O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE, A AMEFRICANIDADE E SUAS IMBRICAÇÕES COM A RESISTÊNCIA

Aqui analisarei a maneira como as contribuições de Foucault, Carneiro e Gonzalez se entrelaçam para compreender as estratégias de professoras negras praticadas pelo Instagram para a luta antirracista, indicando como esses conceitos se articulam para analisar as dinâmicas de poder e resistência que emergem em resposta às desigualdades raciais.

4.1. O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE

Somos seres humanos como os demais, com diversas visões políticas e ideológicas. Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta.

(Sueli Carneiro, *Revista Caros Amigos*, n. 35, 2000)

Sueli Carneiro (2023) partiu das noções de biopoder e de dispositivo pensados por Michel Foucault, aplicou-as ao contexto brasileiro e obteve como resultado o dispositivo de racialidade. Como explicado no capítulo anterior, o conceito de dispositivo (Foucault, 1995) diz respeito a um conjunto heterogêneo de elementos abrangendo-se discursos, instituições, práticas, leis, normas e saberes, que se articulam em um determinado contexto social e histórico. Pode ser compreendido como uma rede de relações de poder que opera em um campo específico, influenciando comportamentos, práticas sociais e a formação de subjetividades. Essas articulações funcionam para regular e controlar a vida social, moldando a maneira como os indivíduos se percebem e se relacionam com os outros. Ele pode se reconfigurar em diferentes circunstâncias, respondendo a necessidades históricas e sociais. O biopoder, por sua vez, refere-se a uma forma de poder que se concentra na gestão da vida e da população.

Foucault (1979a) argumenta que, a partir do século XVIII, o poder passou a se preocupar não apenas com a soberania e a repressão, mas também com a administração da vida, abrangendo aspectos tais como saúde, reprodução, educação

e bem-estar da população. O biopoder se manifesta mediante práticas que visam regular a vida dos indivíduos, promovendo a saúde e a produtividade, ao mesmo tempo em que controla e disciplina os corpos.

A definição de biopoder é abordada nas obras *Em defesa da sociedade* e *História da sexualidade: a vontade de saber*. Relaciona-se ao exercício de práticas sobre a vida e os corpos das populações, intentando regular e controlar a existência em suas dimensões biológicas, sociais e políticas. O filósofo evidencia a maneira como o biopoder se manifesta em diferentes técnicas e dispositivos de controle, envolvendo questões tais como saúde, natalidade, mortalidade, higiene, educação, dentre outras:

o segundo, [biopoder] que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos; a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população [...] A velha potência da morte[...] é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida (Foucault, 1979a, p. 131).

Já a biopolítica, noção que se relaciona ao biopoder, constitui-se da manifestação do poder na gerência das populações, fazendo uso da administração da vida e da saúde. As técnicas e os saberes produzidos servem para melhor gerir a vida da população, otimizando-a conforme os interesses do Estado ou das estruturas de poder dominantes. Nota-se assim a expansão da geração de saberes, considerando-se que o biopoder demanda conhecimento detalhado sobre os corpos e suas condições de vida. Com a biopolítica, houve significativo aumento na produção dos saberes nas áreas da Medicina, da Psicologia, da Sociologia, da Demografia, dentre outras, intentando monitorar, controlar e gerir as populações, em uma sociedade que passou a valorizar cada vez mais a vida e o bem-estar como um recurso político e econômico importante, o que é destacado pelo pensador francês:

um projeto de tecnologia da população começa a ser desenhado: estimativas demográficas, o cálculo de pirâmides etárias, diferentes expectativas de vida e níveis de mortalidade, estudos das recíprocas relações entre crescimento da população e crescimento da riqueza, medidas de incentivo ao casamento e procriação, desenvolvimento de

formas de educação e treinamento profissional (Foucault, 1979a, p. 131 *apud* Maia, 1995, p. 99).

O dispositivo de racialidade trata-se, então, de um conjunto de práticas sociais, discursivas e institucionais que perpetuam e reforçam a hierarquia racial, baseada na noção de superioridade de determinados grupos étnico-raciais em relação a outros. Refere-se a sistemas complexos e interligados de práticas, discursos e instituições, que perpetuam relações de poder baseadas em categorias raciais, conforme apresentado pela autora:

inspirada pelo filósofo francês, procuro mostrar a existência de um dispositivo de racialidade operando na sociedade brasileira de tal modo que, pela articulação de múltiplos elementos, configura a racialidade como um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades. Pode-se dizer que o dispositivo de racialidade instaura, no limite, uma divisão ontológica, uma vez que a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras (Carneiro, 2023, p. 12).

Esse sistema de racialização opera na sociedade brasileira ao articular diversos elementos que configuram a racialidade como um domínio capaz de gerar poderes, saberes e subjetividades, ao mesmo tempo em que nega e interdita esses mesmos aspectos para outros grupos. Cria ainda uma divisão fundamental sobre a gênese do ser, em que a afirmação da existência das pessoas brancas ocorre à custa da negação da existência das pessoas negras, reforçando a superioridade de um eu hegemônico branco em relação ao outro negro.

Ademais, o dispositivo de racialidade opera em sinergia com o biopoder, sendo por ele instrumentalizado, pois “combinado ao racismo, o biopoder promove a vida da raça considerada mais sadia e mais pura e promove a morte da raça considerada inferior [...]” (Carneiro, 2023, p. 12).

O dispositivo elaborado por Michel Foucault está diretamente relacionado ao dispositivo de racialidade proposto por Sueli Carneiro. O dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) opera como uma rede de relações de poder que não se limita a regular comportamentos e práticas sociais, mas molda a formação de subjetividades racializadas. Assim como o dispositivo foucaultiano que abrange discursos, instituições, práticas e saberes, o dispositivo de racialidade se manifesta por uma multiplicidade de elementos que perpetuam a hierarquia racial e a desigualdade

social. Ele se configura como um mecanismo que articula a inferiorização dos indivíduos racializados, especialmente das mulheres negras, em um contexto de opressão sistêmica. Além disso, a capacidade de reconfiguração do dispositivo conforme descrita por Foucault (1995) é igualmente pertinente ao dispositivo de racialidade, adaptando-se às mudanças históricas e sociais consoante às necessidades de controle e dominação contemporâneas. A articulação entre o biopoder e o dispositivo de racialidade também é notável, uma vez que o biopoder, ao regular a vida e a saúde da população, e utiliza de práticas racistas para promover a exclusão e a marginalização de grupos racializados (Foucault, 1979a). Logo, o estudo minucioso do dispositivo de racialidade, à luz dos conceitos de dispositivo e biopoder foucaultianos, permite uma ampla compreensão das dinâmicas de poder que sustentam a opressão racial. A aproximação de ambos os conceitos revela como as estruturas de poder regulam a vida social, perpetuando desigualdades raciais em um contexto de intersecção entre raça e gênero.

Conjuntamente, Sueli Carneiro estabeleceu diálogo com a teoria do contrato racial cunhada pelo filósofo jamaicano Charles Mills, explorando a intersecção entre raça e estruturas sociais. A teoria do contrato racial elaborada por Mills (2023) propõe que as relações raciais são estruturadas por um contrato social global que, de maneira sistemática, exclui os não brancos das esferas de poder e dos direitos fundamentais, perdurando desigualdades que se manifestam em diversas esferas da sociedade. Para ele, esse contrato estabelece a distribuição desigual de benefícios e ônus com base na raça, mantendo estruturas de poder racialmente hierarquizadas. Conforme aponta Carneiro (2023, p. 31):

em seu livro de 1997, *The Racial Contract* [O contrato racial], Mills sustenta que as comemorações de efemérides ligadas à viagem de Colombo e as avaliações críticas e revisões historiográficas desses eventos colocaram a descoberto o mal-estar civilizatório segundo o qual o mundo em que vivemos foi “moldado fundamentalmente nos últimos quinhentos anos pelas realidades da dominação europeia e pela consolidação gradual da supremacia branca global”. Em linguagem foucaultiana, podemos dizer que o processo do que se convencionou chamar de “Descobrimento” fez emergir uma nova tríade de poder, saber e subjetividades informadas pela racialidade conformando novos sujeitos: homens, nativos, brancos, não brancos. O autor desvela, ainda, a existência de um sistema político, não nomeado pelos teóricos políticos voltados para a análise das noções de democracia, liberalismo, governo representativo, “que tornou o mundo moderno o que ele é hoje”, a saber: a supremacia branca. Essa omissão não é acidental, reflete o fato de que os teóricos políticos são

majoritariamente brancos que não veem que o seu privilégio racial é político, e, portanto, “uma forma de dominação”. Assim, torna-se urgente uma abordagem teórica que desafie a filosofia política tradicional e incorpore as questões raça e racismo (Carneiro, 2023, p. 31, aspas da autora).

A pensadora realiza a articulação da noção de dispositivo de racialidade com a teoria do contrato racial, mostrando a operacionalidade da racialidade como um mecanismo que reflete e reproduz as desigualdades sociais. Evidencia ainda a influência de um conjunto de práticas e discursos que se entrelaçam e criam um campo em que a resistência e a violência coexistem na construção da identidade racial e das relações de poder. Ao integrar as ideias propostas por Mills (2023) somadas às asserções feitas por Foucault (1995), Sueli Carneiro oferece uma exploração mais aprofundada das dinâmicas de poder que moldam a experiência racial, enfatizando a necessidade de compreender essas relações em suas múltiplas dimensões e contextos. Conforme mencionado por ela:

embora a esse respeito Foucault não seja referência para Mills, é possível detectar pontos de encontro entre as suas reflexões, sobretudo no que diz respeito à multiplicidade de elementos heterogêneos que constitui um dispositivo de poder e a rede que entre eles se estabelece, incluindo ditos, não ditos e a proliferação de discursos associados à racialidade, que Mills detecta em uma diversidade de atos: bulas papais e outros pronunciamentos teológicos, discussões europeias sobre colonialismo, descoberta, e direito internacional; pactos, tratados e decisões jurídicas; debates acadêmicos e populares sobre a humanidade dos não-brancos; a criação de estruturas legais formalizadas de tratamento diferenciado e a rotinização de práticas informais ilegais ou semi-ilegais efetivamente sancionadas pela cumplicidade do silêncio e pela incapacidade do governo de intervir e punir perpetradores — que podem ser vistos coletivamente, não apenas de forma metafórica, mas bem próxima da literal, como seu equivalente conceitual, jurídico e normativo (Carneiro, 2023, p. 34).

Dessa forma, a interlocução entre os conceitos propostos pela filósofa e os elaborados pelos autores enriquece a discussão sobre raça e poder, permitindo uma compreensão abrangente das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a exclusão, ao mesmo tempo em que abre espaço para a resistência e para a construção de novas subjetividades. A articulação dessas proposições teóricas não se limita a iluminar as complexidades das relações raciais, mas vai além, ao propor

um caminho para a reflexão crítica e a ação política, em face das injustiças raciais que persistem na sociedade contemporânea.

A autora também fundamenta a sua análise nos estudos de teóricos tais como Frantz Fanon e Stuart Hall, que discutem a forma como a racialização incide sobre as identidades individuais e coletivas, configurando relações de poder e exclusão na sociedade. Ela argumenta que o dispositivo de racialidade opera de maneira insidiosa, promovendo a invisibilização e a marginalização de grupos racializados, ao mesmo tempo em que legitima a supremacia branca e a exclusão de pessoas negras e indígenas.

Frantz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas* (2008), analisa as consequências do racismo na formação da identidade de indivíduos racializados, destacando como os negros são considerados inferiores e submetidos a tratamentos desiguais, concebendo o racismo como um tipo de discriminação que se fundamenta na cor da pele, resultando em consequências psicológicas significativas, capazes de afetar de maneira adversa a autoestima e a saúde mental dos indivíduos de tez escura. Ele introduz o conceito de “zona-do-não-ser” mostrando como a branquitude desumaniza os negros e discute a “epidermização do racismo” que reduz as pessoas negras à sua aparência, ignorando suas particularidades. Tais processos são capazes de causar experiências traumáticas e um complexo de inferioridade, resultando na internalização de estereótipos negativos. A reflexão feita por Sueli Carneiro, que também aborda a construção social da racialidade e suas implicações na identidade negra, vai na direção do pensamento de Fanon. Carneiro (2023) enfatiza como a racialização produz hierarquias que perpetuam a inferiorização dos negros, refletindo sobre a necessidade de descolonizar o pensamento e a cultura. Ambos os autores destacam a importância de reconhecer e confrontar as estruturas de poder que sustentam o racismo, promovendo uma conscientização crítica apta a possibilitar a desalienação e a valorização da identidade negra.

Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade*, levanta como ideia central as identidades culturais socialmente construídas, passando por constantes transformações, influenciadas por processos de racialização e pelas dinâmicas de poder presentes nas instituições sociais tais como a mídia e órgãos educacionais. Hall (2006) argumenta que a raça não deve ser vista como uma categoria biológica e sim uma construção discursiva que organiza representações e práticas sociais, perpetuando estereótipos e hierarquias que marginalizam grupos racializados.

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (Hall, 2006, p. 63, parênteses do autor).

Carneiro (2023) enfatiza, em seu trabalho, que a racialidade ultrapassa o quesito da cor da pele constituindo-se de um dispositivo que organiza e perpetua desigualdades sociais, apontando a maneira que as representações e práticas sociais influenciadas por entidades midiáticas e educacionais contribuem para a construção de estereótipos que marginalizam os grupos racializados. Segundo Carneiro (2023, p. 28),

o dispositivo de racialidade também produz uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação. Constitui-se assim uma ontologia do ser e uma ontologia da diferença. Como afirma Isildinha Baptista Nogueira: A “brancura” passa a ser parâmetro de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica etc. Assim, o branco encarna todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias: “eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a humanidade” (Carneiro, 2023, p. 28, aspas da autora).

Ao elaborar o conceito de dispositivo de racialidade, Sueli Carneiro (2023) fundamenta seu estudo na crítica às relações de poder que se configuram a partir da racialidade, especificamente no contexto brasileiro, expondo que esse instrumento opera como um conjunto de práticas e discursos que perpetuam na hierarquia racial e subordinam os indivíduos negros ao marginalizar suas experiências e saberes. A filósofa manifesta que, historicamente, a escravização de afrodescendentes e suas consequências moldaram a percepção do trabalho e da identidade racial no Brasil, resultando em um estigma que ainda persiste nas relações sociais contemporâneas. Além disso, mostra que o dispositivo de racialidade reforça a supremacia branca, ao transformar a presença negra em objeto de pesquisa, enquanto invisibiliza sua contribuição histórica e cultural. Tal asserção pode ser verificada a seguir:

para compreender como isso se dá no Brasil, é preciso lembrar que a escravidão corrompeu o valor do trabalho: compulsório para o escravo, não tinha como ser considerado positivo pelo senhor branco. Este, liberado de trabalhar pela existência do escravo, foi viciado no ócio. O trabalho manual foi estigmatizado pela tradição, igualmente estigmatizadora, da escravidão. A abolição seria, nesse contexto, o momento da emergência do negro na nova ordem disciplinar que se instaura no Brasil, na passagem de uma economia baseada no trabalho escravo para o livre. É esse novo status que o dispositivo de racialidade, enquanto dispositivo do poder disciplinar emergente, haverá de demarcar em ações teóricas de assujeitamento, semelhantes ao que é denominado por Muniz Sodré, em outra situação, de “uma espécie de símbolo ontológico das classes econômica e politicamente subalternas”. É assim que o negro sai da história para entrar nas ciências, a passagem da escravidão para a libertação representou a passagem de objeto de trabalho para objeto de pesquisa. A invisibilidade da presença negra na cena brasileira, que gradualmente vai se processando, contrasta com a vasta produção acadêmica que irá se desenvolvendo em torno dessa nova condição de objeto de estudo. Um epistemicídio que constrói um campo de saber fundado num manifesto, numa convocatória, como se pode considerar a conclamação de Sílvia Romero. A contrapartida é o também crescente embranquecimento da representação social. Duas manobras que vão promovendo, ao nível da reconstrução do imaginário social sobre o País, o branqueamento em todas as dimensões da vida social (Carneiro, 2023, p. 41, aspas da autora).

Sueli Carneiro nos brinda com mais uma necessária percepção, ao relacionar o conceito de epistemicídio¹³ com a educação, destacando como as estruturas educacionais têm contribuído para a marginalização do conhecimento produzido por povos negros e a deslegitimação de suas experiências. Para ela, epistemicídio se refere à negação sistemática da habilidade intelectual e produção de saberes pelas vozes dos grupos racializados, resultando em uma pobreza cultural e intelectual que “se efetiva, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores racialmente, como uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade e que visa o controle de mentes e corações” (Carneiro, 2023, p. 84). A filósofa aponta que a educação, ao deixar de se tornar um espaço inclusivo, perpetua a exclusão dos saberes africanos e afro-brasileiros, evidenciada pela negação do acesso à educação de qualidade e pela inferiorização intelectual e cultural dos negros:

¹³ Epistemicídio, conforme elaborado por Boaventura de Sousa Santos, designa a destruição sistemática de conhecimentos, saberes e culturas que não se encaixam nos padrões dominantes, geralmente aqueles associados a grupos marginalizados ou minoritários. É um processo de apagamento e desvalorização de formas de conhecimento que desafiam o status quo e a hegemonia de determinados grupos sociais (Santos, 1995).

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2023, p. 83).

Verifica-se a urgência em transformar as práticas educacionais para prezar pelo conhecimento produzido por grupos racializados, tornando fundamental o desafio as narrativas que perpetuam a inferiorização e a exclusão. Ao promover um esforço coletivo para construir uma educação que não apenas inclua, mas que também celebre a diversidade cultural e intelectual dos povos africanos e afrodescendentes, as professoras negras criam a possibilidade de enfrentar as estruturas que sustentam o epistemicídio. Essa transformação é vista como primordial para a emancipação dos grupos historicamente marginalizados e para a construção de uma sociedade em que todos os saberes sejam respeitados e valorizados.

Assim, a análise realizada por Sueli Carneiro revela a necessidade de uma crítica que desvele as estruturas de submissão racial, promovendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais que sustentam a desigualdade no Brasil. Nesse sentido, o dispositivo de racialidade se manifesta em diversas esferas do cenário social brasileiro, influenciando desde as representações midiáticas até as políticas públicas, reproduzindo estereótipos e preconceitos que perpetuam a discriminação racial. Para Carneiro (2023), é fundamental desnaturalizar e desestabilizar esse dispositivo, repensar e reestruturar a educação, promovendo a conscientização e a luta contra o racismo estrutural que permeia as relações sociais contemporâneas.

4.2. DISPOSITIVO DE RACIALIDADE E O PENSAMENTO FOUCAULTIANO

A relação entre o pensamento de Michel Foucault e o dispositivo de racialidade de Sueli Carneiro reside na compreensão de como as relações de poder/biopoder e os discursos moldam as identidades e as práticas sociais. Sueli Carneiro (2023) utiliza os conceitos de biopoder e dispositivo à luz da obra de Foucault (1979a; 1995), para analisar a racialidade como uma construção social que não apenas categoriza, mas também perpetua desigualdades e hierarquias raciais. A compreensão foucaultiana

define dispositivo como um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, práticas e saberes que se inter-relacionam e exercem poder sobre os indivíduos. Tal noção é aplicada ao campo racial, entendendo a racialização como um dispositivo que organiza a sociedade, administrando a forma como os indivíduos racializados são percebidos e tratados. A autora afirma ainda que a racialidade se constitui em um campo ontológico que produz significados e práticas sociais, refletindo as relações de poder que a sustentam (Carneiro, 2023).

Outrossim, Sueli Carneiro destaca a racialidade como uma construção discursiva fruto de interações sociais e históricas, alinhando-se à tese de Foucault que capta o discurso como uma prática social capaz de revelar as relações de poder subjacentes. Por discurso, Michel Foucault (2008, p. 122) infere ser um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”. Já o enunciado é compreendido pelo filósofo como uma unidade fundamental de discurso que vai além da simples frase ou expressão isolada, funcionando como uma construção linguística que tem dimensão contextual, histórica e social, sendo inseparável das práticas discursivas em que está inserido. Foucault (1986) enfatiza que o enunciado não se constitui apenas como uma sequência linear de palavras, mas uma unidade de significado que está imersa em relações de poder, conhecimento e práticas sociais, não sendo uma entidade autônoma, e sim interligada com outras formas de discurso e com as condições em que é produzido, sendo “sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (Foucault, 1986, p. 32). Nesse sentido, a noção de enunciado é ampliada por abranger outras expressões comunicativas além da verbal, e assim “[...] um horário de trens, uma fotografia ou um mapa podem ser um enunciado, desde que funcionem como tal, ou seja, desde que sejam tomados como manifestações de um saber e que, por isso, sejam aceitos, repetidos e transmitidos [...]” (Veiga-Neto, 2003, p. 113).

A aceitação mencionada pelo autor diz respeito ao poder que estabelece inerentes conexões com o saber, atuando sobre esse para legitimar e invalidar determinados discursos, gerando a hierarquização dos saberes em uma configuração social específica, além de objetivar e subjetivar os sujeitos.

Carneiro (2023) observa ainda que a ausência de vozes negras nas práticas discursivas acadêmicas e sociais contribui para a perpetuação de estereótipos e

desigualdades, o que é reconhecido pelo pensador francês ao discutir como os discursos moldam a verdade e a subjetividade. A filósofa considera que:

para discutir a temática do dispositivo de racialidade no Brasil, vale inicialmente demarcar que Foucault compreende o discurso como prática social que emana de todos os pontos de poder. O discurso encerraria em si mesmo o sentido das relações de poder que o engendram, não sendo lícito, do ponto de vista de Foucault, buscar nele um sentido oculto, na medida em que esse sentido se explicita nos saberes que os discursos produzem. Assim, as práticas sociais se constituiriam discursivamente e os discursos formariam sujeitos e objetos que se condicionam, se deslocam, se multiplicam ou invertem posições. [...] Se o sexo, conforme Foucault mostra em História da sexualidade é o demarcador de uma verdade sobre o sujeito que define a sua normalidade ou anormalidade, a raça é, em meu entendimento, outro demarcador para a apreensão dessa verdade; por meio dela se evidencia o valor de cada agrupamento humano, a medida de sua humanidade, a normalidade de cada qual. Assim, o saber sobre o negro é considerado como prática discursiva de diferenciação social segundo a racialidade, que permite a distinção social de cada indivíduo por discursos de raça produzidos no interior de relações de poder. Como explica Daniella Georges Coulouris “a noção de poder elaborada por Foucault articula-se com a ideia de discursos. Os discursos são formados no interior de saberes que se caracterizam pelo domínio de determinados objetos e pela produção de enunciados que se pretendem mais válidos que outros. Não há saber sem poder, assim como não há saber sem conflito, sem embate de várias posições distintas” (Carneiro, 2023, p. 36, aspas da autora).

Ademais, a pensadora brasileira enfatiza a importância de reconhecer a resistência e as vozes insurgentes que emergem do campo da luta racial, o que se conecta à ideia de Foucault (2001) sobre a multiplicidade de formas de resistência que existem dentro de um sistema de poder. Argumenta ainda que, ao dar voz aos sujeitos racializados, é possível desafiar as narrativas dominantes e promover uma reconfiguração das relações sociais.

4.3. A AMEFRICANIDADE

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais.

(Lélia Gonzales, 1983, p. 25.)

Lélia de Almeida (1935-1994) nasceu na capital mineira. O sobrenome Gonzalez foi herdado do espanhol Luiz Carlos Gonzalez, com quem se casou no final da década de 1960. A intelectual brasileira, que foi uma figura central na luta antirracista e feminista no País, se graduou em História, Geografia e Filosofia. Sua trajetória foi marcada pela interseccionalidade entre raça, classe e gênero, o que a posicionou como uma das principais vozes do movimento negro e do feminismo negro no Brasil. Gonzalez dedicou sua vida acadêmica e militante à descolonização do conhecimento e à visibilização das experiências negras, aprofundando-se no estudo das raízes históricas e sociais do racismo no Brasil, contribuindo para a construção de um pensamento crítico sobre as relações de poder e as desigualdades que permeiam a sociedade brasileira, tendo participação relevante para a criação do Movimento Negro¹⁴.

Um dos conceitos mais importantes desenvolvidos por Lélia Gonzalez foi o de “amefricanidade”. A pensadora buscou resgatar os processos de resistência ao colonialismo e valorizar as epistemologias elaboradas pelos povos originários da América Latina e do Caribe, como é exposto a seguir:

os termos “afro-american” (afro-americano) e “African-American” (africanoamericano) remetem-nos a uma primeira reflexão: a de que só existiriam negros nos Estados Unidos e não em todo o continente. E a uma outra, que aponta para a reprodução inconsciente da posição imperialista dos Estados Unidos, que afirmam ser “A AMÉRICA”. Afinal, o que dizer dos outros países da América do Sul, Central, Insular e do Norte? Por que considerar o Caribe como algo separado, se foi ali, justamente, que se iniciou a história dessa AMÉRICA? É interessante observar alguém que sai do Brasil, por exemplo, dizer que está indo para “a América”. É que *todos nós*, de qualquer região do continente, efetuamos a mesma reprodução, perpetuamos o imperialismo dos Estados Unidos, chamando seus habitantes de “americanos”. E nós, o que somos, asiáticos? [...]. Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos Yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica (Gonzalez, 1988, p. 76, aspas e parênteses da autora).

¹⁴ O movimento negro são ações sociais, políticas e culturais que lutam pela igualdade racial e combate ao racismo, defendendo os direitos da população negra e a equiparação das condições entre negros e brancos na sociedade.

A filósofa inaugura uma reflexão crítica sobre a identidade e a cultura dos afrodescendentes nas Américas, enfatizando a intersecção entre as experiências africanas e americanas. Por meio da amefricanidade, Lélia se propõe a reafirmar a identidade dos descendentes do continente africano por meio da valorização das culturas afro-brasileiras e afro-americanas, reconhecendo suas contribuições para a formação das sociedades do continente americano, vislumbrando a promoção da equidade e justiça social, combatendo as desigualdades que ainda persistem nas sociedades americanas. A proposta se fundamenta em uma crítica ao eurocentrismo, que historicamente marginalizou as contribuições culturais afro, promovendo uma reavaliação das narrativas que compõem a identidade nacional e continental.

A também historiadora utiliza o conceito elaborado para designar a totalidade dos descendentes de africanos nas Américas, enfatizando que essa identificação transcende as limitações territoriais e linguísticas, o que permite a compreensão mais profunda das experiências compartilhadas entre a comunidade negra americana. A abordagem busca unir as variadas expressões culturais que emergem das histórias de resistência e adaptação, reconhecendo a riqueza e a complexidade das culturas afro-brasileiras e afro-americanas, como pode ser percebido a seguir:

quanto a nós, negros, como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos enquanto descendentes de africanos se permanecemos prisioneiros, “cativos de uma linguagem racista”? Por isso mesmo, em contraposição aos termos supracitados, eu proponho o de amefricanos (“amefricans”) para designar a todos nós. As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (*amefricinity*) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a América como um todo (Sul, Central, Norte e Insular) (Gonzales, 1988, p. 76).

Salienta ainda a importância da resistência cultural como um elemento central na construção da identidade afrodescendente, apresentando a manifestação histórica da amefricanidade em formas de organização social e resistência, uma vez que

já na época escravista ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se

encontra nos quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronages e *maroon societies* (Gonzalez, 1988, p. 79).

A resistência preserva as tradições africanas enquanto cria novas formas de expressão que são intrinsecamente ligadas à identidade contemporânea dos afrodescendentes. Valorizar as culturas afro-brasileiras e afro-americanas é visto como um meio de resgatar e afirmar uma identidade coletiva que desafia o domínio e a invisibilidade, enquanto oportuniza a interculturalidade, ao reconhecer as interações entre as culturas africanas e americanas, propondo um diálogo intercultural que enriquece a compreensão das identidades contemporâneas. Lélia (1988) enfatiza que, ao adotar a contribuição cultural afrodescendente, é possível construir uma narrativa mais inclusiva que respeite e celebre a diversidade das experiências vividas. Segundo ela, “reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos” (Gonzalez, 1988, p. 79).

A interconexão cultural entre as comunidades negras da América Latina e do Caribe são consideradas em relevância, evidenciando como a presença africana moldou as línguas e as expressões culturais na região. Lélia Gonzalez explicita que, pelo contato crescente com manifestações culturais negras, é possível identificar semelhanças nos falares que refletem a africanização das línguas coloniais, como o “pretuguês”, que representa uma fusão única de influências africanas no português brasileiro. Essa perspectiva ressalta a importância de admitir a contribuição da cultura negra na formação da identidade linguística e cultural do Brasil, desafiando a narrativa eurocêntrica que, muitas vezes, marginaliza essas influências. A autora argumenta ainda que a africanização não se limita a um fenômeno linguístico, ressoando como um símbolo da resistência das comunidades negras, que, apesar da opressão histórica, continuam a afirmar sua identidade e a enriquecer o tecido cultural da sociedade brasileira:

Graças a um contato crescente com manifestações culturais negras de outros países do continente americano, tenho tido a oportunidade de observar certas similaridades que, no que se refere aos falares, lembram o nosso país. É certo que a presença negra na região caribenha (aqui entendida não só como a América Insular, mas incluindo a costa atlântica da América Central e o norte da América do Sul) modificou o espanhol, o inglês e o francês falados na região (quanto ao holandês, por desconhecimento, nada posso dizer). Ou seja, aquilo que chamo de “retuguês” e que nada mais é do que marca

de africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamava os escravos africanos de “pretos”, e de “crioulos” os nascidos no Brasil) é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, e também a ausência de certas consoantes (como o L ou o R, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isso sem falar nos dialetos “crioulos” fazer Caribe). Semelhanças ainda mais evidentes são constatáveis se o nosso olhar se volta para as músicas, as danças, os sistemas de crença etc. Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalculado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc. que minimizam a importância da contribuição negra (Gonzalez, 1988, p. 70, aspas e parênteses da autora).

Para elaborar seu conceito, Lélia Gonzalez aproxima-se da Psicanálise como uma ferramenta teórica que lhe permitiu analisar e compreender as dinâmicas sociais e culturais que permeiam a formação das sociedades americanas, especialmente no que diz respeito à identidade afrodescendente. A Psicanálise, com seu foco nas estruturas psíquicas e nos mecanismos de defesa, oferece um arcabouço conceitual que ajuda a elucidar como o racismo e a negação da identidade afro-brasileira operam em níveis tanto individuais quanto coletivos. A autora utiliza o termo freudiano denegação para explicar como a sociedade nega a existência e a relevância da ladinoamefricanidade. Essa negação, segundo Gonzalez (1988), não é apenas uma manifestação de preconceito, mas um processo psicológico, que busca silenciar e apagar as vozes dos afrodescendentes, portadores de uma rica herança cultural. Ela afirma que:

trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o *t* pelo *d* para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: *América Ladina* (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE) são *ladinoamefricanos*. Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale a pena recordar a categoria freudiana de denegação (*Verneinung*): “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (Laplanche e Pontalis, 1970). Enquanto denegação de nossa ladino amefricanidade, o racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o

testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira) (Gonzalez, 1988, p. 69, aspas e parênteses da autora).

O neologismo América Ladina cunhado por Lélia Gonzalez busca justamente subverter a noção de uma América Latina exclusivamente europeia e latina, propondo uma visão que reconhece a forte presença africana na formação cultural da região. O termo “ladino” remete-se à mestiçagem e à diversidade cultural, enfatizando a contribuição africana para a identidade brasileira.

A autora é sagaz, ao utilizar o conceito freudiano de denegação (*verneinung*) para interpretar a formação histórico-cultural do Brasil, especificamente explicando a neurose cultural brasileira. A pensadora argumenta que a identidade brasileira não é exclusivamente europeia, mas sim uma “América africana”, em que a latinidade é reconfigurada, resultando na designação de “América ladina”. Nesse contexto, a neurose cultural, que se manifesta por intermédio do racismo, é vista como um sintoma que reflete a recusa em reconhecer a diversidade étnica e cultural do País. Gonzalez aplica essa ideia ao racismo brasileiro, que se volta contra os negros, negando sua ladinoamefricanidade e perpetuando a ilusão de uma “democracia racial”. Assim, a Psicanálise não apenas ilumina as dinâmicas inconscientes que sustentam a opressão racial, mas também oferece uma chave para a reinterpretação da identidade brasileira, enfatizando a necessidade de reconhecer e valorizar a contribuição africana na formação cultural do País.

O intelectual, artista e ativista brasileiro José Abdias do Nascimento (1914-2011) foi de grande inspiração para Gonzalez. Esse pensador dedicou grande parte de sua obra ao analisar as relações raciais no Brasil e ao buscar alternativas para a superação do racismo, disseminando a ideia de pan-africanismo no País. O pan-africanismo se constitui de um projeto de sociedade que busca a autonomia, a autossuficiência e a construção de uma identidade cultural própria, representando muito mais do que a simples resistência armada à escravidão. Segundo o pensador,

o projeto da unidade pan-africana sempre esteve e está vivo na consciência de cada um de nós, em qualquer lugar onde o supremacismo branco nos tenha determinado permanecer [...]. Novos passos devem ser resolutamente dados na direção a uma estratégia de progresso e de completa libertação, tendo em vista objetivos de comunhão entre todos os povos irmãos do continente. Não permitindo, por exemplo, que os dois terços da reserva mundial de poder hidroelétrico que a África possui continuem apenas como uma energia

potencial, e não a serviço imediato das massas africanas (Nascimento, 1980, p. 71).

Para além de um ideal utópico, Abdias percebe o pan-africanismo como um projeto político concreto em que o movimento negro brasileiro deve se conectar com os movimentos de outros países, buscando fortalecer a luta contra o racismo e a discriminação racial, pois “deverão procurar o meio de enfatizar e desenvolver a cultura pan-africana, e nunca de meramente promover, por exemplo, a cultura afro-brasileira, a cultura yoruba, a haitiana, ou qualquer outra cultura negroafricana singular” (Nascimento, 1980, p. 72). O pensador defende a ideia de os quilombos representarem, além de espaços de resistência à escravidão, modelos de organização social baseados em princípios de igualitarismo econômico, autossuficiência e comunidade. Ainda, estabelece uma conexão entre a experiência quilombola e o pan-africanismo, argumentando que a busca pela união e desenvolvimento do continente africano encontra respaldo na história e nos valores das comunidades quilombolas. Ademais, Nascimento salienta a importância de seguir os preceitos de pensadores como Cheikh Anta Diop, que defendia a necessidade de uma solução continental para os problemas de segurança e desenvolvimento da África.

As ideias de Abdias Nascimento sobre os quilombos e sua relação com o pan-africanismo se entrelaçam de maneira significativa com o conceito de amefricanidade, conforme delineado por Lélia Gonzalez. Nascimento argumenta que os quilombos se constituíram de modelos de organização social que promoviam princípios de igualitarismo econômico, autossuficiência e comunidade. Ele estabelece uma conexão entre a experiência quilombola e o pan-africanismo, sugerindo que a busca pela união e desenvolvimento do continente africano é respaldada pela história e pelos valores das comunidades quilombolas. Nascimento e Gonzalez enfatizam a importância de reconhecer e valorizar as experiências históricas das comunidades afrodescendentes, seja pela contribuição da resistência quilombola ou pela construção de uma identidade amefricana. Ambos os pensadores defendem que a luta por igualdade e desenvolvimento deve ser fundamentada em uma compreensão profunda das raízes africanas e das intersecções culturais e políticas que moldam a vida dos afrodescendentes nas Américas. Essa conexão entre a experiência quilombola e a amefricanidade acalora a ideia de que a luta pela emancipação e pela identidade deve ser global e integrada, reconhecendo as particularidades de cada contexto, mas também as conexões históricas e culturais que os unem.

Nesse sentido, a amefricanidade é apresentada como um espaço de luta, em que a cultura afro-americana se torna um veículo para a reivindicação de direitos e reconhecimento. Gonzalez (1988) a destaca como multiforme, incorporando elementos de diversas tradições africanas e americanas, o que a torna rica e dinâmica. Para a autora, sua essência reside na importância do diálogo intercultural, sugerindo que a amefricanidade deve ser entendida como um processo contínuo de construção identitária. Conforme descrito a seguir:

Por conseguinte, o termo América (amefricanas/amefricanos) designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como a daqueles que chegaram muito antes de Colombo. Ontem como hoje, amefricanos oriundos de mais diferentes países tem desempenhado um papel crucial na elaboração dessa amefricanidade que identifica na diáspora uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos à diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades (Gonzalez, 1988, p. 77).

A amefricanidade também se vincula às contribuições de Frantz Fanon (2008) concernentes aos estudos realizados por ele sobre colonialismo e identidade negra. Esse pensador influenciou a compreensão de como as experiências coloniais moldam a identidade dos indivíduos, pois a internalização do racismo resulta na desumanização e no sentimento de inferioridade que permeia a vida dos negros. Essa construção social da inferioridade racial, conforme trata o autor, impacta profundamente a autoestima e a saúde mental de pessoas racializadas. Ao fazer a abordagem dos temas racismo, colonialismo e imperialismo, Lélia Gonzalez (1988) sintetiza a maneira pela qual o colonialismo e o racismo se uniram formando um sistema de dominação que justificava a exploração e violência contra povos não europeus, ressaltando sobre a ação de a dominação colonial ultrapassar a exploração econômica e opressão física, provocando profunda alienação nas identidades e culturas dos colonizados.

Em suma, a definição de amefricanidade proposta por Lélia Gonzalez é um convite à reflexão sobre a identidade cultural e as relações de poder que permeiam a vida dos afrodescendentes. Ao articular cultura e política, a autora oferece uma perspectiva que enriquece o debate sobre a diversidade e a inclusão, ressaltando na

amefricanidade a capacidade de forjar uma identidade negra que transcende as fronteiras nacionais, conectando as experiências de africanos descendentes em todo o continente americano.

5. RESISTÊNCIA, DISPOSITIVO DE RACIALIDADE E AMEFRICANIDADE: INTERSEÇÕES E DIÁLOGOS COM O FEMINISMO NEGRO

Os conceitos de resistência, dispositivo de racialidade e amefricanidade se interconectam de forma uma para analisar as estratégias de luta e experiências de indivíduos racializados, especialmente no contexto brasileiro. Michel Foucault (2003) contribui com a compreensão da resistência como uma prática inerente a qualquer relação de poder, que se manifesta de forma diversa e em um contexto específico. Por sua vez, Sueli Carneiro (2023) introduz o conceito de dispositivo de racialidade, para descrever as práticas e os discursos que perpetuam a desigualdade racial. Já Lélia Gonzalez (1988) amplia a discussão ao propor a amefricanidade como uma forma de resistência sociocultural e política que valoriza a identidade negra e suas raízes africanas.

Foucault (1976; 1999), em seu exame sobre o poder, argumenta que este não é uma entidade centralizada, mas sim uma rede de relações que se manifesta em diversas esferas da vida social. A resistência, portanto, é uma possibilidade inerente a qualquer relação de poder, manifestando-se de formas variadas. Essa percepção é fundamental para entender como as professoras negras utilizam o Instagram para articular suas lutas, criando espaços de resistência que desafiam as narrativas hegemônicas e promovem a conscientização sobre as desigualdades raciais.

Sueli Carneiro, ao introduzir o conceito de Dispositivo de Racialidade, amplia a compreensão das dinâmicas de poder ao focar nas práticas, discursos e estratégias que perpetuam as desigualdades raciais na sociedade brasileira. O dispositivo de racialidade opera de forma insidiosa, invisibilizando e marginalizando grupos racializados, enquanto legitima a supremacia branca. Carneiro (2023, p. 12) argumenta: “pode-se dizer que o dispositivo de racialidade instaura, no limite, uma divisão ontológica, uma vez que a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras”.

Por sua vez, Lélia Gonzalez apresentando a amefricanidade, propõe uma reflexão sobre a identidade negra que transcende as fronteiras nacionais, enfatizando

a necessidade de uma perspectiva que reconheça as interconexões entre as experiências africanas e afro-brasileiras, aspecto ponderado pela pensadora ao destacar que a nomenclatura da categoria por ela idealizada “permite ultrapassar limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo em que ela se manifesta: a América como um todo” (Gonzalez, 1988, p. 76).

O cruzamento dos conceitos revela que a resistência não é apenas uma resposta ao poder, mas também uma forma de reconfigurar modos de ser e relações sociais. As professoras negras, ao utilizarem / compartilharem suas vozes e experiências pelo Instagram, desafiam as estruturas de opressão e contribuem para a construção de um imaginário social que valoriza a diversidade e a inclusão. Logo, o estudo conjunto desses conceitos permite uma compreensão ampla das dinâmicas sociais que sustentam a desigualdade e as formas de resistência que emergem em resposta a elas.

As teorias feministas negras, com destaque para os trabalhos de Lélia Gonzalez, Angela Davis e Sueli Carneiro, oferecem ferramentas analíticas para compreender a especificidade da experiência das mulheres negras. Ao permear essas teorias com os conceitos foucaultiano de resistência, podemos aprofundar nossa compreensão das estratégias de luta e dos desafios enfrentados por essas mulheres.

Vimos, em Fanon (2008), como a internalização do racismo gera um sentimento de inferioridade que afeta profundamente a autoestima dos indivíduos racializados. Essa dinâmica se intensifica para as mulheres negras, que sofrem com a dupla opressão racial e de gênero. Lélia Gonzalez, por sua vez, ao propor o conceito de amefricanidade, reivindica o protagonismo negro, valorizando a herança africana e promovendo uma autoafirmação que se contrapõe à desumanização.

A interseccionalidade, conceito central para a compreensão da experiência de mulheres negras, nos permite compreender como as diferentes formas de opressão se articulam e se reforçam mutuamente. A obra de Kimberlé Crenshaw (2002) é fundamental para essa discussão, ao mostrar como as mulheres negras são marginalizadas em múltiplas frentes, tanto no movimento feminista quanto no movimento negro.

Sueli Carneiro, ao introduzir o conceito de dispositivo de racialidade, expande nossa compreensão das dinâmicas de poder que operam na sociedade brasileira. O dispositivo de racialidade, ao naturalizar as desigualdades raciais, contribui para a

manutenção de uma ordem social hierarquizada, na qual as mulheres negras ocupam os lugares mais subalternizados.

A resistência das mulheres negras se manifesta de diversas formas, desde as lutas por direitos civis até as ações cotidianas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. As redes sociais, por exemplo, têm sido espaços importantes para a organização e a visibilização das lutas de mulheres negras, permitindo a construção de redes de apoio e disseminação de conhecimentos. As professoras negras desempenham um papel fundamental nesse processo, ao atuarem como agentes de transformação social dentro e fora da escola. Ao compartilhar suas experiências e conhecimentos, contribuem para desconstruir estereótipos e promover a equidade racial e de gênero.

Dessa maneira, a interseccionalidade entre raça, gênero e classe é fundamental para compreender a complexidade da experiência das mulheres negras. Ao analisar as estratégias de resistência dessas professoras, podemos identificar a importância de ações afirmativas, políticas públicas que promovam a equidade e a construção de um imaginário social que valorize a diversidade. No capítulo seguinte, mostro como foram aplicados, nesta pesquisa, os conceitos até aqui abordados.

6. A METODOLOGIA DA PESQUISA

Ao me debruçar sobre as estratégias de resistência ao racismo praticada por professoras negras no Instagram, me vejo inserida em um movimento de desnaturalização e de busca por novas formas de conhecimento. Analisando a realidade específica dessas professoras e suas práticas na rede social, estou distante da “felicidade ou tranquilidade de um método prescrito e seguro de pesquisa científica”, me aventurando em um terreno complexo e desafiador, como André Favacho nos convida a:

[...] substituir os começos naturalizados pelos começos inventados ou construídos pelos sujeitos; é sair da felicidade ou tranquilidade de um método prescrito e seguro de pesquisa científica em direção às turbulências das verdades; é, ainda, contrariar a si próprio ou inventar-se numa viagem um tanto perigosa, não tanto por falta de cuidados prévios, mas por desconhecer, a priori, o caminho e o ponto de chegada (Favacho, 2010, p. 557).

Assim, me apliquei em identificar pesquisas acadêmicas em educação que tratassem sobre as estratégias de professoras negras em redes sociais, na perspectiva do feminismo negro para o enfrentamento do racismo nesses espaços. Fazendo uso do operador booleano “and” e respeitando o recorte temporal compreendido entre os anos de 2020 a 2022, foram utilizados os descritores citados posteriormente de diferentes combinações para viabilizar a localização de publicações nas plataformas Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), em seu Catálogo de Teses e Dissertações, e bibliotecas eletrônicas científicas *on-line*: SciELO e Repositório UFMG. São eles: feminismo negro, resistência, professora(s) negra(s), feminismo, ativismo / ativismo digital e docência. Investiguei por teses de doutorado e dissertações de mestrado, porém nenhum estudo foi localizado.

Tratando-se de pesquisas realizadas em educação, é importante destacar os seguintes trabalhos localizados, embora não tratem do ativismo de professoras negras:

- 1) Feminismos, redes sociais e modos de vida: a experiência militante de jovens professoras (tese). Autora: Patrícia Karla Soares Santos Dorotéo. Em sua pesquisa, Patrícia Dorotéo tece um debate sobre a atuação militante de três

jovens professoras atuantes em diversas pautas e que fazem uso intenso do Facebook. Elas estão imersas em pautas que se relacionam com a escola, a educação pública e a profissão docente, com destaque para os feminismos, as demandas LGBT, dentre outras temáticas. Trata-se de profissionais que, segundo a autora, assim se caracterizam: “agora usam hashtags, fazem denúncias e procuram dar visibilidade às pautas de luta nas redes sociais. [...] são interpelados e convocados a responder aos discursos de ódio, fundamentalistas e contrários ao importante discurso de uma “educação libertadora” (Dorotéo, 2020, p. 13). A pesquisa se direcionou pelos conceitos de experiência e ética em Michel Foucault. Como procedimento metodológico, foi realizada uma netnografia e entrevista. Comprovou-se, em seus resultados, que as professoras buscam identificar a obrigação moral de lutar e defender, movidas por “um tipo de feminismo de rede, construído a partir das vivências, das situações cotidianas e das alianças entre os feminismos e as demais lutas”. Resta saber se essas categorias percebidas pela autora, que não foram analisadas pelo viés do recorte racial, se aproximariam do grupo das professoras negras, que também tem atuado de forma intensa pelo Instagram e se envolvido em diferentes pautas.

- 2) Ocupar na cibercultura: o ciberativismo discente-docente como ato de currículo de uma formação em movimento (tese). Autora: Joelma Fabiane Ferreira Almeida. Joelma Almeida se dedica à formação docente em um contexto de ocupações estudantis e greve docente na cultura contemporânea mediada pelo uso das tecnologias digitais em rede (cibercultura), tendo como objetivo a busca do entendimento sobre a formação de professores ao criarem e praticarem atos de currículo por meio das tecnologias digitais em rede, fazendo uso do ciberativismo discente-docente no contexto da ocupação e greve que ocorreram, em 2016, no Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro. Os aportes teóricos da pesquisa se sustentam na teoria de atos de currículo (Macedo) e na noção de pesquisa experimental (Macedo, Josso, Larossa). Fez-se uso da pesquisa-formação na cibercultura como procedimento metodológico. A tese revelou o incentivo de autorias estudantis e docentes pelo uso do digital em rede. O ciberativismo como um espaço-tempo de construção de saberes, além da promoção de um processo de formação que é fluido e foi nomeado pela autora como formação em movimento. A autora tensiona sobre

os desafios de se atuar na docência como sujeitos que praticam a cibercultura com engajamento político, extrapolando as orientações constantes no currículo formal, uma vez que, na pesquisa, vislumbrou-se “o ciberativismo praticado na greve docente e ocupação estudantil do CPEI como um conjunto de ações curriculares forjadas em atos de resistência” (Almeida, 2020, p. 14). Assim, me pergunto: é possível que esse confronto ocorra também com as professoras que pretendo investigar? Penso que sim, pois as docentes do Instagram também se envolvem e participam de eventos / projetos imersos na cultura do digital em ambientes “criados em movimentos ativistas reticulares e potencialmente formativos” (Almeida, 2020, p. 15), como projetos sociais, movimentos de ocupações de espaços acadêmicos, atividades ligadas ao movimento negro, dentre outras, tendo como uma das principais pautas a educação antirracista e de qualidade, principalmente em instituições públicas.

- 3) Grifa-se a tese de doutorado em Ciências Humanas e Sociais, #Conectadas: O feminismo negro nas redes sociais, tendo como autora: Dulcinei Conceição Lima (2020). Apesar de não pertencer ao campo da Educação, a autora pesquisou a possibilidade de um novo ciclo de atualizações para o feminismo negro na internet, por meio das novas demandas e formas inéditas de atuações geradas pelo uso das ferramentas digitais. Valendo-se de questionários *on-line* e realização de grupos focais, Dulcinei chegou à conclusão de que o feminismo negro em atuação nos ciberespaços apresenta algumas características próprias, tais como a incorporação de pautas LGBTQQICAAPF2K+. Lima (2020) moveu-se pelo questionamento central sobre as principais diferenças que poderiam ser encontradas no feminismo pré e pós internet. Mesmo não sendo direcionado para a atuação docente-antirracista, o estudo suscita a indagação a respeito de possíveis mudanças no ativismo de professoras negras praticado na cultura digital.

Todos os estudos, apesar de não estabelecerem diretamente um diálogo entre a resistência de professoras negras, redes sociais e o racismo, serviram de grande inspiração para o desenvolvimento desta pesquisa. E o primeiro passo para executar este estudo foi adquirir o arcabouço teórico que me permitisse analisar a realidade, levando-se em consideração o contexto específico em que a pesquisa foi desenvolvida, de maneira a identificar as estratégias de resistência exercida pelas docentes na luta antirracista por meio dos discursos produzidos por elas no contexto

virtual. Saliento que o entendimento de discurso usado por mim é baseado na concepção de Michel Foucault, em que o discurso não se limita a um conjunto de palavras isoladas, configurando-se como um sistema complexo que envolve relações de poder, conhecimento e práticas sociais.

Na perspectiva genealógica de Foucault, o discurso não é visto como uma fonte objetiva de verdade ou conhecimento, mas como uma construção social e histórica. Antes, produz conhecimento ao mesmo tempo em que o regula e o limita (Foucault, 1996). Assim, o discurso pode ser compreendido como uma arena de poder em que diferentes formas de conhecimento competem e o meio pelo qual as relações de poder são perpetuadas e contestadas. As normas que controlam os discursos não são fixas ou imutáveis, se modificam ao longo do tempo e são regidas pelos contextos social e histórico. Desse modo, o poder opera por meio do discurso controlando e moldando as práticas discursivas, uma vez que se faz presente na constituição do discurso, influenciando o que é dito, quem tem acesso à palavra e quais visões de mundo são privilegiadas ou marginalizadas. Sob esse contexto, Foucault (1999, p. 5) coloca a seguinte questão:

como é possível que se tenha em certos momentos e em certas ordens de saber, estas mudanças bruscas, estas precipitações de evolução, estas transformações que não correspondem à imagem tranquila e continuísta que normalmente se faz? [...]. O que está em questão é o que rege os enunciados e a forma como estes se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos. Em suma, problema de regime, de política do enunciado científico. Neste nível não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global.

O poder, então, é apresentado como uma rede de relações e práticas que permeiam toda a sociedade, e não como uma entidade fixa ou centralizada (Foucault, 1999). Destaca-se ainda que o poder não se constitui de algo que uma pessoa ou grupo tem de forma exclusiva, mas se manifesta em diferentes níveis e instituições sociais: “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1976, p. 89). Falamos, portanto, de micropoderes, esses que agem nas formas sutis e cotidianas de poder, operando em níveis individuais e nas interações sociais. São eles que atuam para moldar e governar as

ações dos indivíduos nas mais variadas instâncias sociais, uma vez que “entre cada ponto do corpo social, entre homem e mulher, entre membros de uma família, [...] entre cada um que sabe e cada um que não sabe, existem relações de poder” (Foucault, 1980, p. 187 *apud* Maia, 1995, p. 88).

Salienta-se que Michel Foucault não via o poder como uma relação unicamente negativa, mas como uma estratégia de poder produtiva, uma vez que envolve as próprias práticas de resistência e lutas em torno da vida e da liberdade: “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 1979, p. 8).

Da noção de relação de poder, nasce também o conhecido conceito de dispositivo, tal como pensado por Michel Foucault. O dispositivo opera como uma estrutura que organiza e regula as relações de poder moldando comportamentos, práticas e subjetividades. Por meio da articulação de discursos, instituições e práticas, o dispositivo não apenas reflete as dinâmicas de poder existentes, mas também as reproduz e transforma, influenciando a maneira como os indivíduos se percebem e se relacionam com os outros. Assim, o poder se manifesta não apenas em ações coercitivas, mas também nas sutilezas das normas e saberes que o dispositivo estabelece, evidenciando que a governamentalidade da vida social é uma prática complexa e multifacetada. Para o pensador, o dispositivo é compreendido como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1995, p. 244).

Então, me orientei na filosofia foucaultiana e em suas concepções de discurso, poder, resistência e estratégia, estabelecendo diálogos com o dispositivo de racialidade de inspiração foucaultiana elaborado por Sueli Carneiro (2023), que me muniram de um aporte teórico capaz de sustentar o debate. Outro conceito utilizado foi o de amefricanidade, cunhado por Lélia Gonzalez. Ambas as noções foram essenciais para a constituição deste estudo.

A resistência é tida como uma força que se manifesta de diversas formas e em variados contextos, não apenas uma reação ao poder, mas uma força ativa que busca

transformá-lo (Foucault, 2001). Constitui-se como uma prática de contestação às relações de poder estabelecidas. Essa oposição, no entanto, não se restringe a ações políticas explícitas, podendo se manifestar de forma sutil e difusa, por meio de atos de recusa silenciosa ou de subversões discretas das normas impostas. A resistência busca, assim, criar espaços para novas formas de existência e para a construção de uma sociedade equitativa. É fundamental ressaltar que Foucault não concebia a resistência como um fenômeno estático ou isolado. As relações de poder são dinâmicas e adaptáveis, exigindo que a resistência também se reinvente constantemente. Dessa forma, a resistência nos convida a refletir criticamente sobre as estruturas sociais, a questionar os valores dominantes e a buscar alternativas que permitam a construção de novas formas de vida. Como afirma o autor: “acredito que há milhares de coisas que podem ser inventadas e produzidas por quem, reconhecendo as relações de poder em que está envolvido, decidir resistir ou escapar delas” (Foucault *apud* Orellana, 2012, p. 55).

Com a apropriação do Instagram, as professoras negras resistem ativamente às estruturas de poder que perpetuam a desigualdade racial. Essa resistência, segundo Foucault, não é simplesmente uma oposição a um poder centralizado, mas uma ação que se insere em uma rede complexa de relações sociais. Quanto às estratégias das docentes, sob a lente de Foucault (1984), percebe-se que são complexas e heterogêneas, envolvendo mais que o simples compartilhamento de um *post*: elas constroem narrativas, desafiam estereótipos e participam ativamente de um jogo de poder simbólico. Suas ações são moldadas pelo contexto social e político, sendo dinâmicas e em constante transformação, além de compor a definição de professora negra ativista conectada. Ao utilizar o conceito de “dispositivo de racialidade”, Carneiro nos ajuda a compreender como essas estruturas de poder operam de forma sutil, naturalizando a desigualdade racial. Por fim, a perspectiva da amefricanidade, proposta por Lélia Gonzalez, amplia nossa compreensão da identidade negra e nos permite enxergar a resistência das professoras como parte de um movimento global de afirmação da negritude.

Precisava analisar criteriosamente o perfil das docentes para saber como as professoras negras enfrentam o racismo, ou seja, queria saber quais as estratégias de enfrentamento ao racismo utilizam e os posicionamentos assumidos por elas na busca por combater a invisibilidade e a marginalização das pessoas negras, como abordam a representatividade e a interseccionalidade, e os modos de agir dessas

professoras que contribuem para a promoção do Instagram como *locus* de resistência, propiciando a construção de um ambiente virtual de trocas coletivas.

Assim, selecionei algumas postagens compartilhadas por elas na plataforma Instagram, obedecendo ao recorte temporal compreendido entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023, e que deveriam respeitar os seguintes critérios: representatividade positiva de pessoas negras; desigualdade de gênero e interseccionalidade; e combate ao racismo. Compilar os conteúdos coletados nos perfis das professoras me permitiu elaborar uma classificação temática das postagens, nomeada por enfrentamento ao racismo. Posteriormente, realizei a analítica dos discursos produzidos pelas professoras a fim de perceber as estratégias de resistência, entrecruzadas aos conceitos de dispositivo de racialidade e amefricanidade.

Este estudo mostrou a forma específica de as professoras abordarem as questões relacionadas ao racismo pelo Instagram, o que será detalhado posteriormente. Em tempo, o Instagram, surgido no início da década de 2010, configura-se como um fenômeno sociocultural contemporâneo, no qual a imagem e a instantaneidade se conjugam para moldar novas formas de comunicação e interação social. Adquirido pela Meta (proprietária do Facebook), a plataforma ultrapassou a função inicial de compartilhamento fotográfico e transformou em um ecossistema digital complexo e dinâmico. A estética visual marcante e a possibilidade de criar narrativas visuais breves e envolventes tornaram o Instagram um espaço privilegiado para a construção de identidades digitais, a promoção de marcas e a disseminação de ideias. A plataforma, ao difundir o acesso à produção e à circulação de imagens, contribui para a reconfiguração do campo cultural, impulsionando novas estéticas e práticas comunicacionais. Permite ainda

o compartilhamento de fotografias e vídeos e a interação entre seus usuários por meio de comentários e de atribuição de likes. Seu nome surge a partir da combinação de duas palavras e conceitos que essencialmente formam a rede: o “insta” (instant) tem sua origem na inspiração vinda das câmeras de impressão instantânea, como a Polaroid, e confere a atmosfera vintage que os empresários queriam dar ao app (o que se confirma por meio dos filtros possíveis de serem aplicados às fotos e do logo inicial, por exemplo); já o “gram” (Telegram) compara compartilhamento e telegrama (Vilicic, 2015). O aplicativo é composto por perfil (informações básicas, número de seguidores, publicações realizadas), *feed* ou *timeline* (mostra publicação de contas seguidas), seção explorar (mosaico personalizado de fotografias, vídeos e histórias mais populares), seção atividade (registro de interações do usuário e das pessoas que

seguem), histórias (fotografias e vídeos disponíveis por 24 horas), Instagram Direct (mensagens instantâneas privadas entre os usuários) e filtros e ferramentas de edição das fotos (Fantoni, 2017) (Montardo, 2019).

Trata-se, então, de um fenômeno sociocultural de grande relevância no mundo contemporâneo, e ao relacionar o Instagram com a discussão aqui proposta, verifica-se a pertinência de sua escolha como *locus* de análise para o objeto de pesquisa estudado. Em seguida, são apresentados os perfis das professoras pesquisadas.

7. CARACTERIZAÇÃO DOS PERFIS NO INSTAGRAM DAS PROFESSORAS PESQUISADAS

Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo.

(Angela Davis, 2022)¹⁵

Nesta seção, são apresentados os perfis das quatro professoras selecionadas para este estudo. Criei o eixo temático nomeado de “enfrentamento ao racismo” para compilar as interseções discursivas produzidas pelas docentes em seus perfis no Instagram, nos quais inseri algumas palavras-chave que funcionam como filtro das informações: representatividade positiva de pessoas negras; desigualdade de gênero e interseccionalidade; e combate ao racismo.

Tudo iniciou quando comecei a seguir o perfil de Bárbara Carine (@uma_intelectual_diferentona), após a participação dela em uma *live* organizada por um curso virtual do qual participei em janeiro de 2021. A partir do perfil @uma_intelectual_diferentona, tive contato com o perfil das cinco professoras escolhidas para este estudo e que também seguem Bárbara. @uma_intelectual_diferentona é professora na UFBA no Programa de Pós-graduação em Química, escritora nordestina do Estado da Bahia, com diversos livros publicados, idealizadora da primeira escola afrocêntrica no Brasil em 2019. A motivação para a criação da escola surge do incômodo gerado nela pela desumanização com que o continente africano é retratado na história da humanidade nas instituições de ensino que descreditam as grandes invenções do povo africano, sendo este o berço da civilização. Em relação à apropriação da narrativa histórica, a professora detalha em um vídeo acessível pelo seu perfil no Instagram:

os povos africanos surgiram em África há 350 mil anos, constituíram grandes impérios, grandes civilizações, inúmeros conhecimentos científicos, tecnológicos, filosóficos, culturais e políticos. Então, a perspectiva educacional afrocêntrica busca resgatar essa potência ancestral, para caminhar em frente.

¹⁵ RIVERA, Raíssa. Angela Davis: frases marcantes da intelectual ativista. Marie Claire, 2022. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Feminismo/noticia/2022/09/angela-davis-frases-marcantes-da-intelectual-e-ativista.html>. Acesso em: 28 set. 2024.

O nome pelo qual se identifica na rede social pode ser entendido pela postura que a professora assume na tentativa de romper com os estereótipos de uma intelectual docente em universidade federal, demonstrando sua prática profissional como apenas uma das diversas áreas que compõem sua vida. @uma_intelectual_diferentona tem um perfil bastante ativo com várias postagens de filmagens de pessoas dançando ritmos de funk e axé, participando de shows, e que se mesclam com divulgação de suas atividades científicas e produções pedagógicas antirracistas, e discussões sobre assuntos polêmicos do cotidiano com enfoque nas pautas raciais e injustiças contra as minorias. Bárbara critica de forma incisiva a configuração tradicional dos espaços acadêmicos e da ciência como espaços de poder e reprodutores de preconceitos e violências, principalmente no que diz respeito a mulheres negras. A docente ainda traz constantes reflexões em relação à importância da valorização e resgate de elementos fundamentais da cultura africana e afro-brasileira nos espaços escolares.

A forma incisiva com que @uma_intelectual_diferentona utiliza ao se posicionar contra o racismo e outras injustiças sociais que ocorrem no cotidiano é um atributo comum nas quatro professoras selecionadas, como pode ser notado nos textos seguintes.

8. APRESENTAÇÃO DAS PROFESSORAS

O medo é realmente um cara intrometido entra sem ser chamado e chega convencido. Sussurra em nossos ouvidos mil histórias com monstros e bandidos, às vezes, pega até os adultos desprevenidos.

(Trecho do livro *E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas* [Emicida])

8.1. @SEGUEAPRO

@segueapro é um perfil no Instagram de autoria de Andréia Costta. Baiana, se identifica como pedagoga graduada pela Faculdade Batista Brasileira, Especialista em Educação, Cultura e Diversidade. É professora da educação infantil em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), no Município de Feira de Santana, além de lecionar para o 4º ano do ensino fundamental também na rede pública de ensino. Ela

tem experiência docente em espaços escolares e não escolares. Seu perfil é acompanhado por 2.452 seguidores e conta com 311 publicações até o momento.

A seção inferior do perfil (nomeada por bio) conta com um link (<https://x.gd/OvQy0>) que direciona para duas outras possibilidades, sendo uma o perfil de Andréia na rede social Facebook. Na outra, é disponibilizado ao visitante o acesso a um vídeo na plataforma Youtube de uma formação antirracista para docentes conduzida por Andréia, além de materiais para estudo que versam sobre Educação afrocentrada, Educação Indígena e História geral da África. O *link* da música “Principia” do cantor Emicida está adicionado ao perfil permitindo que qualquer usuário possa ouvi-la bastando apenas clicar. Como dito por ela, seu perfil:

é fruto do meu ócio criativo do começo da quarentena. Apesar de já existir anteriormente no campo das ideias, foi em meio ao caos da pandemia que o perfil se materializou. É um esboço de como realizo a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, de como ensino a história e cultura indígena, africana e afro-brasileira no meu exercício docente cotidiano. O @segueapro tem o objetivo de mostrar que a história e cultura indígena, africana e afro-brasileira não começou e nem se resume a colonização europeia. O meu desejo é conhecer mais da minha história, da minha ancestralidade e compartilhar isso com você. (Perfil de @segueapro).

A explicação da professora pode ser comprovada pelo acesso ao seu perfil, em que ela disponibiliza conteúdos em que realiza abordagens que promovem a inclusão e a diversidade, assim como a leitura de livros de autores negros e indígenas. Andréia fez uma postagem emocionada compartilhando a ilustração feita por um de seus alunos, após a ouvirem e lerem a obra *E foi assim que eu e a escuridão nos tornamos amigas*, de autoria de Emicida. Leandro de Oliveira, seu nome de registro, é um rapper, cantor e compositor paulistano que se destaca por ter suas composições marcadas pela habilidade em trabalhar a linguagem de maneira criativa e inovadora, utilizando-se de trocadilhos, rimas elaboradas e metáforas para construir imagens poéticas e transmitir mensagens profundas. Além disso, destaca-se sua capacidade de abordar temas sociais relevantes, tais como desigualdade, violência e racismo, de forma consciente e engajada. Suas letras refletem críticas sociais e políticas, evidenciando seu compromisso ativo com as questões que afetam a sociedade brasileira.

Outra percepção a respeito do engajamento da docente com a realização de um trabalho que aborde temas de raça e valorização da identidade pode ser visto no

conteúdo fixado em seu perfil nomeado por Cemei, por meio do qual compartilha uma atividade realizada com a turma de Educação Infantil em que as crianças têm acessíveis *cards* coloridos representando as diferentes tonalidades de peles, e elas escolhem com a que mais se identificaram. A professora compartilhou ainda a indagação feita por ela a um dos pequenos e a respectiva resposta: “qual a cor parece mais com a do seu pai? A resposta: meu pai é preto”.

Em outro conteúdo publicado, Andréia explica que a motivação para ser professora surgiu do desejo que a acompanhava desde a infância, quando suas brincadeiras frequentemente envolviam a simulação do ambiente escolar. Sua paixão pela leitura somada à influência de uma professora de Língua Portuguesa cujas aulas dinâmicas envolviam os alunos inicialmente a direcionaram para o curso de Letras. No entanto, no segundo ano do ensino médio, uma conversa com a coordenadora pedagógica da escola alterou seu foco: ao ser apresentada à organização do trabalho educativo, seu interesse foi aguçado. Quando soube que a coordenadora havia estudado Pedagogia, decidiu seguir o mesmo caminho. Ela relata que o curso não apenas ampliou seu conhecimento sobre o sistema educacional, mas também lhe proporcionou o entendimento mais profundo sobre sua história e ancestralidade, reforçando a percepção de que poderia contribuir significativamente para a sociedade.

A rede social de Andréia tem alguns conteúdos fixos abaixo da biografia, agrupados em temáticas, e estão divididos entre as seguintes categorias estabelecidas pela criadora da página:

- Palestras: exposição de fotos e vídeos curtos de formações para professores conduzidas por Andréia.
- CMEI: vídeos curtos que mostram atividades realizadas pelas crianças da escola em que a professora trabalha.
- Comece aqui: é feita uma apresentação curta de Andréia, em que ela responde a um questionário do Instagram em que são solicitadas cinco curiosidades sobre ela, sendo as respostas dadas: 1) “Lembro como hoje a primeira vez que uma professora disse que eu sou inteligente”. 2) “Tenho ciúmes de ex-alunos, quando vão pra outra turma, no ano seguinte”. 3) “Não gosto de dobradinha, como, mas não gosto”. 4) “Não sei andar de bicicleta”. 5) e “Já falei que sou ciumenta?”
- Perguntas: Andréia dá várias respostas à pergunta: “você se sente representada por alguém?”

- Livros: são apresentados livros de história que fazem uso de uma abordagem decolonial, como sugestão para trabalhar com os alunos da educação infantil.

Andréia grava vídeos para interagir com seu público, além de compartilhar postagens de autoria própria ou repostar de outros perfis. Faz uso de uma linguagem acolhedora, o que talvez se justifique por sua prática centrar na educação infantil.

Em uma postagem feita, em que ela nomeia como oito livros que gostaria de ter lido quando era uma menina, compartilha um vídeo com os seguintes livros infantis protagonizados por pessoas negras: *Lulu adora histórias* – Anna McQuinn; *Amor de cabelo* – Matthew A. Cherry; *Meu crespo é de rainha* – Bell hooks; *Ashanti nossa pretinha* – Taís Espírito Santo; *Caderno sem rimas da Maria* – Lázaro Ramos; *Aimée e a coroa que não conseguia ver* – Bruna Cristina; *Bucala a pequena princesa do quilombo do Cabula* – Davi Nunes; *Aziza a preciosa contadora de sonhos* – Cássia Valle e Luciana Palmeira. Nesse post, Andréia recebeu 95 curtidas, teve seu conteúdo compartilhado entre 12 pessoas e recebeu comentários de seus seguidores tais como: *“leituras necessárias”*; *“tenho certeza que esses livros são maravilhosos! Gostaria que os meus alunos tivessem acesso a todos”*; *“anotado para comprar pros meus filhotes”*; *“que beleza!!! Bom ter você para nos mostrar”*; *“riqueza pedagógica a gente vê por aqui”*; *“eu agradeço por ter crescido num ambiente favorável à leitura, mas sinto que ler livros como esses teria um impacto significativo em termos de construção da autoestima. Sigamos divulgando para que pais e responsáveis possam dar essa oportunidade às suas crianças”*.

O relacionamento que @segueapro estabelece com seu público soa como engajado, educativo e comprometido com questões sociais relevantes, pela divulgação de produtos como a boneca Amora (primeira postagem fixa em seu perfil), que promovem a representatividade e a autoestima de crianças negras e pertencem a marcas que valorizam a identidade negra, Andréia se mostra alinhada com a promoção da diversidade e da equidade. Além disso, ao oferecer descontos e incentivar a compra dos produtos com um propósito social, como a doação de brinquedos para escolas públicas, a professora mostra um compromisso com a responsabilidade social e a educação antirracista. O uso de cupons personalizados também sugere uma estratégia de aproximação com o público, incentivando a interação e o engajamento. Assim, o contato de @segueapro com o público aparenta ser pautado em torno de valores tais como inclusão, educação e conscientização,

buscando impactar de forma positiva a sociedade e promover a igualdade de oportunidades.

8.2. @kellvila

No momento do meu nascimento dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher.

(bell hooks, 2014, p. 11.)¹⁶

Perfil criado por Keilla Vila Flor, que se identifica em seu perfil como professora de História, bacharela e licenciada pela universidade de Brasília, mestranda em História Social pela mesma universidade, ciberativista. Keilla, 25 anos, é professora dos anos finais do ensino fundamental, além de lecionar no ensino médio, ambos na rede particular de ensino. Atualmente, exerce a docência em duas escolas na capital brasiliense: Colégio JK e Instituto São José. A página na rede social Instagram tem 56,7 mil seguidores e 1.883 publicações. A bio do perfil tem as seguintes descrições de Keilla: “historiadora, professora e modelo, colaboradora do @ativismonegro” (perfil dedicado ao combate do racismo), “coidealizadora @temcornoensino” (projeto que objetiva manter e disseminar debates acerca da ancestralidade e história do povo negro, indígena e amarelo); “embaixadora @wwfbrasil” (organização não governamental dedicada à proteção do meio ambiente); “nordestina sim, sinhô!”. O perfil tem dois links que direcionam para dois outros sites, sendo um o perfil de Keilla na rede social TikTok (https://www.tiktok.com/@kellvila?t=8hcsEflUz2r&_r=1) e o outro para a venda de um minicurso *on-line* oferecido pela professora, nomeado “pensando a branquitude” (https://www.sympla.com.br/evento-on-line/mini-curso-on-line-pensando-a-branquitude/2389586?share_id=copiarlink&referrer=l.instagram.com).

Destaca-se que a professora teve o projeto idealizado por ela em parceria com outros docentes, veiculado em uma reportagem no G1¹⁷ do Distrito Federal publicado em 20 de novembro de 2021. De acordo com a reportagem, a ação se iniciou durante

¹⁶ hooks, bell. *Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Plataforma Gueto, 2014. Disponível em: https://plataformagueto.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em: 28 set. 24.

¹⁷ Portal de jornalismo digital da Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/11/20/professora-do-df-cria-projeto-para-debater-negritude-e-ancestralidade-nas-escolas.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2024.

a pandemia de COVID-19 e surgiu da necessidade de promover discussões sobre racialidade nas aulas, oferecendo materiais didáticos gratuitos para professores e alunos. Até o momento, 9.650 educadores se cadastraram, com 445 do Distrito Federal, beneficiando-se de conteúdos e dinâmicas sugeridas para suas turmas. O projeto, desenvolvido em colaboração com a bacharel em direito Verônica Gomes e o geógrafo Vinícius Machado, busca manter o debate sobre negritude e ancestralidade no ensino. Ele se desdobra em entrevistas temáticas e uma revista em quadrinhos em formato PDF. Keilla destaca que o nome do projeto reflete sobre a falsa noção de democracia racial no Brasil, evidenciando a insuficiência do tratamento da temática racial na formação de professores. A professora enfatizou ainda que

existem piadas racistas, brincadeiras que, de fato, não são tão brincadeiras assim, e que ficam marcadas na vida desse aluno pra sempre. Essas brincadeiras, às vezes, são feitas dentro de sala de aula. Não só no pátio, onde o professor não vê o que o aluno está fazendo, mas também em sala de aula. (Perfil de @kellvila)

Foi ressaltada, também, a importância de os educadores estarem preparados para intervir em situações de violência e preconceito. Segundo o *site*, o projeto “Tem Cor no Ensino” democratiza o debate racial, ampliando seu alcance e promovendo uma educação mais inclusiva. A notícia se conclui com o sentimento de realização da docente como professora negra à frente dessa ação, dando ênfase para importância do trabalho coletivo na educação.

Há dois tipos de conteúdo afixados no perfil:

- Itinerário: apresenta abordagens pedagógicas sobre o itinerário formativo mundo do trabalho, um dos campos possíveis de escolha do estudante em nível de ensino médio atualmente.
- Escola Sem Partido: conteúdos que mostram a participação de Keilla na Plenária para debater sobre o projeto de Lei da Escola sem partido, realizado no Congresso Nacional em 2018.

@kellvila usa seu perfil de forma incisiva e provocativa, o que agrada seus seguidores. Em um vídeo gravado por ela em que é abordado o episódio de uma menina negra que defende sua mãe aos gritos contra uma acusação de roubo, a postagem recebeu 2.125 curtidas, teve 223 compartilhamentos e recebeu comentários como:

“Perfeito professora, não dá pra romantizar nossas dores principalmente se tratando de uma criança” “meu coração ficou em pedaços, uma dor irreparável. Até quando a nossa cor será uma arma? Até quando a nossa cor nos criminalizará?”; “obrigada por esse vídeo!”; “Muito necessária essa reflexão, para que não seja romantizada essa violência que ambas sofreram.”; “Muito bom te ouvir sobre esse triste e revoltante episódio.” (Perfil de @kellvila)

O perfil de Keilla na rede social também funciona como um espaço para diálogo com outras(os) docentes e troca de práticas educativas de sucesso. A professora compartilhou com sua rede uma postagem com o título “Sugestões de trabalhos: práticas que deram certo no último trimestre”, em que são sugeridas propostas de trabalho com alto nível de envolvimento e resultados positivos, conforme experienciadas pela própria profissional. As propostas compartilhadas foram:

- Vestígios do passado – Proposta: os alunos devem criar um blog (blog mesmo, e não Instagram) e nele, mesclando textos autorais, imagens, vídeos e músicas, devem contar uma história de sua vida. A ideia é trabalhar com os alunos a noção de que todos somos seres históricos e deixamos vestígios no mundo. Quando os *blogs* estiverem prontos, devem ser expostos em sala de aula por meio de um QR Code. Resultados: antes mesmo que os estudantes terminassem de colar seus QR Codes no mural, já demonstraram muito interesse em ver e ler os blogs escritos pelos colegas e, dessa maneira, conhecê-los melhor.
- Quebra-cabeças – Proposta: em grupos de 5 ou 6 estudantes, eles devem criar um quebra-cabeças com o conteúdo. A atividade foi aplicada como revisão para a prova. Então, eles tinham uma lista de temas. Depois de escolher um dos temas, teriam de decidir como melhor representá-lo por intermédio de um quebra-cabeça que poderia ser um desenho ou de conceitos. Devem usar o livro e podem usar o celular para consultar as informações e buscar inspiração. Duração: a atividade necessita de aproximadamente três horários para ser desenvolvida. Materiais: solicite ao aluno que retire/reserve na escola ou leve duas cartolinas brancas, canetinhas coloridas, lápis de cor e tesoura sem ponta. Gamificando a atividade: após a confecção dos quebra-cabeças, numere os grupos de alunos e faça um sorteio entre eles, para que um monte o quebra-cabeça do outro. O grupo que montar primeiro ganha algo. Resultado: ao saber que a atividade era também uma competição, os estudantes passaram a

pensar em quais seriam as maneiras mais elaboradas de representar os eventos históricos e se esforçaram para criar quebra-cabeças com peças em formatos não tradicionais.

- Escrita na argila – Proposta: divididos em trios, os estudantes devem reproduzir a escrita cuneiforme em argila. Para isso, devem usar as imagens do livro como inspiração. O objetivo é, de maneira lúdica, fazer com que eles vislumbrem como os registros eram feitos a partir da criação da escrita. Materiais: argila, palito de picolé, plástico ou transparências – para forrar as mesas –, guardanapos ou papel toalha – para limpar as mãos.
- Júri simulado: a ideia dessa atividade foi integralmente tirada do artigo “Aceitação do júri simulado como estratégia didática no curso de pedagogia”, de Andréia Almeida Mendes. 1ª personagem histórica julgada foi Júlio César. Aplicação da atividade: enquanto explicava Roma Antiga, repeti, mais de uma vez, que iria pular a parte de Júlio César e que eles iriam pesquisar para montar o júri. O resultado foi o melhor possível: a defesa e a acusação pesquisaram, a fundo, para culpar ou inocentar César.

A postagem recebeu curtidas, além do relato de diversos professores compartilhando outras práticas de sucesso, o que corrobora o uso do perfil como um espaço de apoio e trocas coletivas entre docentes.

@kellvila se inspira em importantes autoras tais como Conceição Evaristo, Grada Kilomba, Angela Davis, Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins, Sueli Carneiro, dentre outras, fazendo indicação de suas leituras ou compartilhando trechos para reflexão. Uma das sugestões foi a obra *Ensinando comunidade* – uma pedagogia da esperança, de bell hooks, acompanhada da seguinte legenda:

o que você espera da escola em que trabalha / estuda / em que matriculou seu filho? Pensar a educação como comunidade, é pensar que todas as pessoas que fazem parte da vida de um ser humano em formação são igualmente necessárias para o seu desenvolvimento e, por isso, devem estar sempre em diálogo e sempre se ajudando. Dito assim, tenho certeza que a primeira coisa que passou pela cabeça dos profs. cansados que me seguem, é que isso soa como + trabalho não remunerado – para além de toda carga extra que já temos. Mas, na verdade, é o contrário. Exercer educação em comunidade é derrubar os muros da escola e os horários de aula. É fazer com q profs., estudantes e responsáveis vejam q educação é um processo grande demais pra caber apenas na sala de aula. É se perceber indivíduo e coletivo ao mesmo tempo. A educação em comunidade não termina quando acaba a vida escolar. Ela segue dando frutos, pq se constrói

a ideia de responsabilidade com o todo e, assim, não apenas a carga emocional sobre o professor diminui – já que todos precisam fazer sua parte pra q a comunidade se mantenha -, como tbm são mantidos os vínculos. Estabelecer esses laços, entretanto, nunca é fácil, pq é fruto de trabalho diário: das alegrias às frustrações, é preciso tentar todos os dias. Ao trocar de emprego, deixei na escola anterior uma comunidade completa e 2 em construção. Na carta de despedida pra eles escrevi: “Eu nunca precisei afirmar minha humanidade em sala de aula, pra q vcs me percebessem 100% humana e 100% frágil, ao invés de unicamente profissional. Por isso, as turmas de vcs foram os ambientes onde me senti mais confortável e acolhida profissional e pessoalmente nos últimos anos. Vocês são na prática tudo o q os teóricos escrevem sobre educação em comunidade. As comunidades não são perfeitas, existem desentendimentos, momentos de estresse e agitação. Esses são acontecimentos comuns a qlqr relação humana. O q a educação em comunidade tem de diferente, é q dentro dela, todos cuidam uns dos outros e se esforçam pra se manterem unidos mesmo com as diferenças. Agora, tenho realizado esforços diários para construir comunidade onde estou trabalhando, sem jamais abandonar os laços feitos da comunidade da qual me distanciei. Esse esforço começa com estranhamento por parte dos alunos, desânimo e solidão da nossa parte, mas é feito com a certeza de um futuro frutífero. (Perfil de @kellvila)

Keilla encontra, em bell hooks, uma referência fundamental para a sua prática profissional e sua vida pessoal, pois a obra de hooks ilumina as complexidades das experiências de mulheres negras, oferecendo um modelo de resistência e empoderamento que ressoa profundamente com a luta por justiça social. Mediante suas colocações incisivas sobre a intersecção de raça, gênero e classe, a autora inspira a docente na promoção de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor, em que o respeito e a empatia são pilares essenciais. Além disso, a coragem de hooks em desafiar normas sociais e sua ênfase na autoafirmação encorajam a docente a buscar constantemente a melhoria pessoal e profissional, refletindo seu compromisso em ser uma educadora que não apenas ensina, mas também transforma vidas e comunidades. Assim, a influência de bell hooks age como um guia para Keilla, que aspira a cultivar um espaço de aprendizado que valorize a diversidade e a dignidade de todos os alunos.

Gloria Jean Watkins (1952-2021) foi uma influente escritora, acadêmica e ativista feminista negra estadunidense. Ela se destacou por sua vasta produção literária, que inclui mais de 30 obras, abrangendo poesia, ensaios, críticas de arte, cinema e livros infantis. Seu pseudônimo, bell hooks, é uma homenagem a sua bisavó e é escrito em letras minúsculas como uma forma de enfatizar suas ideias em vez de

sua identidade pessoal. hooks é reconhecida por suas análises sobre a intersecção de raça, gênero e classe, e por sua crítica ao sexismo e ao racismo, especialmente no contexto das experiências de mulheres negras. Ela se graduou em língua inglesa pela Universidade de Stanford e obteve seu doutorado em literatura pela Universidade da Califórnia. Sua obra seminal, *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism (E eu não sou uma mulher – mulheres negras e feminismo)*, examina os impactos da escravidão e do sexismo sobre as mulheres negras, destacando a marginalização que enfrentaram, inclusive por parte de homens revolucionários. A escritora desafiou normas sociais e culturais, defendendo a transgressão e a luta por justiça social com amor e coragem. Sua contribuição teórica e prática a tornou uma das feministas mais proeminentes do último meio século, influenciando o pensamento sobre feminismo e a luta por direitos civis. hooks enfatizou a importância da autoafirmação e da autonomia das mulheres negras, promovendo uma visão de empoderamento e resistência.

@kellvila expressou sua tristeza ao saber da morte da autora, além de demonstrar a relevância do legado de hooks para a vida e prática profissional que ela acredita, compartilhando a seguinte mensagem em seu perfil:

em todas as lives que eu participei, sempre que pediam que eu indicasse um livro que eu achava que todos precisavam ler, eu indicava "Ensinando a transgredir", de bell hooks. Foi lendo esse livro que ser professora ganhou um novo significado para mim. Toda a minha prática é baseada no que ela escreveu. Entre os colegas de profissão, eu sempre brinco dizendo "será que bell hooks se orgulharia de mim hoje?". Todas as vezes que minhas alunas me perguntam por onde começar a ler sobre feminismo negro, é hooks uma das quais indico. hooks é uma das bases de entendimento de mundo pra mim e eu me sinto honrada só de ter vivido no mundo ao mesmo tempo que ela. Jamais será esquecida! . (Perfil de @kellvila).

Keilla demonstra manter com seu público um contato de proximidade, engajado e empático, se reportando aos seus seguidores como "minhas amigas". Pelos trechos transcritos, percebe-se que @kellvila busca interagir com os seus seguidores, demonstrando proximidade ao compartilhar experiências pessoais e profissionais. Além disso, a atenção dada às reações e *feedbacks* do público, como a valorização dos elogios recebidos e a reflexão sobre as dinâmicas de interação, evidencia um interesse genuíno na relação com aqueles que acompanham seu conteúdo. A

abordagem empática, ao discutir temas sensíveis, tais como racismo, desigualdade e violência, também demonstra um compromisso em promover diálogos construtivos e acolhedores. Assim, o relacionamento da professora com seus seguidores se apresenta pela postura aberta, receptiva e comprometida com a construção de uma comunidade educativa e inclusiva.

8.3. @mai. prof

Nasci negra e mulher. Estou tentando me tornar a pessoa mais forte possível para usufruir a vida que me foi dada e ajudar a desencadear as mudanças em direção a um futuro aceitável para o planeta e para minhas crianças.

(Audre Lorde, 2020, p. 7)¹⁸

Perfil criado por Maiara Nascimento, 29 anos, professora de história formada pela UFBA e pós-graduada em Ensino de História. Leciona na rede privada para os anos finais do ensino fundamental. No momento da escrita deste texto, a página tem 1.463 publicações, sendo seguida por 13,5 mil pessoas. Em sua bio, constam as seguintes descrições: “não me idealizem! Nem sempre serei sensata! Pensamentos de uma mulher negra, baiana, professora, historiadora, cinéfila, antirracista”. Há um link em seu perfil (instabio.cc/maiprof) que direciona para uma página contendo a foto do rosto da professora, seu nome e a frase: “olá sejam bem-vindos! Sou uma profa. pensante, antirracista, baiana e arretada! Muito prazer”. Por meio desse mesmo link, são dadas duas outras possibilidades de acesso: cursos – o curso *on-line* idealizado e ofertado pela professora “inspirações antirracistas: por onde começar? Twitter – acesso para sua conta na rede social X, antigo Twitter.

Diferente das demais professoras, Maiara não expõe detalhes de sua vida pessoal, o que dificultou localizar algumas informações, como detalhes de sua trajetória profissional, compartilhamento de práticas feitas por ela, há quanto tempo exerce a docência etc. Porém, no dia da gestante, foi compartilhada a seguinte

¹⁸ LORDE, Audre. Sou sua irmã: escritos reunidos e inéditos. São Paulo, Editora Ubu. Disponível em: https://www.ubueditora.com.br/pub/media/productattachment/u/b/ubu-sou_sua_irma-trecho.pdf. Acesso em: 28 set. 24.

postagem de autoria própria, fazendo jus à descrição feita de si na bio do perfil como uma “prof. pensante”:

“por uma maternidade plena e feliz. Um desabafo sincero que vejo nessa sociedade desigual e capitalista. Reflexão meu pessoal, superficial, tendo como base algumas pesquisas e estatísticas que permeiam as mulheres negras e a classe trabalhadora. Hoje dia 15 de agosto, considerado dia da gestante. Eu enquanto mulher negra e grávida trago uma reflexão. Você já parou pra pensar que nem todas as mulheres possuem o direito de maternar de maneira saudável e tranquila? A quem foi dado o direito de maternar? Quem então educa nossos filhos? Quem cuida dos nossos filhos? o direito de maternar historicamente nos foi retirado, gerando problemas estruturais e emocionais nas famílias das pessoas negras, indígenas e da classe trabalhadora. A escolha da maternidade para a classe trabalhadora, mulheres negras, sempre foi difícil. Historicamente em uma sociedade patriarcal/escravocrata, mulheres negras n tinham a possibilidade de cuidar dos seus filhos pois sempre estavam em subserviência aos filhos das sinhás. É só observar as estatísticas, como na mortalidade materna. A federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia reforça a importância do olhar para a saúde da mulher negra no Brasil, cuja taxa de mortalidade materna é superior à de mulheres brancas em + que o dobro. Isso porque as mulheres negras não tem condições de realizar um pré-natal e os exames devidos e necessários para então cuidar da saúde e dos seus filhos. Isso acaba por escancarar também que maternar em um sistema capitalista sendo da classe trabalhadora é um grande DESAFIO! E me assusta imaginar que já ouvi pessoas falando de projeto de esterilização para mulheres negras, trabalhadoras e pobres, não por escolha delas, mas pela condição desse sistema capitalista que define quem deve viver e quem não vive. Construir uma família e maternar em uma sociedade capitalista tem sido cada vez mais difícil. A vida dupla entre ter que trabalhar por 8h e ainda assim educar os filhos, além de ter que arcar com os valores caríssimos como do leite da criança, tem também influenciado numa geração que para além de um desejo genuíno (pois sei que tem mulheres que realmente não querem ter filhos) acaba por incentivar ainda mais uma geração não ter filhos. A exploração de trabalho limita as pessoas de tudo. Inclusive de viver. É uma sociedade que tem nos limitado de sonhar. Construir uma família. Deixando esse sonho para apenas influencers como Virgínia¹⁹q pode estabelecer sua quantidade de filhos a vontade. Pessoas como ela sim, é dado o dinheiro de maternar. Talvez por isso tão seguida e idealizada! Para

¹⁹ Virgínia Fonseca, 24 anos, uma popular influenciadora digital, empresária e youtuber de nacionalidade estadunidense e brasileira, é conhecida por sua presença marcante nas redes sociais, onde acumula mais de 44 milhões de seguidores no Instagram e compartilha banalidades como danças coreografadas, sua rotina familiar, além de constante exibição de seu corpo e rosto modelados por diversos procedimentos estéticos. É proprietária da marca de cosméticos We Pink, que faturou R\$ 168,5 milhões em 2022. Casada com o cantor sertanejo Zé Felipe, tem duas filhas, e conta com quatro babás para cuidar das crianças. Recebe ferrenhas críticas por exibir uma vida luxuosa, ostensiva, fútil, assumindo posturas como presentear o marido com um avião avaliado em R\$ 35 milhões; além de ser acusada de terceirizar a maternidade, é considerada irresponsável por exaltar um padrão de beleza quase inatingível. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/o-ser-e-o-nada-a-fortuna-e-as-polemicas-da-influencer-virginia-fonseca>. Acesso em: 2 nov. 2024.

além disso, mulheres negras e pobres precisam lidar com a ausência paterna. Segundo a pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, o número de mães solo no Brasil aumentou na última década. Entre 2012 e 2022, foram mais de 1,7 milhão de mulheres. A sobrecarga financeira por criar e custar a vida dos filhos sem divisão equilibrada com os pais nos impede de acessar cuidados importantes com a saúde, como acompanhamento, terapia, exames e tratamentos medicamentosos. Fora sem oportunidades no mercado de trabalho. Por fim, não considero ser mulher negra e grávida um ato de resistência. Não dá pra romantizar a gravidez diante disso tudo. Desejo que as mulheres tenham apoio necessário em suas escolhas, seja em ter filhos ou não ter filhos. Mas diante de um sistema que insiste em não querer que realizemos os nossos sonhos, nossa família. Por fim, desejo a você, gestante, você mãe, todo apoio do mundo. Você merece, você é foda. Somos. Feliz dia. #maiprof #diadagestante". (Perfil de @mai.prof).

@mai.prof realizou uma profunda avaliação crítica das condições estruturais que afetam a saúde mental e o bem-estar das populações marginalizadas, especialmente as mulheres negras e da classe trabalhadora, reafirmando assim ser uma professora que se posiciona diante dos diversos conflitos sociais. Maiara destaca o modo que o contexto capitalista e desigual limita o direito de maternar de forma saudável e tranquila, evidenciando que a escolha da maternidade é historicamente complexa para essas mulheres. A relação entre a saúde mental e as dificuldades enfrentadas na maternidade é clara, pois a falta de acesso a cuidados adequados, como pré-natal e a sobrecarga financeira resultam em um ciclo de opressão que agrava problemas emocionais e estruturais nas famílias. A professora articula a necessidade de um olhar crítico sobre as condições sociais que moldam a experiência da maternidade, ressaltando que a luta por direitos e dignidade deve ser uma prioridade em uma sociedade que frequentemente marginaliza as vozes das mulheres negras e da classe trabalhadora.

Dentre as postagens com indicações literárias feitas pela professora, destaca-se a relacionada à obra *Sou sua irmã*, Audre Lorde, em que a professora postou fotos da capa do livro e de alguns trechos, adicionando a legenda:

“eu sou sua irmã”. Você sabe quem foi Audre Lorde? Audrey Geraldine Lorde foi uma escritora feminista e ativista dos direitos civis e homossexuais. Norte-americana de descendência caribenha, Lorde teve entre seus esforços mais notáveis o trabalho militante com as mulheres afro-alemãs na década de 1980. Estou lendo o seu livro e já me encontro encantada da maneira como ela nos mostra como nós

mulheres negras precisamos cada vez mais nos unir contra as mais diversas opressões que pesam sobre nós. Primeiramente, ela enfatiza sobre a pluralidade. Ela diz “é porque sinto a urgência de não desperdiçar nossos recursos de reconhecer cada irmã do jeito que ela é para que então possamos trabalhar juntas em favor de nossa sobrevivência mútua”. Que coisa bonita né? Também, ela reforça que não há hierarquia de opressão, que não dá pra combater uma opressão anulando outra. É preciso combater o heterossexismo, o machismo, o racismo, a homofobia e tantas outras opressões que permeiam sobre a vida das pessoas negras. Ela como uma mulher negra e lésbica, destaca as mais diversas rejeições/exclusões até dentro do movimento negro, críticas como “não gerará uma família negra” ou não ser digna de estar lutando pelo movimento por ser lésbica, ser feminista, ou por estar em uma relação interracial e afins, como grandes críticas e equívocos, desvalidando suas lutas que mais segregam que nos unem. Ela enfatiza, ser uma mulher, negra e lésbica e que atuava na militância sem separar de quem era. Audre Lorde destaca a importância do autocuidado da mulher negra e da inclusão das pautas, sem grandes disputas com o objetivo mais de unir forças do que de segregar diante de um sistema que nos odeia. Vale a pena ler e vem muito mais dela por aí. #resenhas#livros#feminismonegro#feminismointerseccional#audrelorde (Perfil de @mai.prof).

A professora Maiara Nascimento, ao indicar a obra de Audre Lorde, evidencia a relevância da autora na luta contra as opressões que afetam as mulheres negras, refletindo seus próprios posicionamentos em seu perfil no Instagram. Audre Lorde, escritora feminista e ativista dos direitos civis e homossexuais, é reconhecida por sua contribuição ao movimento feminista e à luta pelos direitos da comunidade LGBTQQICAAPF2K+, especialmente no contexto das mulheres afroalemãs na década de 1980.

Sua obra enfatiza a necessidade de união entre as mulheres negras, destacando a pluralidade de experiências e a urgência de combater todas as formas de opressão de maneira interseccional. Lorde enfatiza, em suas obras, que não há hierarquia nas opressões, e a luta deve ser coletiva sem deslegitimar as experiências de cada indivíduo. Essa perspectiva ressoa com a abordagem de Maiara na busca pela promoção de um espaço acolhedor e inclusivo, reconhecendo a importância do autocuidado e da solidariedade entre as mulheres negras em face das adversidades sociais. Assim, a obra de Lorde não apenas inspira a professora, mas também fundamenta suas reflexões sobre a necessidade de um ativismo que una forças em vez de segregar.

Como apresentado em sua bio, a professora realiza a indicação de diversos

títulos cinematográficos, alguns para fins educativos e outros recreativos. Uma das sugestões dadas por ela foi a série brasileira *Manhãs de Setembro*, em que ela compartilha a sugestão da seguinte forma:

e saiu a segunda temporada! 🧡 5 motivos para assistir Manhãs de setembro: 1. A série brasileira traz a visibilidade LGBTQIAPN+ ao trazer uma protagonista trans e preta interpretada por uma mulher trans. E a diversidade também está por trás das câmeras, afinal, a voz do queernejo²⁰ Alice Marcone assina o roteiro junto com Josefina Trotta e Marcelo Montenegro. 2. Temos a grande artista Liniker dando um show de atuação, musicalidade e talento na série. Literalmente ARTISTA. 3. A série discute afetos, preterimentos, complexidades e a humanização de pessoas trans/ travestis, mostrando a suas sensibilidades, vivências e escolhas. 4. A trilha sonora é um dos destaques da série, a qual leva o nome de uma das músicas de Vanusa, fenômeno da Jovem Guarda. A discografia da artista compõe praticamente toda trilha dos episódios - um tom de nostalgia para os espectadores mais velhos e um novo universo musical para o público jovem. 5. Discute uma temática muito interessante que é LGBTQIAPN+ e a família, os laços cortados, mas também que podem ser refeitos. É literalmente uma poesia. P. s: Segunda temporada já saiu 🥰 ➡️ E aí já assistiu? Me conta nos comentários! (Perfil de @mai.prof)

“Manhãs de Setembro” trata-se de uma série brasileira lançada em 2021, tendo como tema principal a vida de Cassandra, uma mulher trans que busca reencontrar seu filho após anos de separação. A protagonista é interpretada por Liniker, uma cantora, compositora, atriz e artista visual brasileira trans. Ambientada em São Paulo, a trama explora temas tais como maternidade, identidade de gênero, racismo, e a luta por aceitação em uma sociedade marcada por preconceitos, proporcionando a representação autêntica e sensível das experiências vividas por pessoas trans e racializadas. A série destaca a importância da empatia e da compreensão nas relações familiares, ao mesmo tempo em que desafia estereótipos e promove a visibilidade das questões LGBTQIAPN+.

Outro filme que gerou intensa repercussão no Instagram da professora (recebeu 1.926 curtidas e 141 comentários), *A Pequena Sereia* teve sua segunda versão lançado em 2023 pela Disney, que, apesar de ter históricos de reprodução de

²⁰ Queernejó é um movimento cultural e artístico brasileiro que emerge da interseção entre a estética do sertanejo e as questões de gênero e sexualidade, promovendo a visibilidade e a representação de identidades LGBTQIAPN+ dentro desse contexto musical. Ele desafia normas tradicionais de gênero e sexualidade, propondo uma reinterpretação das narrativas sertanejas por meio de uma perspectiva inclusiva e crítica.

estereótipos racistas, realizou o lançamento dessa produção com uma protagonista negra. @mai.prof compartilhou uma postagem com a foto da sereia encenada pela atriz negra e adicionou o *print* de um comentário feito por uma usuária do Instagram: “Achei o FIM a Ariel ser negra. Sinceramente. Acaba com o nosso imaginário infantil”. A professora legendou o *post* da seguinte forma:

disse uma PEDAGOGA acreditem!!!! Acreditem, acordei hoje querendo ser feliz e me deparei com esse comentário, vindo de uma pedagoga branca! Pelo visto a “pedagoga” está incomodada de atingir o imaginário racista branco do mundo dela infantil! Porque o imaginário infantil de pessoas negras/PCDs/indígenas já vem sendo atingida há muito tempo!!! Eu tenho sérias críticas a Disney e essas “representações” da Disney pq muitas vezes surfa na hype/moda da diversidade. Tendo em vista que a própria Disney teve produções tão racistas que acabaram por reproduzir tanto racismo e protagonismo branco em seus filmes. Mas, chega ser assustador a quantidade de ataques racistas que essa atriz vem passando!! Também não podemos negar o impacto positivo que esse filme fez nas crianças negras, vejo pelos meus alunos. Não tem como negar. A pergunta que eu faço: como uma pessoa racista dessa é pedagoga? Que tipo de educação é essa que vamos construir com esse tipo de gente? #educacaoantirracista#pequenasereia#maiprof.. (Perfil de @mai.prof).

A polêmica em torno do filme “A Pequena Sereia” gira principalmente em torno da escolha da atriz Halle Bailey, uma mulher negra para interpretar a icônica personagem Ariel. Essa decisão provocou reações polarizadas, com muitos defendendo a representatividade e a inclusão, enquanto outros expressaram descontentamento, alegando que a escolha desvirtua a essência da história original. A crítica feita por Maiara destaca a hipocrisia de certos discursos que se opõem à diversidade, especialmente quando provêm de educadores que deveriam promover uma educação inclusiva. Ressalta-se que os ataques racistas direcionados a Halle Bailey revelam a persistência de um imaginário racista que ainda permeia a sociedade, e a educação deve ser um espaço de desconstrução dessas narrativas prejudiciais, questionando que tipo de formação e valores estão sendo transmitidos por profissionais que mantêm visões racistas.

O perfil tem alguns conteúdos fixos. E são eles:

- Dicas de livros: sugestões de livros lidos pela autora que abordam essencialmente a questão racial.
- Dicas de viagens: indicações econômicas para viagem.

- Sobre a página: apresentação de si e do perfil.
- Me apoie: sensibilização aos seus seguidores para apoiar colaborando financeiramente com o trabalho que realiza no perfil.
- Curso: divulgação do curso on-line que oferece “Inspirações antirracistas: por onde começar?”.
- Recadinhos: reconhecimento de seus seguidores elogiando suas postagens e o trabalho que ela realiza.
- Combatendo *fakes*: postagens que se concentraram em refutar notícias falsas durante o período eleitoral de 2022.
- Conta reserva: perfil reserva criado caso o seu fosse suspenso por se posicionar contra Bolsonaro ao longo do período eleitoral.
- Estou na Taboom: divulgação das aulas interativas que oferece pelo aplicativo Taboom.
- Ofício: conteúdos que enaltecem as profissões de historiador e professor.
- Racismo estético: conteúdos críticos relacionados à pressão que mulheres negras sofrem para realizar procedimentos estéticos com a intenção de modificar a aparência de traços físicos como cirurgias para afinar o nariz, alisamento de cabelos crespos, além de indicação de livros e conteúdo para valorizar a autoestima de pessoas negras.
- Música: compartilhamento de músicas e breve biografia das cantoras negras Aretha Franklin, Ivone Lara e Margareth Menezes.
- Trabalhos: divulgação do curso que oferta, e de aulas particulares / preparatório para concursos.
- Dicas: indicação de produções audiovisuais com protagonismo negro e críticas sociais.
- Embolia pulmonar: compartilhamento de informações de utilidade pública sobre uma complicação de saúde enfrentada por ela.
- História: ensinamentos sobre Candaces, rainhas mães da realeza africana na antiguidade.
- Pressão estética: reflexões acerca da influência do racismo para a concepção de beleza atual e como se refletem em mulheres negras.
- Racismo reverso: desconstrução dessa ideologia.
- Lives: compartilhamento de *lives* realizadas por ela.

- 5 Práticas – Práticas antirracistas para aderir listadas por ela da seguinte forma: 1. leia intelectuais negros; 2. escutar e enxergar a negritude; 3. questione-se; 4. reconhecer os privilégios da branquitude; 5. abraçar e lutar em prol da causa.

Grande parte do conteúdo produzido por @mai.prof se constitui de postagens de textos, sempre se posicionando em relação a acontecimentos atuais que assumem enfrentamento contra as diversas opressões sociais, com discursos incisivos e de enfrentamento ao racismo, machismo, conservadorismo, neoliberalismo dentre outros. A professora realizou a seguinte postagem:

às vezes, os problemas de saúde mental é consequência dos problemas estruturais do capitalismo mesmo. Não há antidepressivo que dê conta do desespero do desemprego, de contas pra pagar, exploração de trabalho, falta de lazer e acessibilidade, falta de uma boa saúde pública de qualidade, frustração e afins. Ai realmente não tem como... . (Perfil de @mai.prof).

O conteúdo foi curtido por 873 pessoas e recebeu alguns comentários, do tipo:

E imagina quem mora em áreas com conflitos violentos, com tiroteio, caveirão... e as áreas que inundam, desabam... haja saúde mental!!! Por isso a lavagem neopentecostal penetra cada vez mais na cabeça da população... se aqui tá ruim, a aposta é céu...”; “Exatamente”; “Simm, muito verdade”; “Perfeito”; “Não há antiansiolítico que dê conta de saber que vc tá sendo abusado no ambiente de trabalho mas não poder fazer nada quanto a isso pq vc precisa pagar por água, energia e comida pra sobreviver porra”; “Já tive um papo desse c minha psicóloga... Pedi a ela que me ajude a lidar c isso da melhor forma, mas tá froids... (Perfil de @mai.prof).

A abordagem de @mai.prof em sua interação com o público também é identificada por proximidade e empatia. Ao abordar temas sensíveis e pessoais, como baixa autoestima, desafios enfrentados por mulheres negras e valorização profissional dos educadores, ela estabelece uma conexão emocional com a audiência, demonstrando que o conteúdo é relevante e significativo. Essa abordagem engajada está acompanhada de uma postura crítica em relação a questões sociais como racismo, desigualdade de gênero, conservadorismo e falta de valorização dos profissionais da educação. A professora assume compromisso com a responsabilidade social e promoção de mudanças positivas na sociedade, estimulando reflexões e debates entre o público. Tais posturas são positivas para criar

um ambiente de discussão aberta e crítica, que pode levar ao crescimento pessoal e ao desenvolvimento de uma cultura mais justa e equitativa.

Em resumo, o relacionamento de @mai.prof com o público pode ser avaliado como ativo, empático e comprometido com a promoção de valores como inclusão, respeito e valorização das diversidades.

8.4. @dani. torres_

Mas achava também que qualquer vida era um risco e o risco maior era de não tentar viver.

(Evaristo, 2015, p. 26)²¹

Daniela Torres é baiana, professora de História dos anos finais do ensino fundamental. Graduada em História e Moda, seu perfil tem 2.492 publicações e é seguido por 24.900 usuários da rede social Instagram. Ela se descreve em sua bio da seguinte forma: “Prof.^a Daniela Torres; Criador (a) de conteúdo digital; negra; mãe da Malu – autista nível 3 de suporte; premiada na Olimpíada Nacional em História do Brasil (projeto realizado pela Universidade de Campinas)”. Há um *link* (tr.ee/DtrXcnYhrP) que direciona para cinco outros *sites*: o canal da professora no Youtube, o perfil de Daniela na rede social LinkedIn, seu contato no WhatsApp, o podcast Papo com Daniela Torres (autoria própria), e um grupo na plataforma Telegram em que a professora compartilha metodologias educacionais, projetos pedagógicos, mentorias e formações com enfoque em uma educação antirracista.

Daniela leciona em escolas da rede privada na cidade de Salvador, exerceu a docência em escolas como: Colégio Salesiano, Colégio Vitória Régia, Colégio São Paulo, lecionando atualmente no Villa Global Education – uma escola brasileira de currículo internacional. A professora recebeu menção honrosa por uma de suas participações na Olimpíada Nacional em História do Brasil. Ela faz uso das tecnologias de informação, jogos, além de desenvolver projetos criativos em suas aulas, como: Aventura no Olimpo – RPG²², uma aula sobre a Grécia usando o jogo; uso da

²¹ EVARISTO, Conceição. Ana Davenga. In: *Olhos d’água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

²² RPG, ou *Role-Playing Game*, é uma modalidade de jogo em que os participantes assumem papéis de personagens fictícios em um ambiente narrativo, geralmente mediado por um facilitador, conhecido como mestre de jogo. Essa prática lúdica promove a imersão em cenários diversos, permitindo que os jogadores desenvolvam habilidades como a criatividade, a resolução de problemas e a empatia, ao

plataforma de jogo pedagógico Kahoot²³ para os alunos responderem a um questionário abordando conhecimentos históricos sobre a cidade de Salvador. Já a Idade Média, foi trabalhada em um projeto sobre a indumentária do respectivo período, onde as roupas foram desenhadas e confeccionadas pelos próprios alunos, e após visitarem o Museu do Traje e do Têxtil na Capital Baiana, os alunos realizaram a exposição de bonecas devidamente caracterizadas e vestidas conforme a época estudada por eles, como relata a professora em seu perfil no Instagram:

A Era Medieval, foi um período da História Europeia que durou do século IV ao século XV. Os historiadores atuais dividem a Idade Média em três partes: Idade Média Inicial (476-1000), Alta Idade Média (1000-1300) e Idade Média Tardia (1300-1453). No século XIX, a Idade Média inteira era comumente chamada de “Dark Ages”. As 40 bonecas produzidas, pelos alunos da 1º série do Ensino Médio, sobre a Indumentária Medieval estão divididas de uma maneira que não tem a ver com as reais divisões históricas do período. As divisões foram feitas baseadas em mudanças significativas na vestimenta da época. Algumas roupas são reproduções fieis do período e outras usaram a temática como inspiração. As bonecas na exposição estão organizadas da seguinte forma: Nobreza, realeza e camponeses (diferenciando Alta e Baixa Idade Média) guerreiros bárbaros, bruxas e peste bubônica”. 3 (Perfil de @dani.torres)

Para estudar sobre um império Africano, a professora desenvolveu em parceria com uma colega de trabalho a confecção de bonecas de pano em sua turma, assim explicado por ela em seu perfil:

As turminhas do 8º ano do Colégio São Paulo, sob a orientação da professora de História Daniela Torres e da professora de Artes Rejane, viveram em 2018 uma experiência de estudos da África a partir da História Oral, assumindo papel semelhante aos griots (indivíduos que tinham o compromisso de preservar e transmitir histórias), contaram histórias do povo africano. Inspirados nas bonecas abayomis (criadas

interagir com os desafios e dilemas apresentados na narrativa. No contexto educacional, o RPG pode ser utilizado como uma ferramenta pedagógica eficaz, favorecendo a aprendizagem colaborativa e a reflexão crítica, ao mesmo tempo em que engaja os alunos em processos de construção de conhecimento de forma dinâmica e participativa (Cardoso; Lima, 2024).

²³Kahoot é uma plataforma digital de aprendizagem que permite a criação e aplicação de quizzes interativos, promovendo a gamificação do processo educativo. Por meio de dispositivos móveis ou computadores, os alunos podem participar de atividades de avaliação formativa de maneira dinâmica e envolvente, respondendo a perguntas em tempo real. Essa ferramenta não apenas estimula a competição saudável entre os estudantes, mas também facilita a retenção de informações e o feedback imediato, contribuindo para um ambiente de aprendizagem mais colaborativo e motivador. A utilização do Kahoot em sala de aula pode, portanto, enriquecer a experiência educacional, promovendo a participação ativa dos alunos e a construção coletiva do conhecimento (Castro, 2023).

para acalantar as crianças durante as viagens a bordo dos navios negreiros), as turmas produziram bonecas de pano associadas à História de um Império Africano. As mesmas serão doadas após a exposição e serão acompanhadas de cards que contam a sua História. Cada bonequinha vai contar um pouco da História da África por aí... E a História vai se multiplicando como ecos... Ecos da África! #projetohumanaseartes#colegiosaopaulo. (Perfil de @dani.torres_)

Em 2021, a professora foi demitida da instituição em que lecionava após trabalhar com a obra *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, em uma escola de Salvador. A obra, que reúne contos sobre a vivência da população afro-brasileira e aborda temas como pobreza e violência urbana, foi escolhida para um concurso escolar, sendo parte de uma lista de livros exigidos pela própria instituição. No entanto, a proposta gerou desconforto entre os alunos, que justificaram sua resistência à obra com a frase: “não vamos lidar com uma dor que não é nossa”. Oito famílias procuraram a escola para se posicionar contrárias à obra, gerando o afastamento de Daniela da turma, e posterior desligamento da escola.

Maria da Conceição Evaristo de Brito, 77 anos, popularmente conhecida como Conceição Evaristo, é doutora em literatura ocupante da 40ª cadeira da Academia Mineira de Letras, uma renomada escritora e ativista brasileira amplamente reconhecida por suas contribuições à literatura afro-brasileira e por sua habilidade em abordar questões sociais, raciais e de gênero em suas obras. Nascida em Belo Horizonte, Evaristo utiliza sua escrita como uma forma de resistência e empoderamento, explorando as vivências e as lutas da população negra, especialmente das mulheres. Suas produções literárias, que incluem contos, romances e ensaios, são marcadas por uma prosa poética e incisiva, que revela a complexidade das experiências de vida de seus personagens. A autora é conhecida por sua capacidade de entrelaçar narrativas pessoais com questões coletivas, criando um espaço de reflexão e diálogo sobre a identidade, a memória e a luta contra o racismo. Obras tais como *Olhos d'água* e *Ponciá Vicêncio* se destacam pela profundidade emocional e pela riqueza de detalhes, fazendo de Evaristo uma voz essencial na literatura contemporânea e uma referência na luta por justiça social e igualdade. Assim, o episódio experienciado pela professora Daniela reflete sua postura corajosa em promover uma educação crítica e antirracista, mesmo diante de pressões e discriminação. @dani_torres enfrentou dificuldades para encontrar novas oportunidades de trabalho, sofrendo algumas rejeições por sua notoriedade nas redes

sociais e pela associação negativa que a escola fez de sua imagem. Ela continua lutando contra a discriminação e o racismo que sofreu, buscando justiça via processo judicial contra a instituição. O fato experienciado pela professora destaca a resistência que educadores enfrentam ao abordar temas relevantes e a necessidade de um ambiente escolar que valorize a diversidade e a inclusão.

O impacto do trabalho realizado pela profissional pode ser percebido por alguns comentários nas postagens compartilhadas pela professora, em que são apresentadas práticas educativas realizadas por ela, como:

“Queria muito ter sido sua aluna!! Jurooooo... acho que História teria um julgamento muito diferente para mim!! Parabéns Dani 🙌🙌🙌”

“Zorraaaa que massa Dani, vc é diferenciada desde sempre, uma das melhores professoras que já tive, e olhe que eu sou do time de exatas viu!!!!”

“Eu só tenho que agradecer a professora de excelência Daniela Torres por fazer uma transformação na vida acadêmica do meu filho com tanta maestria. Gratidão 🙌🙌🙌🙌🙌”

*“Você é uma professora maravilhosa, Dani! Desde o ano 2001, no mínimo! Sorte e alegria de quem pode aprender História contigo!”
(Perfil de @dani.torres_).*

Daniela deixou fixado conteúdos que ela intitula como descritos a seguir:

- Malu e eu: compartilha o cotidiano com sua filha que é autista nível 3.
- Aulas: apresenta sua didática em sala, em que cria mapas mentais ilustrativos sobre temas históricos para atrair o interesse dos estudantes.
- Sobre mim: realiza uma síntese do que aborda em seu perfil: educação antirracista, metodologias de ensino, vida de professor, aulas de história, notícias, inovações na educação, dicas de livros e filmes; define sua missão como “usar a rede social como ferramenta de aprendizagem e troca de experiências”; seu objetivo é apresentado como “gerar um espaço de aprendizagem lúdica e consciente”; se identifica como uma mulher negra, professora de história há mais de vinte anos, praticante de uma educação antirracista e especialista em educação”.
- ONHB: exhibe suas participações na Olimpíada Nacional em História do Brasil.
- Minha luta: divulga reportagens sobre o episódio vivido por ela em uma escola particular de Salvador onde lecionava por 17 anos, em que foi demitida após denunciar episódio de racismo enfrentado por trabalhar o livro Olhos d’água,

escrito pela linguista e escritora Conceição Evaristo. Seus alunos se recusaram a fazer a leitura alegando: “não vamos lidar com uma dor que não é nossa”, os pais julgaram a linguagem da obra como inadequada para a faixa etária dos estudantes.

- Crio: exhibe o procedimento estético de Criolipólise feito por ela e os resultados.
- Profa.: mostra um pouco de seu cotidiano no ambiente escolar.

Daniela usa seu perfil para compartilhar conteúdos de sua vida pessoal e profissional, intercalando postagens de posicionamentos políticos, cuidados consigo, divulgação de informações históricas, notícias do cotidiano em que ocorrem episódios racistas, sua luta contra o preconceito em relação ao autismo. @danitorres é incisiva em seus posicionamentos, e se aproxima de seus seguidores por exibir uma vida que se assemelha com a realidade das pessoas, principalmente de mulheres negras. A docente gravou um vídeo curto com sua filha e escreveu a seguinte legenda:

Eu não tenho muitos amigos no meu prédio, eu tbm gosto de ficar muito dentro de casa e não socializo com frequência. Mas minha filha, todas as tardes desce com a babá pra brincar no parquinho, na quadra, no salão de jogos e em qualquer outro espaço do prédio que seja frequentado pelas crianças. Sim, ela é uma criança autista e tem o jeito dela de brincar. Algumas crianças interagem com ela, outras não... Pq são crianças. Eu sei que os moradores aqui não são obrigados a convidar Malu para as festas infantis, mas é triste perceber que só sua filha fica de fora. Por que vc acha que não convidam Malu para os aniversários das crianças aqui no prédio?” (Perfil de @dani.torres_)

Para concluir, @danitorres disponibilizou uma enquete digital em que os usuários opinaram com um clique para responder à pergunta deixada por ela no fim da postagem, tendo as possibilidades de resposta abaixo, que até o momento da escrita deste texto, contava com 49 respostas e os respectivos percentuais, conforme seguem: porque ela é autista – 98%; é só coincidência esquecerem que ela existe - 2%. A postagem recebeu 426 curtidas, e recebeu alguns comentários como:

Faça uma festinha... um aniversário de brinquedos convide todos que nunca convidaram Malu... e outras pessoas que vc sabe que aceitam Malu. E fale sobre o sentimento.”; “Muito triste Dani! sinto muito que vcs tenham que passar por isso. Se esse ano fizermos a festinha de Julia, vocês já estão convidadas”; “Nós adultos temos muito q aprender com as crianças!!! Malu e Dani, recebam nosso acolhimento.”; “Nós, mães, sentimos muito mais do que nossos filhos. Sabemos o peso da exclusão! É muito triste mesmo.”; “Eu fico

arrasada quando vejo postagens assim. Torcendo muito pra que isso um dia acabe. As crianças não tem essa exclusão, são os adultos. Beijo grande Malu. (Perfil de @dani.torres_)

A professora Daniela mantém um relacionamento de proximidade com seu público, além de interativo e engajado. Ela demonstra estar aberta a receber informações e *feedbacks* do público, como indicado pelos trechos em que menciona matérias encaminhadas a ela pelo público e decide relembrar violências cometidas contra escritores negros em resposta a essas informações. Além disso, @dani.torres_ parece estar atenta às questões sociais e raciais, buscando promover a reflexão e o debate sobre temas relevantes, como racismo, educação antirracista e valorização dos professores.

Percebe-se nas professoras Andréia, Keilla, Maiara e Daniela que o modo como se posicionam virtualmente sugere uma postura crítica e comprometida com a equidade social, possivelmente resultando em uma conexão mais profunda com seu público, especialmente aqueles que compartilham de suas preocupações e valores.

9. ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo deste capítulo é apresentar a análise das postagens coletadas no Instagram de cada professora, a partir da categoria Enfrentamento ao Racismo, construída por mim. Essa categoria foi subdividida em três eixos: resistência como prática cotidiana, dispositivo de racialidade e gênero e amefricanidade e resistência. A seguir, examino como essas subcategorias se manifestam nas postagens.

9.1. A ESTRUTURAÇÃO DOS DADOS

Com a intenção de compilar e selecionar elementos comuns nos discursos produzidos pelas docentes em seus perfis no Instagram, pensou-se no eixo temático enfrentando o racismo.

9.2. ENFRENTANDO O RACISMO

Partindo das informações sobre esse eixo, iniciou-se a estruturação dos dados. Entende-se por enfrentamento ao racismo os conteúdos que versem sobre

posicionamentos assumidos pelas professoras na busca por combater a invisibilidade e a marginalização das pessoas negras, destacando-se a importância da representatividade positiva e da valorização da diversidade. Além disso, essas profissionais também abordam a interseccionalidade, revelando como o racismo se cruza com outras formas de discriminação, como o gênero e a classe social, para produzir uma narrativa mais complexa sobre a experiência das mulheres negras. Esses discursos visam combater o racismo e suas consequências, incentivando uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais que o perpetuam.

Destacarei aqui algumas práticas de enfrentamento ao racismo. Por exemplo, a docente @kelvila faz a seguinte citação de Grada Kilomba em seu Instagram: “uma mulher negra diz que ela é negra, uma mulher branca diz que ela é branca, e um homem diz que ele é uma pessoa”. A postagem de @kelvila ilustra a violência simbólica sobre mulheres negras ao evidenciar a disparidade na construção da identidade racial. A violência simbólica se refere à imposição de significados e valores que deslegitimam certos grupos. Ao afirmar que a identidade racial é uma construção social, a citação de Kilomba expõe como a sociedade perpetua a ideia de que a branquitude é a norma, enquanto a negritude é vista como uma exceção que precisa ser justificada, reforçando estigmas e preconceitos significativos para a marginalização de mulheres negras. A afirmação de que “uma mulher negra diz que ela é negra, uma mulher branca diz que ela é branca, e um homem diz que ele é uma pessoa” revela a desumanização e invisibilidade das experiências de mulheres negras, que são forçadas a afirmar sua identidade racial por se distanciarem do padrão racista que não vê como humanos pessoas de pele escura. Além disso, o trecho aborda a interseccionalidade, indicando que a opressão das mulheres negras não pode ser dissociada de outras formas de discriminação, como gênero e classe social, o que torna sua experiência mais complexa. Também é enfatizada a necessidade de representatividade positiva, destacando que a visibilidade de mulheres negras em espaços de poder é crucial para combater a violência simbólica e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

No trecho, Grada Kilomba subverte ainda a noção de que a raça é um fato natural e objetivo, demonstrando que a racialização é um processo politicamente construído enquanto denuncia a invisibilidade das mulheres negras e sua exclusão das narrativas dominantes, apontando a necessidade de se destacar a representatividade positiva de pessoas de pele escura, especialmente mulheres,

combatendo desigualdades de gênero e interseccionalidade presentes na sociedade. Ao destacar a diferença na forma como as identidades raciais são reconhecidas e valorizadas na sociedade, o trecho denuncia a invisibilidade dada a mulheres negras compelindo-as a afirmar sua identidade racial, enquanto mulheres e homens brancos são vistos como “pessoas” sem a necessidade de especificar sua raça. Essa dinâmica revela que a negritude é frequentemente marginalizada e desumanizada, resultando na exclusão das mulheres negras das narrativas dominantes. A invisibilidade se manifesta na ausência de reconhecimento e valorização das experiências e identidades das mulheres negras, frequentemente relegadas a um segundo plano nas discussões sobre identidade e diversidade, sublinhando a necessidade de uma representatividade positiva que contrabalance essa exclusão.

A professora @mai.prof postou um conteúdo enaltecendo a presença feminina, gorda e negra nos Jogos Olímpicos de 2024, recebendo níveis elevados de aprovação de seus seguidores, gerando 2.328 curtidas e 68 comentários. A postagem tem a foto da judoca brasileira Beatriz Souza sorrindo após sua vitória, contendo um card com a frase produzida por Maiara: “em uma sociedade extremamente gordofóbica, que constrói ideias preconceituosas de que pessoas gordas são incapazes de serem grandes atletas no esporte. Nós termos Beatriz, mulher preta e gorda levando o primeiro Ouro no Brasil é muito significativo! Ela vale ouro!”. Essa postagem reflete a busca por combater a invisibilidade e a marginalização das pessoas negras, especialmente as mulheres. Ao destacar a importância da representatividade positiva, ela não apenas celebra a conquista de Beatriz, mas também desafia a gordofobia e os preconceitos associados ao corpo das mulheres. A frase “Ela vale ouro!” enfatiza a valorização da diversidade e a necessidade de reconhecer o valor das mulheres negras em espaços tradicionalmente dominados por estereótipos negativos. Isso se alinha com a ideia de que esses discursos visam combater o racismo e suas consequências, promovendo uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais que o perpetuam.

A docente @segueapro publicou um vídeo intitulado de “6 autoras para estudar identidade racial feminina”, em que foi mostrada a capa dos seguintes livros: *O feminismo é para todo mundo: o feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* – bell hooks; *Escritos de uma vida* – Sueli Carneiro; *Mulheres, raça e classe* – Angela Davis; *Interseccionalidade* – Carla Akotirene; *Lugar de fala* – Djamila Ribeiro; *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais*

de gênero – Oyèrónkẹ Oyěwùmí. A postagem é acompanhada da seguinte legenda: “como está a formação da sua identidade racial pró? Existe uma preocupação sobre a construção identitária infantil, sobretudo na primeira infância. Mas pra que você professora possa mediar essa formação da identidade da criança, principalmente nos aspectos étnico-raciais a sua formação identitária precisa estar consolidada. Se você é branca, você precisa se reconhecer como mulher branca e entender os seus privilégios e qual o papel da branquitude na luta antirracista. Se você é negra, é essencial se conectar com sua negritude de forma ancestral e contemporânea. Tenho buscado conhecer, estudar e fortalecer a minha identidade étnico-racial e essas autoras tem me auxiliado bastante nesse processo. Já conhece e estuda o trabalho de alguma dessas autoras? #identidadeinfantil#identidadeetnicoracialinfantil#identidaderacialfeminina#educacao antirracista#educacaoinfantil #educacaoafrocentrada”. Aborda-se aqui diretamente a interseccionalidade, revelando como o racismo se cruza com outras formas de discriminação, como gênero e classe social. Ao discutir a formação da identidade racial, é destacada a importância de as educadoras reconhecerem seus próprios privilégios e a necessidade de se conectar com suas identidades étnico-raciais. Isso é fundamental para mediar a formação da identidade das crianças, especialmente em relação aos aspectos étnico-raciais. A preocupação com a construção identitária infantil e a referência a autoras que tratam dessas questões são exemplos visíveis de como o enfrentamento ao racismo pode ser promovido via educação e conhecimento.

A professora @dani.torres_ dividiu com sua rede uma foto de si de costas, usando tranças azuis, contendo a seguinte frase: “não há Justiça econômica, social e ambiental sem Justiça **racial** e de **gênero**”. Daniela encapsula a essência da interseccionalidade e a necessidade de abordar o racismo em conjunto com outras formas de discriminação. Essa afirmação reforça a ideia de que o combate ao racismo deve ser parte de uma luta mais ampla por justiça social, reconhecendo que as experiências das mulheres negras são moldadas por múltiplas camadas de opressão. A fala da docente se alinha com a definição ao enfatizar a importância de uma narrativa que considere as intersecções entre raça, gênero e classe, promovendo uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais que perpetuam essas desigualdades.

A postura das professoras se atrela ao Enfrentamento ao Racismo pois todas abordam a importância da representatividade, a interseccionalidade e a necessidade de reflexão crítica sobre as estruturas sociais que perpetuam o preconceito racial.

9.3. AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA USADAS NO INSTAGRAM PELAS PROFESSORAS NEGRAS PARA ENFRENTAR O RACISMO

Com o propósito de melhor dispor os elementos coletados dessas práticas, realizei três subdivisões para a categoria Enfrentamento ao Racismo, separando-a entre: 1) resistência como prática cotidiana; 2) dispositivo de racialidade e gênero; 3) amefricanidade e resistência, sendo assim especificadas:

- I. Resistência como prática cotidiana: tanto o feminismo negro quanto as teorias de Michel Foucault, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez enfatizam a resistência como uma prática constante e versátil. As mulheres negras, ao longo da história, desenvolveram diversas estratégias para resistir à opressão, seja por meio da luta por direitos, da construção de identidades afirmativas ou da criação de redes de apoio. As redes sociais se tornam espaços de diálogo, troca de experiências e organização, em que as professoras negras podem se conectar e fortalecer suas lutas, criando assim espaços de resistência.
- II. Dispositivo de racialidade e gênero: a interseccionalidade entre raça e gênero, central no feminismo negro, encontra um eco nas teorias de Sueli Carneiro e Michel Foucault. O dispositivo de racialidade, ao moldar as relações de poder e as identidades sociais, também influencia a construção das masculinidades e feminilidades. As mulheres negras, nesse contexto, vivenciam uma dupla opressão, sendo submetidas tanto ao racismo quanto ao sexismo. Por visibilizar as desigualdades raciais e de gênero, as professoras negras contribuem para desconstruir os mitos e estereótipos que naturalizam a opressão, promovendo a desnaturalização do dispositivo de racialidade.
- III. Amefricanidade: proposta por Lélia Gonzalez, é um conceito fundamental para entender as formas de resistência das mulheres negras. Ao valorizar a herança africana e construir uma identidade afro-brasileira, as mulheres negras problematizam suas histórias e desafiam as narrativas hegemônicas; ao compartilhar suas histórias e experiências, essas professoras fortalecem a identidade negra e contribuem para a construção de um imaginário social mais justo e inclusivo, afirmando a identidade negra.

Na tabela a seguir, realizo a disposição dos dados coletados no perfil de cada professora categorizados conforme anteriormente classificados:

CATEGORIA	PROFESSORAS			
	@segueapro	@kellvila	@mai. prof	@dani.torres_
Resistência como prática cotidiana	<p>Ver uma criança preta empoderada dessa forma, e saber que estou contribuindo nesse processo é indescritível.”</p> <p>“As dificuldades enfrentadas por uma profissional de educação infantil, sobretudo atuante na rede pública de ensino são imensas, e longe de mim querer romantizar dificuldades. Exigimos condições adequadas de trabalho e todos os nossos direitos trabalhistas. Todavia, saliento que convívio com as crianças, com sua leitura de mundo, é um alento entre tantos dissabores.”</p>	<p>“Todas as vezes em que afastamos um problema social de nós, como quem acha que apenas monstros imperdoáveis dizem coisas terríveis, passamos a fazer parte do problema. Coisas terríveis podem ser ditas por rostos doces e falas bem humoradas. No caso de crianças e adolescentes, o processo educativo (em casa, na escola e demais ambientes frequentados por eles) tem papel fundamental na correção dessas falas e ações. TUDO acerca da situação comentada pelo vereador é absurdo (a escravidão e o próprio comentário dele). Se há omissão, o que separa os jovens “brincalhões” do vereador, são só algumas décadas de existência (e o mesmo vale para a denúncia</p>	<p>“Precisamos pra ontem de uma rede de apoio e formação que ajudem e colaborem com a desconstrução de um tempo em que tivemos um presidente que fazia apologia às armas.”</p> <p>Todo dia preciso repetir para mim mesma que sou capaz! É duro viver nessa baixa autoestima, mas... insisto em acreditar em mim! E acho que isso pode ser a realidade de muitas mulheres negras.”</p> <p>“Estudem. Isso mesmo, estudem. Busquem também estudar sobre questões raciais, inclusão, capacitismo e outras temáticas fundamentais para seus filhos, para que eles se sintam à vontade de</p>	<p>“Precisamos romper os silenciamentos.”</p> <p>“É preciso nos importarmos de verdade! O privilegiado precisa se sentir desconfortável, caso contrário, vão pensar que as coisas estão bem do jeito que estão.</p> <p>“Várias pessoas encaminharam pra mim a matéria falando sobre o R4C1SMO RELIGIOSO cometido no livro 'Amoras' de Emicida. Então resolvi, relembrar algumas violências cometidas na rede particular de Salvador contra escritores negros.</p> <p>“Aí vc percebe que existem dois pesos e duas medidas. Pra uma religião existir, ela não precisa atacar a outra.”</p> <p>É triste ver a dor dessa professora negra no exercício da profissão. Isso</p>

		<p>de escravidão). Estejamos atentos para o combate dessa e de outras formas de violência desde cedo.”</p> <p>“Em todas as turmas houve pelo menos um sentimento ruim que estava relacionado a autoestima intelectual ou estética e, por isso, conversamos sobre ofensas gratuitas, racismo, gordofobia, capacitismo e outras formas de violência que muitas vezes saem da boca deles acompanhadas de um sorriso ou uma gargalhada. Perguntei se eles perceberam que estavam dando voz à dor e às alegrias de alguém com quem eles convivem é que isso exigia uma postura específica: a de respeito.”</p> <p>“A educação é compromisso e a gente também tem palavra. Para que nunca se esqueça. Para que nunca mais aconteça.</p>	<p>perguntar e aprender com vocês.”</p>	<p>foi apenas mais um exemplo de como as pessoas pretas são tratadas e como os professores são desrespeitados em sala de aula.”</p>
--	--	---	---	---

		<p>Ditadura nunca mais!”</p> <p>“Expor minhas ideias em defesa dos valores básicos para a vida e a democracia é um ato de coragem.”</p> <p>“Busco a integridade no dia a dia estando ciente dos debates que são relevantes para a sociedade.”</p> <p>“Nada melhor do que voltar às aulas fazendo um exercício de verbalização de sentimentos e de se colocar no lugar do outro!”</p> <p>“Pratico a colaboração ao me comprometer com ações sociais em prol do coletivo.”</p>		
--	--	--	--	--

<p>Dispositivo de racialidade e gênero</p>	<p>“Em uma sociedade que as meninas e mulheres pretas convivem com as diversas formas de solidão e preterimento, ensiná-las tanto o amor próprio, como a serem amadas!</p> <p>“Enfim, nós somos formadores de ideias, de opiniões, de pessoas. Temos a responsabilidade e de ampliar o repertório das nossas crianças e desconstruir um imaginário de opressão e desigualdade, para assim construirmos uma sociedade justa, igualitária e de fato antirracista.”</p>	<p>“Mais um 8 de março chegando e nós seguimos ser poder dizer um simples “eu, mulher negra...” para explicar que nossas experiências são diferentes. Eu, mulher negra, não tenho direito de sentir. Eu, mulher negra, não tenho direito de falar. Eu, mulher negra, não tenho direito de expor o que penso, mesmo de maneira clara e racional. Eu, mulher negra, só tenho o dever de estar à disposição, servir, sorrir e acolher. Senão, em um estalar de dedos, eu, mulher negra, torno-me uma ameaça.”</p> <p>“Isso para não entrar no mérito de quando a gente encontra em alguma turma, uma série de problemas que a gente gostaria de</p>	<p>“Nós mulheres negras sabemos bem como é difícil construir uma vida com uma boa autoestima, desde pequena nos colocam neste 'lugar' de inferioridade.”</p> <p>“Ser mulher negra educadora é ser atravessada pelo racismo e misoginia.”</p> <p>“Casos como esses são a representação da violência de gênero e de raça que nós educadoras somos atravessadas.”</p> <p>“A cultura do ódio só tem crescido em sala de aula. Racismo, violência de gênero e todo tipo de preconceito estão presentes em sala de aula.”</p>	<p>“Não há justiça econômica, social e ambiental sem justiça racial e de gênero.”</p> <p>“Uma professora negra do Centro de Ensino Médio de Ceilândia (região metropolitana de Brasília) recebeu de um aluno um “presente” no Dia Internacional da Mulher: um pacote de palha de aço, popularmente conhecido como bombril. Ao abrir a embalagem e ver que o conteúdo era uma palha de aço, a professora fica visivelmente constrangida.”</p> <p>Eu vou aceitar, porque tudo que vem volta.” Os outros alunos deram risada e lhe desejaram “feliz dia da mulher”. A professora</p>
---	--	--	---	---

		<p>deixar fora de sala de aula, como machismo, LGBTQIA+fobia, racismo, entre outros”</p> <p>“Falei sobre a naturalização da barbárie por meio das palavras entre os adolescentes e do quanto precisamos ser combativos quanto a isso. Mas que essa combatividade toda as vezes me deixa exaurida e eu choro. Choro e no dia seguinte recomeço, porque já foram feitos esforços maiores que os meus no passado, para que hoje eu esteja aqui e a gente precisa honrar a luta; porque educação é compromisso e a gente também tem palavra.”</p>	<p>“Casos como esses são a representação da violência de gênero e de raça que nós educadoras somos atravessadas.”</p>	<p>não quis se pronunciar sobre o caso e o estudante deverá redigir uma carta com um pedido de desculpas, conforme advertido pela diretora da escola”</p> <p>“A casa caiu! Influenciadoras são expostas ao vivo durante o Jornal Nacional após serem acusadas de racismo ao oferecer bananas e macaco de pelúcia para crianças negras.”</p> <p>Um adolescente de 13 anos esfaqueou um aluno e quatro professoras, na manhã desta segunda-feira (27), na Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, em São Paulo. Um estudante disse à Polícia Militar que na semana passada,</p>
--	--	---	---	--

				<p>houve uma briga na escola por causa de racismo. O autor do crime proferiu ataques racistas contra um colega, o xingando de "macaco". O menino que o defendeu dos xingamentos, é uma das vítimas do atentado na escola. A vítima de racismo não foi à escola hoje. O que vcs precisam pra entender a importância de uma Educação Antirracista "Eles dizem que não são racistas, mas agem, olham e pensam como se fossem." O racismo digital é apenas um exemplo do porquê precisamos de diversidade em todas as indústrias tecnológicas. Uma equipe diversificada</p>
--	--	--	--	---

				<p>pode trabalhar conjuntamente e para identificar e corrigir problemas em potencial como este. Dos carros autônomos à inteligência artificial, precisamos garantir que os sistemas que desenvolvemos sejam plurais e inclusivos. Precisamos de tecnologia que seja adequada para todos e não de mais uma ferramenta racista.</p>
<p>Amefricanida de resistência</p>	<p>“Se ver como protagonista, inspira possibilidades infinitas e é por isso que representatividade importa!” “Romper com os pressupostos e estereótipos da colonialidade, é imprescindível para que a educação indígena, afrocêntrica e antirracista, aconteça de</p>	<p>“Hoje saiu um texto no jornal Estado de Minas em que a autora diz que a presença de pessoas negras, indígenas e com deficiência na passagem da faixa presidencial causou “má impressão”. Aquela foi uma cena histórica. Todos nós,</p>	<p>“Nós mulheres negras sabemos bem como é difícil construir uma vida com uma boa autoestima, desde pequena nos colocam neste 'lugar' de inferioridade.”</p>	<p>“Essas tranças falavam: contavam histórias, declaravam a condição social de que as usava, deixavam claro seu estado civil, a religião que professavam, identificavam-nas como membros de determinadas comunidades ou etnias.”</p>

	<p>forma plena na escola.”</p>	<p>que entendemos aquele como um momento único na história e capaz de abrir Caminhos que sejam menos tortuosos, nos emocionamos” .</p> <p>“A gente aproveita para parabenizar nossa amiga e inspiração @nailahnv que atua como articuladora na atualização e criação de leis tão importantes para pessoas negras, PCDs, mulheres e indígenas.”</p> <p>“20 de novembro – dia de Zumbi dos Palmares/ dia da consciência negra. Dia de honrar as lutas por liberdade e cidadania que marcam a trajetória das pessoas negras no Brasil.”</p> <p>“Tentam nos eliminar, mas nada nesse país se fez sem nós.”</p> <p>“A minha felicidade de todo novembro</p>	<p>“É preciso que todo o sistema de ensino, escola, pais e responsáveis estejam dispostos a apoiar os educadores e busquem educar e corrigir seus filhos.”</p> <p>“Que tipo de educação é essa que esses adolescentes estão tendo? Que tipo de conteúdo esses adolescentes estão consumindo?”</p>	<p>“A escravidão acabou! Não somos mais pessoas escravizadas, mas o silêncio sobre nossos corpos continua sendo uma arma.”</p> <p>“Palavras de origem africana estão sempre presentes na fala cotidiana dos brasileiros, mas passam despercebidas. Muvuka – Mvúka, de origem banta e língua quicongo, significa aglomeração ruidosa de pessoas como forma de lazer, celebração. Dendê – do quimbundo ndende, o dedê, ou óleo de palma é popular nas culinárias africana e brasileira.</p> <p>“Axé – geralmente é usado como o 'assim seja', da liturgia cristã, e também 'boa-sorte'.</p>
--	--------------------------------	--	---	---

		<p>Negro é o Tem Cor no Ensino e a VIVO transformou a minha felicidade em uma imagem gerada por inteligência artificial! Essa ação faz parte da iniciativa Alegria Preta, cujo objetivo é espalhar a felicidade e a potência do povo negro e tornar o algoritmo das inteligências artificiais menos racistas!”</p>	<p>Contudo, segundo as religiões afro-brasileiras, axé (do iorubá ase) é bem mais do que isso: é a energia vital encontrada em todos os seres vivos e que impulsiona o universo.”</p>
--	--	--	---

A interseção entre o feminismo negro e as teorias de Michel Foucault, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez permitiu entender a complexidade da experiência das professoras negras e a importância da resistência como ferramenta de transformação social. As redes sociais, em especial o Instagram, tornaram-se importantes ferramentas de resistência e luta contra o racismo, ampliando as vozes e experiências dessas professoras, que fazem uso da plataforma para lançar luz sobre questões de discriminação racial, desigualdade de gênero e racial presentes na sociedade e educação.

Ao utilizarem o Instagram como *locus* de resistência, essas educadoras demonstram sagacidade estratégica por escolherem uma plataforma específica visando alcançar seus objetivos. A subdivisão da categoria de análise entre os eixos resistência como prática cotidiana, dispositivo de racialidade e gênero, e amefricanidade e resistência, foi utilizada para examinar como as postagens das docentes manifestam suas estratégias de resistência ao racismo, articulando-as às dinâmicas sociais e políticas.

O conceito de amefricanidade, proposto por Lélia Gonzalez, é fundamental para compreender as formas de resistência das mulheres negras. Ao valorizar a herança africana e construir uma identidade afro-brasileira, essas mulheres problematizam suas histórias e desafiam as narrativas hegemônicas. Quando compartilham suas histórias e experiências, as professoras sustentam sua identidade negra operando para a construção de um imaginário social mais justo e inclusivo.

A resistência como prática cotidiana é evidenciada nas postagens que destacam a importância de promover a afirmação de crianças negras e enfrentar as dificuldades no ambiente educacional, especialmente na rede pública de ensino. As professoras valem-se da plataforma digital para romper com os pressupostos e estereótipos da colonialidade, promovendo uma educação indígena, afrocêntrica e antirracistas.

O dispositivo de racialidade pensado por Sueli Carneiro expande a compreensão das relações de poder e das identidades sociais pautadas nas masculinidades e feminilidades, enquanto submete mulheres negras ao racismo e sexismo. Dada a visibilização das desigualdades raciais e de gênero, as professoras negras agem para desconstruir os mitos e estereótipos que naturalizam a dominação, promovendo a desnaturalização do dispositivo de racialidade.

As docentes estão utilizando o Instagram para atingir fins como a conscientização sobre o racismo, a promoção da equidade racial e a construção de redes de apoio. A plataforma se torna um espaço de interação social em que as professoras se engajam em um jogo de poder simbólico, considerando que ao produzir conteúdo e conectar com seus seguidores, elas estão disputando a produção de sentidos sobre a questão racial, desafiam narrativas hegemônicas e constroem novas formas de conhecimento. Por intervenção de suas publicações, as educadoras confrontam as estruturas de poder que perpetuam o racismo, utilizando a rede social em questão como um espaço para denunciar as desigualdades raciais, desmascarar mitos e estereótipos, além de mobilizar a comunidade em torno de causas antirracistas.

Como ferramenta para visibilidade e resistência, o Instagram oferece potencial para a ampliação de vozes marginalizadas, como as de professoras negras. No entanto, uma reflexão pormenorizada mostra que as plataformas digitais, embora ampliem as possibilidades de diálogo e organização, reproduzem e amplificam as desigualdades sociais preexistentes. A ideia de universalização de acesso à

informação e à participação social baseia-se na premissa de que todos os indivíduos teriam as mesmas oportunidades de produzir e consumir conteúdo. No entanto, essa visão ignora as profundas desigualdades sociais e digitais que permeiam nossas sociedades, como o acesso à internet, a qualidade da conexão, a posse de dispositivos móveis e as habilidades digitais variando significativamente entre diferentes grupos sociais, o que limita a capacidade de todos para participar ativamente das redes sociais, pois

o acesso às TICs e à internet está relacionado diretamente com o poder de aquisição, representando uma nova face da exclusão social: enquanto uns têm acesso ao ciberespaço e a todas as fontes de informação disponíveis em bilhões de websites, outros são privados da interação com esses conteúdos, limitando sua criatividade e acesso à informação (Yamin; Gaviraghi, 2023, p. 9).

O ativismo digital das professoras negras evidencia o potencial das plataformas como ferramentas de luta e a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão digital e garantam o acesso equitativo às tecnologias. A internet, para se constituir em um espaço de oportunidades para todos, exige a superação das desigualdades digitais e a mitigação dos efeitos das lógicas algorítmicas que moldam o consumo de informações.

Partindo da análise realizada, podemos sintetizar que a compreensão sobre professoras negras se insere em um contexto mais amplo de interseccionalidade entre raça, gênero e classe, revelando uma complexidade de experiências e desafios. Elas são compreendidas como: sujeitos históricos e políticos com uma trajetória marcada pela luta por direitos e pela resistência à opressão; agentes de transformação social que atuam na desconstrução de estereótipos e na promoção da equidade racial e de gênero; são ainda referência para outras mulheres negras ao compartilharem suas experiências e conhecimentos, inspiram outras mulheres a lutarem por seus direitos; exercem o protagonismo na educação quando trazerem para a sala de aula suas vivências e perspectivas, contribuindo para uma educação mais justa e inclusiva; vítimas da interseccionalidade uma vez que submetidas à dupla opressão racial e de gênero, enfrentam desafios como o racismo institucional, o sexismo e a invisibilização; são também um referência para outras professoras negras ou brancas a se posicionarem contra o racismo.

É importante ressaltar que a experiência dessas educadoras é heterogênea e marcada por particularidades regionais, sociais e históricas. Fatores como o contexto sócio-histórico de cada região, classe, a interseccionalidade com outras identidades (como gênero, orientação sexual e deficiência) e o ambiente escolar específico influenciam significativamente suas trajetórias. Tal asserção pode ser notada em se tratando de professoras negras quilombolas, que lidam com desafios relacionados à preservação de suas culturas e territórios, além de enfrentar a falta de reconhecimento de seus saberes tradicionais; as professoras negras indígenas, que vivenciam uma interseccionalidade ainda mais complexa pois além de lutarem contra o racismo, combatem o racismo indígena; professoras negras LGBTQQICAAPF2K+: desafiam a discriminação por serem negras e LGBTQQICAAPF2K+, o que pode gerar um isolamento social e profissional ainda maior; professoras negras com deficiência, que se defrontam com barreiras adicionais relacionadas à acessibilidade e à inclusão. Tais complexidades demonstram a necessidade de analisar cada caso de forma individualizada, considerando a multiplicidade de fatores que moldam a vida dessas profissionais.

No entanto, algumas características comuns podem ser identificadas: a primeira refere-se à importância da identidade profissional, aspecto fundamental para essas docentes que a utilizam como ferramenta de emancipação e resistência. Outro ponto em comum se relaciona à necessidade de reconhecimento, pois elas buscam reconhecimento por suas contribuições para a educação e para a sociedade. O compromisso com a justiça social também é um eixo relevante, uma vez que as professoras negras estão engajadas na luta por uma sociedade mais justa e igualitária para todas e todos.

Alguns desafios enfrentados pelas docentes são:

- O racismo institucional: essas docentes enfrentam barreiras no acesso à educação de qualidade e em suas trajetórias profissionais.
- Sexismo: a misoginia e a desigualdade de gênero afetam mulheres negras em todos os âmbitos da vida, inclusive no ambiente escolar.
- Invisibilização: a história e as contribuições das mulheres negras são frequentemente apagadas ou marginalizadas.

Não obstante a tais atravessamentos, ao exercerem a docência essas educadoras contribuem para a descolonização do currículo e para a valorização da diversidade cultural. Seus conhecimentos e experiências são fundamentais para a

construção de um ensino mais justo e inclusivo, que leve em consideração as especificidades dos estudantes negros. É importante ressaltar que as professoras negras são um conjunto de sujeitos com histórias e experiências singulares. No entanto, todas elas compartilham a luta por reconhecimento, valorização e justiça social.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho me situou entre várias alternativas de pesquisa e reflexão acerca das estratégias de resistência usadas por professoras negras para combater o racismo pelo Instagram, sendo concluído com o sentimento de que outras postagens poderiam ter sido escolhidas dos perfis, permitindo assim mais análises sobre o tema abordado, tendo em vista que não intencionei concluir taxativamente as inflexões relacionadas ao conteúdo que me debrucei.

As redes sociais, com destaque para o Instagram, configuram-se como espaços potenciais para a visibilização de experiências e a resistência de mulheres negras. No entanto, uma análise aprofundada de seus discursos, sob a perspectiva de conceitos como resistência, dispositivo de racialidade e gênero, e amefricanidade, revela um cenário mais complexo. Embora as plataformas digitais ampliem as possibilidades de diálogo e organização, elas também reproduzem e amplificam as desigualdades sociais preexistentes. A hipótese de uma democratização irrestrita do acesso à informação e à participação social nas redes sociais é refutada pela persistência de barreiras digitais e sociais, que limitam o acesso equitativo e a participação plena de diversos grupos sociais. A atuação das professoras negras, ao mesmo tempo em que demonstra o potencial das redes como ferramentas de luta, evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão digital e garantam o acesso equitativo às tecnologias, a fim de que a internet se constitua em um espaço de oportunidades para todos.

Essa rede de relacionamento representa uma plataforma que, ao privilegiar a imagem e a interação social, molda as formas de comunicação, consumo e produção cultural no mundo contemporâneo. Contudo, é preciso considerar uma série de críticas: a disseminação das redes sociais, com destaque para o Instagram, trouxe à tona um debate complexo e multifacetado sobre a democratização do acesso à informação e a possibilidade de construção de novas formas de participação social. A hipótese era de que essas plataformas funcionariam como grandes equalizadores, oferecendo a todos a mesma oportunidade de se expressar e de consumir conteúdos diversos. No entanto, a realidade se mostrou mais complexa, evidenciando que as redes sociais não são ferramentas neutras e podem reproduzir e até mesmo amplificar desigualdades preexistentes (Yamin; Gaviraghi, 2023). Além disso, a lógica algorítmica que rege as plataformas digitais, ao selecionar os conteúdos que cada

usuário vê, pode reforçar bolhas de filtro, limitando a exposição a diferentes perspectivas e opiniões. Essa personalização, embora pareça atender interesses individuais, pode contribuir para a polarização e a radicalização de opiniões, dificultando o diálogo e o entendimento mútuo. A concentração de poder nas mãos de um pequeno número de empresas que detêm as principais plataformas digitais é outro aspecto que levanta questionamentos sobre a democratização proporcionada por essas ferramentas. Empresas como o Facebook, o Instagram e o Twitter têm um controle significativo sobre o fluxo de informações e sobre as interações dos usuários.

Os dados examinados se relacionam ao conceito foucaultiano de estratégia nos seguintes aspectos:

- a) Escolha dos meios para alcançar um objetivo: essas professoras negras escolhem essa rede social como um meio para atingir seus objetivos de equidade racial e construção de redes de apoio.
- b) Interação em um jogo buscando vantagem: as docentes disputam a produção de sentidos sobre a questão racial, desafiando narrativas hegemônicas e construindo novas formas de conhecimento.
- c) Conjunto de procedimentos em um confronto: elas utilizam suas postagens para enfrentar as estruturas de poder que perpetuam o racismo, mobilizando a comunidade em torno de causas antirracistas.

Constatou-se por meio da analítica do discurso realizada que a interseção entre raça, gênero e poder se configura de um campo complexo e multifacetado, especialmente no contexto educacional brasileiro. A experiência de educadoras como Daniela Torres ilustra os desafios enfrentados ao promover uma educação crítica e antirracista, destacando a resistência institucional e social que muitas vezes acompanha tais esforços.

A análise das teorias de Michel Foucault, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez oferecem uma compreensão aprofundada das dinâmicas de poder e resistência, revelando como práticas discursivas e sociais perpetuam desigualdades raciais e de gênero. Sobrepor o feminismo negro e as teorias de Foucault, Carneiro e Gonzalez permite notar a complexidade da experiência das mulheres negras e a importância da resistência como ferramenta de transformação social. As professoras negras, ao utilizarem as redes sociais, se inserem nesse contexto como agentes de mudança, desafiando as estruturas de poder e contribuindo para a construção de um futuro mais justo e equitativo.

Representatividade e valorização da diversidade constituem-se por temas recorrentes, sublinhando a necessidade de uma educação que reconheça e celebre as contribuições culturais e históricas de grupos marginalizados. Os conceitos epistemicídio e dispositivo de racialidade elucidam os mecanismos de exclusão e dominação, enquanto a noção de amefricanidade propõe uma reavaliação das narrativas identitárias, promovendo uma resistência cultural vital para a construção da identidade afrodescendente.

As redes sociais emergem como ferramentas poderosas para educadoras negras, permitindo a criação de espaços de resistência e conscientização sobre desigualdades raciais. A luta por equidade e reconhecimento é contínua, exigindo estratégias de resistência que desafiem as estruturas de poder condicionais.

Em suma, este estudo destaca a urgência de enfrentar o racismo e o sexismo institucionalizados, promovendo uma educação inclusiva e crítica que capacite indivíduos e comunidades a reivindicarem sua autonomia e identidade, deixando alguns rastros de possíveis desdobramentos para futuras pesquisas, como: analisar as políticas públicas direcionadas à formação e valorização de professoras negras; investigar as representações das professoras negras nos meios de comunicação; estudar o impacto da pandemia de COVID-19 para estas docentes.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. I, II.
- CARNEIRO, Sueli Aparecida. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. v. 49, p. 49-58.
- _____. Mulheres em movimento. In: *Revista Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, [s.p.], set.-dez. 2003a.
- _____. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Zahar, 2023.
- _____. In: *Revista Caros Amigos*, São Paulo, [s.v.], n. 35, [s.p.], fev. 2000.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. 1997. Disponível em: <https://geledés.org.br/atlântico-negro/movimentos-lideres-pensadores/afro-americanos/10243-as-mulheres-negras-na-construção-de-uma-nova-utopia-angela-davis>. Acesso em: 2 nov. 2024
- _____. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.
- _____. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUfba, 2008.
- FAVACHO, André Márcio Picanço. Rir das solenidades da origem: ou o inesperado da pesquisa em educação. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2. p. 555-569, mai.-ago. 2010.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*. São Paulo: Dominus / Editora Universidade de São Paulo, 1965. v. 1.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. *Ditos e escritos*. Ética, estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

_____. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (Org.) Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica (1982). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *A vontade de saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979a.

_____. *Power and Knowledge*. In: *Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, v. 7, n° 1-2, p. 83-103, out. 1995.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. L'impossible prison, recherches sur le système pénitentiaire au XIX siècle. In: *Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 83-103, out. 1995.

_____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*. In: *Concórdia – Revista Internacional de Filosofia*, [s.v.], n. 4, [s.p.], 1984a.

_____. *Foucault: a critical reader*. New York: Basil Blackwell, 1986.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Em defesa da sociedade*. 1926-1984. In: COURSE COLLEGE DE FRANCE. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.

_____. *Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes; 2004.

_____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FREYRE, Gilberto. Prefácio à 1ª edição. In: FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 29-63.

GOMES, Nilma. Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. In: *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727–744, jul. 2012.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375p.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, [s.v.], n. 2, p. 223-244, 1983.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, jan.-jun. 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104p.

HARAWAY, Donna. *Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*. In: *Cadernos Pagu*, Florianópolis, Campinas, UNICAMP, [s.v.], n. 22, p. 201-246. jan.-jun. 2004.

MACIEL JR., Auterives. Resistência e prática de si em Foucault. In: *Trivium*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 1-8, jun. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217648912014000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2022.

MOYA, Thais Santos; SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. In: *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 235–250, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/9097>. Acesso em: 14 out. 2023.

MILLS, Charles. *O contrato racial*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MONTARDO, Sandra Portella. *Selfies no Instagram: implicações de uma plataforma na configuração de um objeto de pesquisa*. In: *Galáxia*, São Paulo, [s.v.], n. 41, p. 169-182, mai. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gall/a/tVTVvqKjYbjrYWzmHDZ6Fb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2024.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras negras na Primeira República. In: OLIVEIRA, Iolanda (Coord.) *Relações raciais e educação: alguns determinantes*. Niterói: Intertexto, 1999. p. 21-68. (Cadernos PENESB, 1).

OLIVEIRA, Iolanda (Org.). *Relações raciais no Brasil: alguns determinantes*. Niterói: Intertexto, 1999.

_____. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. In: *Interfaces da Educ.*, Paranaíba, v. 5, n. 14, p. 68-81, 2014.

MUNANGA, KABENGELE. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações

Raciais e Educação-PENESB-RJ, 5 nov. 2003. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: out. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 2. ed. Brasília: OR Editor Produtor; Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 2002. Disponível em: https://issuu.com/institutopesquisaestudosafrobrasile/docs/quilombismo_final. Acesso em: out. 2024.

_____. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

ORELLANA, Rodrigo de Castro. A ética da resistência. In: *Revista Ecopolítica*, [s.v.], n. 2, p. 37-63, 2012.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. da S. (Org.). *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 59-90.

PIEIDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2019.

PINHO, Carolina B. Pensamento feminista negro como orientação teórico-metodológica de uma pedagogia revolucionária. In: PINHO, Carolina B.; Mesquita, Tayna V. L. (Org.). *Pensamento feminista negro: primeiras aproximações*. São Paulo: Serpente, 2022.

MESQUISTA, Tayná Victória de Lima (Org.). *Pedagogia feminista negra: primeiras aproximações*. São Paulo: Serpente, 2022.

REIS, F. P. G. Práticas sociais relativas às crianças negras em impressos agrícolas e projetos de emancipação de escravizados (1822-1888). 2010. 180f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

REVEL, Judith. *Dicionário de Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Rumo a um novo senso comum. In: *Direito, ciência e política na transição paradigmática*. Nova York, Londres: Routledge, 1995.

SILVÉRIO, Valter Roberto. O movimento negro e os novos contornos do debate brasileiro sobre raça, etnia e democracia. In: VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel25/ValterSilverio.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SILVA, Eva Aparecida da. Presença e experiência da mulher negra professora em Araraquara/SP. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, FAE. Campinas, 2003.

SOARES, Sabrina S. Sob a ótica das crianças: cultura de mídia na educação infantil e as representações de gênero em desenhos animados. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. 105p.

WEST, Cornel. Genealogy of modern racism. In: *Prophesy deliverance! An afro-american revolutionary Christianity*. Westminster John Knox Press: Louisville, KY; London, 2002. p. 47- 65.

YAMIN, Estêvão; GAVIRAGHI, Fabio Jardel. Questão social, brecha digital e tecnologia: expressões de desigualdade na sociedade da informação. In: *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 3, p. e6628318, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MY97gfN3XPKW5vHDQNKtb5s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: out. 2024.